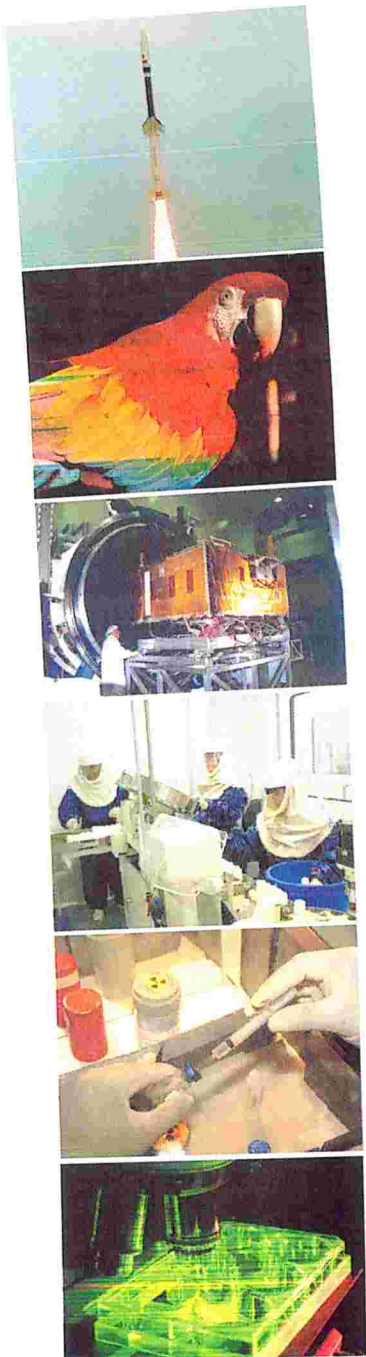


Ministério da  
Ciência e Tecnologia



SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO



## RELATÓRIO DE GESTÃO 2006

**Luiz Antonio Barreto de Castro**  
Secretário da SEPED

**FEVEREIRO 2007**

**República Federativa do Brasil**  
**Luiz Inácio Lula da Silva**  
*Presidente*

**Ministério da Ciência e Tecnologia**  
**Sérgio Rezende**  
*Ministro*

Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento  
**Luiz Antonio Barreto de Castro**  
**Secretário**

Departamento de Políticas e Programas Temáticos – DEPPT

**Isaac Roitman**  
*Diretor*

**Coordenadores da SEPED:**

**Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa -CGAA**  
*Fernando André Pereira das Neves*

**Coordenação-Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade - CGBD**  
*Ione Egler*

**Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistemas – CGSA**  
*Maria Luiza Braz Alves*

**Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia - CGCH**  
*Darly Henriques da Silva*

**Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde – CGBS**  
*Paulo José Péret de Sant'Ana*

**Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima - CGMG**  
*José Domingos Gonzalez Miguez*

**Coordenação para o Mar e Antártica - COMA**  
*Maria Cordelia Soares Machado*

**COLABORADORES**

*Ana Francisca Fernandes Corrêa*  
*Cassiane da Rocha Jaroszewski*  
*Cláudia Morosi Czarneski*  
*Clovis Andrade Júnior*  
*Lozevaldo Monteiro Cruz*  
*Mara Lorena Maia Fares*

*Marcos Willian Bezerra de Freitas*  
*Maria do Socorro Leal Santos*  
*Renato de Paula Falleiros*  
*Ricardo Melamed*  
*Ubirajara Araújo Filho*

**Relatório consolidado pela equipe técnica:**

- Fernando André Pereira das Neves – Coordenador da CGAA/SEPED
- Lozevaldo Monteiro Cruz – Assistente Técnico da CGAA/SEPED

# ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2006 .....	3
- IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE.....	3
- NATUREZA JURÍDICA DA UNIDADE.....	3
- VINCULAÇÃO DA UNIDADE.....	3
- ESTRUTURA REGIMENTAL DA SEPED.....	3
- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA SEPED.....	3
- COMPETÊNCIAS LEGAIS DA SEPED.....	3
APRESENTAÇÃO.....	4
O DECRETO PRESIDENCIAL N.º 5.886.....	5
ATRIBUIÇÕES DAS COORDENAÇÕES DA SEPED .....	6
PROGRAMA DO MCT.....	11
Tabela 1: DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO – 2006.....	12
<b>Programa 0473: Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação .....</b>	<b>13</b>
• <b>Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima.....</b>	<b>14</b>
- Ação 6126: Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa .....	14
- Ação 6909: Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.....	18
- Ação 6751: Pesquisa e Desenvolvimento Sobre Mudanças Global do Clima .....	22
<b>Programa 1122: Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima .....</b>	<b>26</b>
• <b>Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa.....</b>	<b>27</b>
- Ação 2272: Gestão e Administração do Programa 1122 .....	27
- Ação 2272: Gestão e Administração do Programa 1388 .....	28
- Detalhamento da Execução das Ações 2272 dos Programas 1122 e 1388.....	29
• <b>Coordenação-Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade .....</b>	<b>30</b>
- Ação 0754: Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (coleções).....	31
- Ação 0756: Apoio à Rede de Inventários da Biota.....	36
- Ação 0909: Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade .....	40
- Ação 6739: Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade.....	43
• <b>Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistemas.....</b>	<b>45</b>
- Ação 4951: Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal .....	46
- Ação 6255: Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para Gestão Ambiental.....	48
- Ação 6258: Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais .....	50
- Ação 6717: Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros .....	54
• <b>Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia.....</b>	<b>56</b>
- Ação 3E62: Desenvolvimento da Meteorologia Nacional .....	57
- Ação 7682: Implantação da Rede de Meteorologia e Clima.....	59
<b>Programa 1388: Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).....</b>	<b>61</b>
• <b>Coordenação para Mar e Antártica – COMA.....</b>	<b>62</b>
- Ação 2B33: Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia dos Organismos Marinhos .....	62
• <b>Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde – CGBS .....</b>	<b>64</b>
- Ação 2B36: Apoio ao Desenvolvimento de Bioprodutos de Interesse Econômico;.....	64
- Ação 4942: Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma; .....	65
- Ação 6236: Desenvolvimento de Pesquisa na Rede Nacional de Biologia Molecular Estrutural .....	66
ANEXOS.....	73

## APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão expõe as realizações da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e de Desenvolvimento - SEPED, contextualizadas em Ações de Programas do PPA. É um produto do trabalho realizado em conjunto, por cada uma de suas Coordenações Gerais, atores diretamente envolvidos no processo de execução dessas Ações, no exercício em exame, com recursos provenientes da Lei de Orçamento Anual.

Faz-se necessário chamar a atenção para o fato que a utilização de valores neste relatório segue orientações estabelecidas pela Secretaria de Orçamento Federal – SOF, do Ministério do Planejamento, e deve obrigatoriamente incluir todo o empenho realizado no ano fiscal, mesmo que parte deste empenho seja liquidada somente no decorrer do próximo exercício.

Todas as informações produzidas por este relatório, irão compor a Prestação de Contas Anual do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, em atendimento ao disposto na Portaria nº 555 e Norma de Execução nº 3, ambas de 28 de dezembro de 2006, da Controladoria-Geral da União (CGU).

**O Decreto Presidencial n.º 5.886, de 06/09/06, aprova as seguintes competências da SEPED:**

**Art. 12. À Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, órgão específico singular diretamente subordinada ao Ministro, compete:**

- I - propor ao Ministro de Estado a criação, alteração ou extinção de políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País, em sua área de atuação;
- II - implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País nas áreas de Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra e da Vida, em especial em Biotecnologia e Saúde;
- III - implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País em áreas de interesse estratégico para o levantamento e aproveitamento sustentável do patrimônio nacional, em especial em Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, Ciências do Mar, Antártica, Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Mudanças Climáticas Globais;
- IV - implantar e gerenciar políticas e programas visando à atração de novos talentos e à formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação no País, em suas áreas de atuação;
- V - implantar e gerenciar políticas e programas visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação regionalmente equilibrado e a aplicação de tecnologias modernas à solução de problemas sociais, em suas áreas de atuação;
- VI - implantar, coordenar e acompanhar políticas e programas de estímulo e apoio às pesquisas científicas e ao desenvolvimento de tecnologias necessárias à implementação de mecanismos institucionais de prospecção e monitoramento da evolução do progresso científico e tecnológico no País e Exterior, em especial em áreas de interesse estratégico para o desenvolvimento nacional;
- VII - estabelecer, em articulação com a Secretaria-Executiva, metodologias de acompanhamento e avaliação da execução de políticas, programas, projetos e atividades, em suas áreas de atuação;
- VIII - contribuir para a boa articulação e execução das políticas e programas do Ministério, colaborando com seus órgãos, agências de fomento, e unidades de pesquisa, bem como com outros Ministérios e Agências, federais, estaduais ou municipais;
- IX - interagir com entidades e órgãos, públicos e privados, nacionais, estrangeiros ou internacionais, para o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de políticas, programas e ações, em suas áreas de atuação;
- X - participar da articulação de ações, em conjunto com outros órgãos do Ministério, com entidades governamentais ou privadas, em negociações de programas e projetos relacionados com a política nacional de ciência, tecnologia e inovação, junto às agências internacionais de desenvolvimento e cooperação, em suas áreas de atuação;
- XI - colaborar com a Assessoria de Assuntos Internacionais e gerenciar, acompanhar e avaliar programas de cooperação internacional de desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação, em suas áreas de atuação;
- XII - assistir tecnicamente à Secretaria-Executiva na elaboração e revisões do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, em suas áreas de atuação;
- XIII - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados do Ministério, em suas áreas de atuação; e
- XIV - representar o Ministro de Estado em foros colegiados, nacionais e internacionais, em sua área de atuação.

**Atribuições das Coordenações da SEPED, criadas através do Decreto Presidencial n.º 5.886, de 06/09/06, e do seu Regimento Interno, aprovado através da Portaria MCT n.º 755, de 03 de outubro de 2006, DOU de 05/10/06, a saber:**

**Art. 5º À Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa compete:**

- I - coordenar e supervisionar a implementação de políticas de recursos humanos técnico-científicos, de infra-estrutura física, destinados a laboratórios de instituições de pesquisas, e subsidiar o Secretário na formulação de estratégias e procedimentos para a implementação dos programas sob sua responsabilidade;
- II - assistir ao Secretário na formulação de políticas de cooperação internacional, que venham a apoiar as ações internas de sua competência e supervisionar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;
- III - elaborar, coordenar, assistir e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira dos programas, projetos e atividades, sob sua responsabilidade, propondo medidas para a correção de distorções e aperfeiçoamento;
- IV - participar da articulação com entidades de pesquisa e desenvolvimento e outras entidades públicas e privadas, envolvidas na implementação da política nacional de recursos humanos e de infra-estrutura para a pesquisa e desenvolvimento, visando dar maior efetividade as suas ações, particularmente em temas afetos ao desenvolvimento do conhecimento, à cooperação científica, e à transferência de tecnologia;
- V - elaborar e coordenar a execução de planos operativos, relatórios estatísticos e gerenciais de execução, dos programas sob sua responsabilidade;
- VI - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade; e
- VII - no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PADCT:
  - a) coordenar atividades de acompanhamento e avaliação;
  - b) coordenar a formulação de previsões orçamentárias, programação do desembolso financeiro e prestação de contas; e
  - c) articular com os demais organismos do Governo Federal, no acompanhamento físico-financeiro dos projetos e atividades implementados no âmbito do programa.

**Art. 6º Ao Departamento de Políticas e Programas Temáticos compete:**

- I - subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas, projetos e atividades de fomento nas áreas de interesse estratégico, em especial em Biodiversidade, Ecossistemas, Meteorologia, Climatologia e Hidrologia, Ciências do Mar, Antártica, Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Mudanças Climáticas Globais, Ciências Exatas, das Engenharias, da Terra e da Vida, em especial em Biotecnologia e Saúde;
- II - definir e propor metas e objetivos a serem alcançados na implementação de programas, projetos e atividades de pesquisa e desenvolvimento, no âmbito de sua área de atuação;
- III - acompanhar e coordenar as atividades relacionadas às políticas e estratégias, para a implementação de programas científicos e de desenvolvimento de tecnologia, necessários às atividades de prospecção científica, na sua área de competência;
- IV - planejar, coordenar e acompanhar a implementação de programas, projetos e atividades integradas de cooperação técnico científicas, em especial o Subprograma de Ciência e Tecnologia do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, o qual terá status de coordenação, com organismos nacionais e internacionais e entidades privadas, em articulação com as demais unidades do Ministério;

V - participar da articulação de ações, em conjunto com outros órgãos do Ministério, com entidades governamentais e privadas, em negociações de programas e projetos afins relacionados com a política nacional de ciência e tecnologia, junto às agências internacionais de desenvolvimento e cooperação; e

VI - assistir tecnicamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação.

**Art. 7º À Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistemas compete:**

I - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Temáticos na formulação de políticas e na definição de estratégias e procedimentos para a implementação dos programas sob sua responsabilidade, em especial o Programa Ciência, Natureza e Sociedade;

bem como auxiliar na formulação e implementação de parcerias institucionais;

II - coordenar e supervisionar a implementação da Rede Temática em Modelagem Ambiental da Amazônia - GEOMA, do Centro de Pesquisas do Pantanal - CPP e/ou outros programas e projetos que lhe venham a ser determinados;

III - coordenar e supervisionar a implementação e a avaliação da Fase II do Subprograma de Ciência e Tecnologia do Programa de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil - SPC&T/PPG7, em estreita colaboração com as demais instituições brasileiras envolvidas, em especial o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, o Banco Mundial e o Governo Norte Americano, implantando para tal a Unidade de Coordenação Geral do Subprograma;

IV - auxiliar o Departamento na formulação de políticas de cooperação internacional que venham a apoiar as ações internas de sua competência, e acompanhar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

V - elaborar, coordenar, assistir e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira das ações, programas, projetos e atividades sob sua responsabilidade, propondo medidas para a correção de suas distorções e para o seu aperfeiçoamento;

VI - participar da articulação com entidades de pesquisa e desenvolvimento e outras entidades públicas e privadas, visando dar maior efetividade às suas ações, particularmente em temas afetos ao desenvolvimento do conhecimento, à cooperação científica, e à transferência de tecnologia;

VII - elaborar e coordenar planos operativos, relatórios estatísticos e gerenciais de execução dos programas sob sua responsabilidade;

VIII - promover atividades de pesquisa e disseminação de conhecimentos ligados ao meio ambiente;

IX - acompanhar e participar de grupos de trabalho, reuniões e atividades em assuntos relacionados a sua área de atuação e em particular aos temas relacionados ao desenvolvimento da Amazônia;

X - propor e supervisionar a realização de estudos estratégicos para a formulação de políticas públicas em sua área de atuação; e

XI - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade.

**Art. 8º À Coordenação-Geral de Mudanças Globais do Clima compete:**

I - coordenar e supervisionar a implementação de ações no âmbito da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, inclusive Protocolo de Quioto no País, e outras atividades afins;

II - propor e coordenar a execução de estudos e diagnósticos para subsidiar a formulação de políticas dos programas temáticos, seus projetos e atividades;

III - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Setoriais, na formulação de políticas de cooperação internacional, que

venham a apoiar as ações internas de sua competência e supervisionar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

IV - estabelecer e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira, para os programas temáticos, seus projetos e atividades, propondo medidas para correção de suas distorções e para seu aperfeiçoamento;

V - participar da articulação com entidades de pesquisa e desenvolvimento e outras entidades públicas e privadas, envolvidas na implementação da Política Nacional de Mudanças Globais do Clima, visando dar maior efetividade as suas ações, particularmente em temas afetos ao desenvolvimento do conhecimento, à cooperação científica, e à transferência de tecnologia;

VI - incentivar, apoiar, divulgar e coordenar os estudos e pesquisas científicas, em mudanças globais do clima, em especial no que se refere ao Painel Intergovernamental sobre a Mudança do Clima ou outro que lhe venha a ser determinado;

VII - elaborar e coordenar a formulação de planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais de execução dos programas sob sua responsabilidade; e

VIII - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade.

#### **Art. 9º À Coordenação-Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade compete:**

I - subsidiar o Departamento de Políticas e Programas Setoriais, na formulação de políticas de pesquisa e desenvolvimento em Biodiversidade e na definição de estratégias e procedimentos para a implementação de programas sob sua responsabilidade;

II - acompanhar, oferecer subsídios e apoiar a implementação da Política Nacional de Biodiversidade e da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, em particular quanto aos temas afetos ao desenvolvimento do conhecimento, da cooperação científica, e da transferência de tecnologia;

III - coordenar e supervisionar a implementação do Programa de Pesquisa em Biodiversidade ou outro que lhe venha a ser determinado;

IV - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Setoriais, na formulação de políticas de cooperação internacional, que venham a apoiar as ações internas de sua competência e supervisionar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

V - participar da articulação com entidades de pesquisa e desenvolvimento e outras entidades públicas e privadas, envolvidas na implementação da Política Nacional de Biodiversidade e da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, visando dar maior efetividade as suas ações, particularmente em temas afetos ao desenvolvimento do conhecimento, à cooperação científica, e à transferência de tecnologia;

VI - elaborar, coordenar, assistir e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira dos programas sob sua responsabilidade, projetos e atividades, propondo medidas para a correção de distorções e aperfeiçoamento;

VII - elaborar e coordenar planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais de execução dos programas sob sua responsabilidade;

VIII - assistir técnica e administrativamente aos órgãos colegiados na sua área de atuação; e

IX - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade.

#### **Art. 10. À Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia compete:**

I - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Setoriais na formulação de políticas, definição de estratégias e procedimentos para a implementação dos programas/ações sob sua responsabilidade, bem



como auxiliar na formulação e implementação de parcerias com outros Ministérios e instituições afins que compõem o Sistema Nacional de Meteorologia e Clima;

II - administrar a Rede de Meteorologia e Climatologia e, em articulação com a Coordenação-Geral e Coordenação Técnica do Programa, as ações de “Apoio à Implantação e Modernização de Centros Estaduais de Monitoramento do Tempo, Clima e Recursos Hídricos - PMTCH”, ou outra que venha a ser determinada;

III - participar de grupos de trabalho interministeriais para elaboração de propostas de integração, coordenação e aprimoramento das ações em Meteorologia, Climatologia, Hidrologia conduzidas pelo Ministério;

IV - auxiliar o Departamento na formulação de políticas de cooperação internacional que venham a apoiar as ações internas de sua competência, e acompanhar a implementação dessas políticas no âmbito dos programas sob sua responsabilidade;

V - elaborar, coordenar, assistir e implementar metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira, dos programas/ações sob sua responsabilidade, seus projetos e atividades, propondo medidas para a correção de suas distorções e seu aperfeiçoamento;

VI - articular e promover atividades de pesquisa e disseminação de conhecimentos ligados à Meteorologia, Climatologia e Hidrologia; e

VII - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade.

#### **Art. 11. À Coordenação-Geral de Biotecnologia e Saúde compete:**

I - subsidiar o Departamento de Políticas e Programas Temáticos, na formulação de políticas e definição de estratégias para a implementação de programas, ações e atividades, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo da Biotecnologia;

II - coordenar, implementar e acompanhar a Política Nacional de Biotecnologia, contribuindo para a execução da Política Nacional de Saúde, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo da biotecnologia e saúde;

III - assessorar a Gerência do Programa de Biotecnologia no âmbito do Plano Plurianual;

IV - participar das ações de articulação entre o Departamento de Políticas e Programas Temáticos e instituições nacionais e estrangeiras, visando o desenvolvimento e o fortalecimento da biotecnologia e saúde;

V - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Temáticos na formulação, implementação e acompanhamento de políticas de cooperação internacional que venham a fortalecer as ações de sua competência;

VI - acompanhar e apoiar a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, em temas afetos ao desenvolvimento da biotecnologia, com ênfase a inovação e a transferência de tecnologia;

VII - assistir ao Departamento de Políticas e Programas Temáticos, na elaboração e implementação de metodologias de acompanhamento e avaliação da execução técnica, gerencial e físico-financeira, dos programas projetos e atividades sob sua responsabilidade;

VIII - elaborar e coordenar planos operativos e relatórios estatísticos e gerenciais de execução de programas sob sua responsabilidade;

IX - contratar estudos prospectivos em biotecnologia e saúde;

X - acompanhar e participar de atividades, reuniões e fóruns em assuntos relacionados a Biotecnologia e Saúde e em particular aos temas de interface com a Biossegurança, Biodiversidade, Inovação, em articulação direta com as demais Coordenações, de acordo com as orientações da Secretaria-Executiva; e

XI - elaborar e acompanhar a execução da proposta orçamentária anual das ações sob sua responsabilidade.

**Art. 12. À Coordenação para o Mar e Antártica compete:**

I - coordenar conforme diretrizes traçadas pelo Departamento de Políticas e Programas Setoriais, as ações de formulação de estratégias e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia do Mar e implementação da Política Nacional de Ciência e Tecnologia para a Antártica;

II - acompanhar e assistir tecnicamente nas implementações das deliberações do Comitê Nacional de Pesquisa Antártica - CONAPA;

III - acompanhar os assuntos no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM;

IV - auxiliar o Departamento na atribuição ministerial de Instituição Designada junto à Comissão Oceanográfica Intergovernamental - COI/UNESCO;

V - auxiliar o Departamento na formulação, implementação e acompanhamento de políticas e ações de cooperação nacional e internacional no âmbito dos programas e projetos sob sua responsabilidade; e

VI - representar a Secretaria, nas Subcomissões e Grupos de Trabalho, instituídos no âmbito da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM, quando designado.

## Programas do MCT

### **Programa 0473: Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação**

- **Ação 6126:** Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa
- **Ação 6909:** Operação de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

### **Programa 1122: Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima**

- **Ação 2272:** Gestão e administração do programa
- **Ação 0754:** Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (coleções)
- **Ação 0756:** Apoio à Rede de Inventários da Biota
- **Ação 0909:** Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade
- **Ação 6739:** Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade
- **Ação 4951:** Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal
- **Ação 6255:** Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para Gestão Ambiental
- **Ação 6258:** Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais
- **Ação 6717:** Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros
- **Ação 6751:** Pesquisa e Desenvolvimento sobre Mudança Global do Clima
- **Ação 7682:** Implantação da Rede de Meteorologia e Clima
- **Ação 3E62:** Desenvolvimento da Meteorologia Nacional

### **Programa 1388: Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)**

- **Ação 2272:** Gestão e administração do programa
- **Ação 4942:** Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma
- **Ação 6236:** Desenvolvimento de Pesquisas na Rede Nacional de Biologia Molecular Estrutural
- **Ação 2B36:** Apoio a Produtos de Bioprodutos de Interesse Econômico
- **Ação 2B33:** Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnológico dos Organismos Marinhos

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO

Tabela 1: DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO - 2006

PROGRAMA / AÇÃO 2006	PROG. AÇÃO Fonte	LEI (A)	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
			SEPED + UNID. EXTERNAS (B)	% C=(B/A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (D)	% E=(D/A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (F)	% G=(F/A)
<b>Gestão da Política de C,T&amp;I</b>	<b>0473</b>	<b>3.734.325</b>	<b>732.712</b>	<b>19,62%</b>	<b>732.712</b>	<b>19,62%</b>	<b>2.712</b>	<b>0,07%</b>
Gerente: Luis Manuel Rebelo Fernandes	100	873.616	732.712	83,87%	732.712	83,87%	2.712	0,31%
Gerente Executivo do Programa: Maria do Socoro Fernandes	195	2.860.709	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
	6126	3.264.959	332.712	10,19%	332.712	10,19%	2.712	0,08%
Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa	100	404.250	332.712	82,30%	332.712	82,30%	2.712	0,67%
	195	2.860.709	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	6909	469.366	400.000	85,22%	400.000	85,22%	-	0,00%
<b>C,T&amp;I para Natureza e Clima</b>	<b>1122</b>	<b>34.487.746</b>	<b>25.095.374</b>	<b>72,77%</b>	<b>25.095.074</b>	<b>72,8%</b>	<b>18.811.219</b>	<b>54,54%</b>
Gerente: Luiz Antonio Barreto de Castro	100	20.582.455	20.344.804	98,85%	20.344.504	98,84%	15.693.900	76,25%
Gerente Executivo do Programa: Fernando André	195	13.405.291	4.259.168	31,77%	4.259.168	31,77%	3.022.829	22,55%
	5100	500.000	491.402	98,28%	491.402	98,28%	94.491	18,90%
Gestão Administrativa do Programa	2272	1.336.308	1.312.285	98,20%	1.312.285	98,20%	1.268.191	94,90%
Apoio a Modernização de Acervos Biológicos	0754	1.050.000	1.050.000	100,00%	1.050.000	100,00%	819.638	78,06%
Apoio a Redes de Inventários da Biota	0756	1.270.000	1.262.213	99,39%	1.262.213	99,39%	904.884	71,25%
Apoio a Pesq. e Desen. em Áreas Temáticas da Biodiversidade	0909	902.516	896.164	99,30%	896.164	99,30%	763.246	84,57%
Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade	6739	120.000	120.000	100,00%	120.000	100,00%	120.000	100,00%
Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal	4951	980.000	980.000	100,00%	980.000	100,00%	-	0,00%
Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental - GEOMA	6255	346.400	346.400	100,00%	346.400	100,00%	213.400	61,61%
P&D de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa para Proteção das Florestas Tropicais	6258	12.098.000	5.010.570	41,42%	5.010.570	41,42%	3.127.320	25,85%
	100	260.000	260.000	100,00%	260.000	100,00%	10.000	3,85%
	195	11.338.000	4.259.168	37,57%	4.259.168	37,57%	3.022.829	26,66%
	5100	500.000	491.402	98,28%	491.402	98,28%	94.491	18,90%
Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros	6717	180.000	170.004	94,45%	169.704	94,28%	125.463	69,70%
Implantação da Rede de Meteorologia e Clima	7682	1.512.300	1.475.597	97,57%	1.475.597	97,57%	1.045.637	69,14%
Desenvolvimento da Meteorologia Nacional	3E62	12.192.431	12.191.536	99,99%	12.191.536	99,99%	10.312.436	84,58%
Pesquisa e Desenvolvimento Sobre Mudanças Global do Clima	6751	2.499.791	280.606	11,23%	280.606	11,23%	111.006	4,44%
	100	432.500	280.606	64,88%	280.606	64,88%	111.006	25,67%
	195	2.067.291	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
<b>C,T&amp;I para a PITCE</b>	<b>1388</b>	<b>5.196.476</b>	<b>4.046.683</b>	<b>77,87%</b>	<b>4.046.683</b>	<b>77,87%</b>	<b>3.788.921</b>	<b>72,91%</b>
Gerente: Luis Manuel Rebelo Fernandes								
Gerente Executivo do Programa: Eugenius Kaszkurewicz								
Gestão Administrativa do Programa	2272	900.673	781.706	86,79%	781.706	86,79%	781.706	86,79%
Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnológico dos Organismos Marinhos	2B33	145.788	140.762	96,55%	140.762	96,55%	-	0,00%
Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma	4942	1.512.800	570.000	37,68%	570.000	37,68%	570.000	37,68%
Desenvolvimento de Pesquisas na Rede Nacional de Biologia Molecular Estrutural	6236	2.437.215	2.437.215	100,00%	2.437.215	100,00%	2.437.215	100,00%
Apoio a Produtos de Bioprodutos de Interesse Econômico	2B36	200.000	117.000	58,50%	117.000	58,50%	-	0,00%
<b>Detalhamento das FONTES</b>	<b>100</b>	<b>26.652.547</b>	<b>25.124.200</b>	<b>94,27%</b>	<b>25.123.899</b>	<b>94,26%</b>	<b>19.485.533</b>	<b>73,11%</b>
	<b>195</b>	<b>16.266.000</b>	<b>4.259.168</b>	<b>26,18%</b>	<b>4.259.168</b>	<b>26,18%</b>	<b>3.022.829</b>	<b>18,58%</b>
	<b>5100</b>	<b>500.000</b>	<b>491.402</b>	<b>98,28%</b>	<b>491.402</b>	<b>98,28%</b>	<b>94.491</b>	<b>18,90%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>43.418.547</b>	<b>29.874.770</b>	<b>68,81%</b>	<b>29.874.470</b>	<b>68,81%</b>	<b>22.602.853</b>	<b>52,06%</b>

Fonte: SIGMCT - Extraído em 06/02/07.

## **Programa 0473: Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação**

**Gerente:** Luis Manuel Rebelo Fernandes

**Gerente Executivo:** Maria do Socoro Fernandes

### **Objetivo do Programa:**

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de ciência, tecnologia e inovação.

No exercício de 2006, a SEPED, por intermédio da Coordenação-Geral de Mudanças Globais do Clima coordenou duas ações deste Programa, sendo:

- **Ação 6126:** Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa;
- **Ação 6909:** Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

## **Coordenação Geral de Mudanças Globais do Clima**

Coordenador das Ações: **José Domingos Gonzalez Miguez**

### **Ações da CGMC de acordo com os Programas 0473 e 1122:**

#### **Programa 0473: Gestão da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação**

- **Ação 6126:** Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa
- **Ação 6909:** Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

#### **Programa 1122: Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima**

- **Ação 6751:** Pesquisa e Desenvolvimento Sobre Mudanças Global do Clima

### **Objetivo da Coordenação:**

Assessorar o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia nas questões relativas à mudança global do clima;

Acompanhar as negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto;

Acompanhar os trabalhos científicos do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima - IPCC, e gerenciar a divulgação dos relatórios e documentos do IPCC para especialistas brasileiros;

Coordenar os trabalhos para implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e do Protocolo de Quioto no Brasil;

Exercer a função de Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

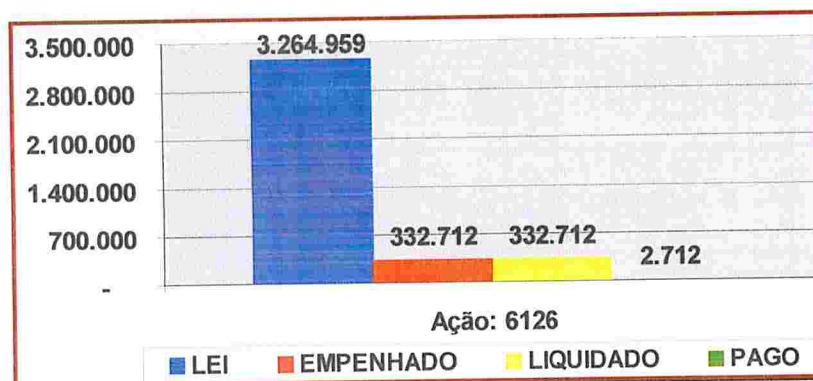
- **Ação 6126: Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa**

### **Objetivo:**

Elaboração periódica do inventário anual nacional de emissões de gases de efeito estufa e realização de pesquisas sobre fatores de emissão e níveis de atividade nos setores de energia, indústria, uso de solventes, agropecuária, mudança no uso da terra e floresta e tratamento de resíduos.

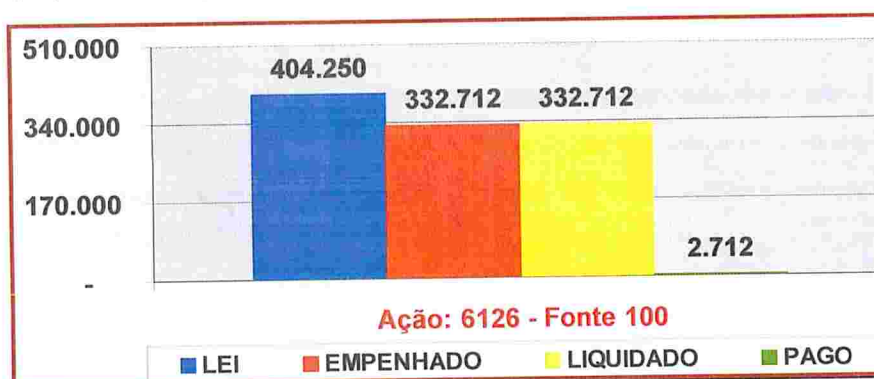
### **Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6126**

No exercício de 2006, o orçamento estabelecido para esta ação foi de R\$ 3.264.959,00 (três milhões duzentos e sessenta e quatro reais e novecentos e cinquenta e nove reais), dos quais apenas o montante previsto na fonte 100, no valor de R\$ 404.250,00 (quatrocentos e quatro mil, duzentos e cinquenta reais), foi disponibilizado. Do total disponibilizado, foram empenhados e liquidados R\$ 332.712,00 (trezentos e trinta e dois mil e setecentos e doze reais), correspondendo à 82,30%, e foram realizados pagamentos na ordem de R\$ 2.712,00 (dois mil setecentos e doze reais), correspondendo a 0,67% desse total.

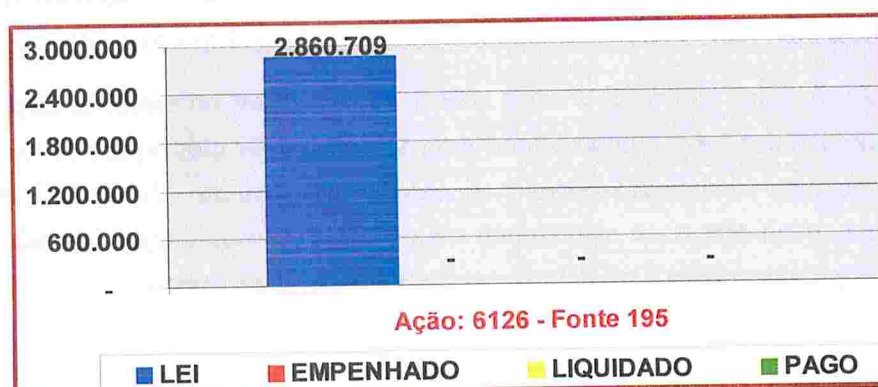


Os recursos orçamentário desta ação foram distribuições em 2 fontes de despesas: fonte 100 e 195 da seguinte ordem:

- Fonte 100:** R\$ 404.250,00 (quatrocentos e quatro mil e duzentos e cinquenta reais), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 332.712,00 (trezentos e trinta e dois mil e setecentos e doze reais), correspondendo à 82,30% do total da fonte de despesa e pagamentos na ordem de R\$ 2.712,00 (dois mil e setecentos e doze reais), correspondendo a 0,67% da fonte de despesa, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



- Fonte 195:** R\$ 2.860.709,00 (dois milhões oitocentos sessenta mil, e setecentos e nove reais). Os recursos previstos nessa fonte são oriundos do *GEF – Global Environment Facility* (Fundo Mundial para o Meio Ambiente) e sua execução dar-se-á diretamente pela Agência das Nações Unidas que opera recursos do GEF no Brasil nos próximos quatro anos e não por meio do orçamento da União. A partir de 2007 esses recursos não deverão constar no orçamento desta ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



**Metas físicas:**

- convênio entre o MCT e a FEALQ para desenvolvimento do projeto “Avaliação Econômica de Políticas Públicas visando Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil”, que compreende a elaboração de um projeto de pesquisa que tem o objetivo de quantificar os efeitos sobre a economia brasileira da implementação de políticas públicas que visem a redução das emissões de gases de efeito-estufa (GEE). Para tanto será construído um modelo inter-setorial aplicado de equilíbrio geral para simular os efeitos de ações relacionadas a políticas de redução de emissões, entre elas restrições quantitativas sobre as emissões decorrentes da queima de combustíveis fósseis de determinados setores da economia e ou regiões. Esse projeto deverá ser finalizado em abril de 2007.

### **Resultados:**

- Definição dos termos de referência para desenvolvimento dos relatórios setoriais do segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa, em especial, os setores de mudança no uso da terra e florestas, agropecuária, energia e tratamento de resíduos;
- Início dos trabalhos de execução do relatório de referência do setor de energia para o segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa e envolvimento do Ministério de Minas e Energia na coordenação técnica desse trabalho e também com o aporte de recursos financeiros, o que permitirá um maior detalhamento do inventário desse setor, bem como a ampliação do escopo desse trabalho se considerado o primeiro inventário desenvolvido;
- Início dos trabalhos de execução do relatório de referência do setor de mudança no uso da terra e florestas para o segundo inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa, o que ocorreu por meio da assinatura de um instrumento de convênio entre o MCT e a FUNCATE para construção de banco de dados geográfico para o ano de 1994, visando à estimativa das emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao setor Uso da Terra, Mudanças no Uso da Terra e Florestas no período de 1994- 2000. A proposta de gerar um banco de dados para o ano de 1994 (a ser realizada no âmbito do MCT), deverá ser integrado aos dados de outro banco a ser desenvolvido para um ano posterior ao ano 2000 (que será realizado no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31), de forma a permitir estimar as emissões líquidas de gases de efeito estufa resultantes da manutenção e conversão, no período de 1994 a 2000;
- Finalização do projeto “Banco de Dados para Inventário Nacional das Emissões de Gases de Efeito Estufa”, por meio do qual foi elaborado um banco de dados para consolidação dos resultados do inventário brasileiro de emissões de gases de efeito estufa relativo ao período 1990/1994 (meta 1 do cronograma de execução) e criado um sistema de consultas ao referido banco (meta 2 do cronograma de execução).
- Apresentação de relatórios parciais do projeto Balanço de Carbono, que tem o objetivo de estimar as emissões de gases de efeito estufa entre 1970 a 2004; desenvolver as metodologias



para contabilidade e balanço dessas emissões nas diversas etapas de produção, transformação e uso de energia; e avaliar os impactos econômicos relacionados à mudança global do clima;

- Apresentação de relatórios parciais do projeto “Avaliação Econômica de Políticas Públicas visando Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil”, que compreende a elaboração de um projeto de pesquisa que tem o objetivo de quantificar os efeitos sobre a economia brasileira da implementação de políticas públicas que visem a redução das emissões de gases de efeito-estufa (GEE). Para tanto será construído um modelo inter-setorial aplicado de equilíbrio geral para simular os efeitos de ações relacionadas a políticas de redução de emissões, entre elas restrições quantitativas sobre as emissões decorrentes da queima de combustíveis fósseis de determinados setores da economia e ou regiões.
- Atualização e reformulação do site "O Brasil e a Convenção sobre Mudança do Clima". Esse site passou por uma revisão e está funcionando em uma nova plataforma e estrutura, em conformidade com as modificações realizadas nas ferramentas de desenvolvimento da home page do MCT, à qual o site em questão está vinculado, o que tem sido motivo de diversos elogios por parte do público externo. Atualmente, o site sobre mudança do clima possui um total de 32.008 páginas publicadas nos quatro idiomas. Com cerca de aproximadamente 3.000 acessos mensais nas páginas em português em virtude dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Interministerial, o site responde a uma média de 400 consultas mensais por e-mail sobre informações a respeito dos trabalhos e das posições brasileiras na Convenção, além de ser o site temático mais acessado dentro da home page do MCT. Esse resultado é comum às ações 6909 e 6751.

- **Ação 6909: Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo**

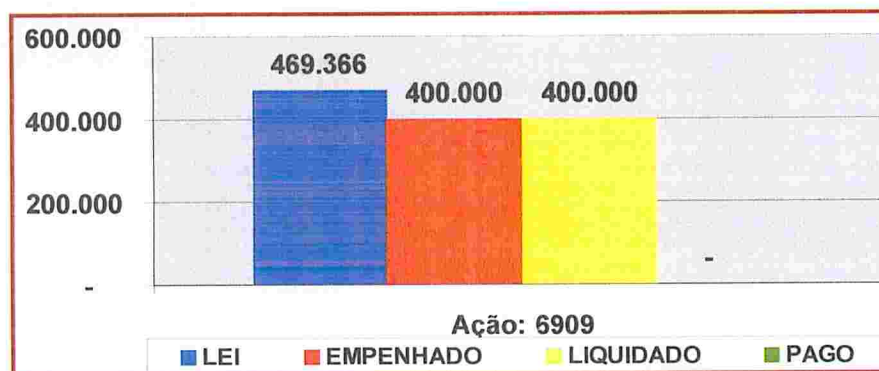
**Objetivo:**

O Protocolo de Quioto prevê em seu Artigo 12 o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo que estabelece em seu parágrafo terceiro que sob esse mecanismo as Partes não incluídas no Anexo I, que inclui o Brasil, beneficiar-se-ão de atividades de projetos que resultem em reduções certificadas de emissões.

O objetivo da inclusão desta ação no PPA é, portanto, avaliar projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que resultem em reduções de emissões nos setores de energia, indústria, uso de solventes, agropecuária, mudança no uso da terra e florestas e tratamento de resíduos e em seqüestro de carbono por reflorestamento ou estabelecimento de novas florestas, bem como capacitar instituições e especialistas para atuação na área do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e em certificação dos projetos de MDL, contratar estudos e realizar visitas técnicas aos projetos aprovados no âmbito da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.

## Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6909

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 469.366,00 (quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), correspondendo à 85,22% do total da ação, veja (Tab. 1, Fig. abaixo).



### Metas físicas: 3

#### Descrição das transferências de recursos mediante Convênios, Contratos de Gestão, Termos de Parcerias, Descentralizações:

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Parcela de 2006 no valor de R\$ 400.000,00 prevista no documento de projeto BRA/07/002 celebrado entre o MCT, o PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE visando a modernização institucional da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de forma a possibilitar que o Brasil continue a desempenhar um papel de destaque no cenário internacional quanto à implementação de projetos no âmbito do MDL. Os objetivos específicos previstos nesse documento de projeto, além de estarem em perfeita harmonia e conformidade com as metas da ação 6909, permitirão o cumprimento dessas metas e o avanço do Brasil no que se refere à propiciar um ambiente favorável à implementação de projeto MDL no país.

#### Implementação:

Foi definida a implementação a partir de 2006, no âmbito dessa ação, de um projeto de cooperação internacional para modernização institucional da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE. O documento de projeto gerado a partir dessa parceria foi celebrado em 22/12/2006 e prevê o desenvolvimento de quatro objetivos específicos, a saber:

1. Estabelecimento operacional do painel de especialistas para avaliação técnica quanto à contribuição ao desenvolvimento sustentável dos projetos MDL submetidos à CIMGC. O

processo de análise de projetos submetidos à Comissão Interministerial é um ponto de suma importância, pois a qualidade dos projetos brasileiros, bem como a agilidade da Comissão na emissão das cartas de aprovação como Autoridade Nacional Designada dependem desse processo de análise de projetos. No sentido de fortalecer esse processo e atender a demanda crescente de análise de projetos, será estabelecido um painel de especialistas, divididos por setor, que deverão emitir pareceres sobre cada projeto submetido. Assim, cada especialista poderá dar sua parcela de contribuição no setor de sua respectiva competência, com uma análise técnica aprofundada sobre o projeto a ele encaminhado;

2. Estabelecimento de um mecanismo de consulta jurídica para a CIMCG . Além da parte de análise técnica acima mencionada, há, ainda, uma demanda crescente em relação à parte jurídica que envolve o MDL e as decisões e posicionamentos da Comissão Interministerial, na qualidade de Autoridade Nacional Designada. Nesse sentido, deve ser criado também um mecanismo de consulta jurídica que deverá ser acionado sempre que houver questionamentos dessa natureza no âmbito da Comissão. Por se tratar de um tema bastante técnico, específico e inovador e cujo entendimento, mesmo que jurídico, requer conhecimento técnico e das negociações internacionais que envolvem o MDL, é preciso fomentar a pesquisa jurídica no país sobre esse tema, bem como produzir pareceres, notas e outros instrumentos jurídicos que sirvam de subsídio aos trabalhos da Comissão Interministerial;

3. Desenvolvimento de programas de capacitação gerencial em relação ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Outra questão igualmente importante refere-se à produção e divulgação de material informativo sobre o funcionamento do MDL. Projetos já vêm sendo implantados e aprovados, mas devido à complexidade das modalidades e os procedimentos para o mecanismo de desenvolvimento limpo, há necessidade de melhor compreensão das decisões do Conselho Executivo desse mecanismo e do seu Painel de Metodologias, bem como necessidade de ampla divulgação das normas estabelecidas pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que pode ser feito de forma bastante didática e ampla com a preparação e divulgação de material na Internet, guias e cartilhas explicativas sobre o MDL;

4. Implementação de um programa de certificação para apoiar o credenciamento de instituições brasileiras como Entidades Operacionais Designadas do MDL. Para que o Brasil possa manter o papel de destaque em relação ao MDL é preciso reduzir os custos transacionais e aumentar a capacitação no país sobre temas relacionados à mudança do clima e ao Protocolo de Quioto, o que pode ser feito, além das ações acima, com a implementação de um programa de certificação para apoiar o credenciamento de instituições brasileiras como Entidades Operacionais Designadas do MDL, possibilitando, inclusive, uma melhor compreensão das circunstâncias nacionais na análise de projetos por parte das Entidades Operacionais genuinamente brasileiras. A estratégia de implementação desse objetivo consiste na identificação das instituições interessadas e com capacidade para credenciamento como Entidades Operacionais Designadas para que, a partir daí, possam ser realizados seminários e/ou cursos ministrados por representantes que compõem o Conselho Executivo do MDL, órgão que supervisiona o funcionamento do MDL em âmbito internacional. A Presidência do Conselho

Executivo do MDL está atualmente sendo exercida por um representante brasileiro, que é o Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que facilita o contato com os Membros daquele Conselho e abre uma oportunidade ímpar para que o Brasil possa ter instituições capacitadas para credenciamento.

### **Resultados:**

Os principais resultados alcançados em 2006 no âmbito da ação de Operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo foram:

- O Brasil tem-se destacado como um dos países mais organizados e estruturados no que tange à implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estando, em 2006, em terceiro lugar quanto ao número de projetos em desenvolvimento, com um total de 198 projetos em processo de validação e registrados, o que representa 14% do total de projetos no mundo e uma redução durante o primeiro período de obtenção de crédito de 190 milhões de tCO<sub>2</sub>e.
- O Brasil em 2006 ocupa o segundo lugar em número de projetos que já tiveram reduções certificadas de emissões (RCEs) emitidas, com um total de 3.198.241 RCE's;
- Realização, em 2006, de 08 reuniões da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, sendo 07 reuniões ordinárias e 01 reunião extraordinária, o que corresponde em média a uma reunião a cada 45 dias, superando a previsão legal constante no art. 4º do Regimento Interno dessa Comissão, que é de uma reunião a cada 60 dias;
- Avaliação, pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de 140 projetos submetidos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto até dezembro de 2006, dos quais 111 foram aprovados, 09 aprovados com ressalva e 20 estão em processo de revisão;
- Emissão de 98 pareceres técnicos para subsidiar os trabalhos de avaliação de projetos realizados pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, o que possibilitou a aprovação, em 2006, de 57 projetos;
- Publicação da Resolução n.º 03 da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, que estabelece os procedimentos para aprovação das atividades de projeto de pequena escala no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto, e dá outras providências;
- Publicação da Resolução n.º 04 da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, que altera as resoluções n.º 1 e n.º 3 desta mesma Comissão, e dá outras providências;
- Criação de uma área de acesso restrito no site "O Brasil e a Convenção sobre Mudança do Clima" para os membros da Comissão. Com esse sistema de acesso restrito, que entrará em operação a partir de 2007, espera-se maior agilidade e segurança na disponibilização dos

documentos referentes aos projetos MDL submetidos à CIMGC para análise de seus membros.

- Nomeação do Coordenador-Geral de Mudanças Globais de Clima para exercer a presidência do Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), em Bonn, Alemanha;
- Celebração do documento de projeto BRA/07/002 entre o MCT, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE visando a modernização institucional da Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, de forma a possibilitar que o Brasil continue a desempenhar um papel de destaque no cenário internacional quanto à implementação de projetos no âmbito do MDL.

• **Ação 6751: Pesquisa e Desenvolvimento sobre Mudança Global do Clima**

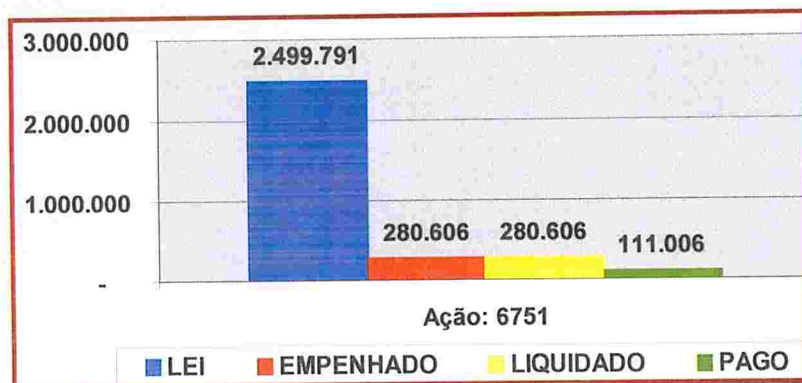
**Objetivo:**

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima estabelece em seu Artigo 4, parágrafo primeiro, que todas as Partes, levando em conta suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e suas prioridades de desenvolvimento, objetivos e circunstâncias específicos, nacionais e regionais, devem executar diferentes ações listadas nos parágrafos de (a) até (j).

O objetivo da inclusão desta ação no PPA é a indução de pesquisa e desenvolvimento de ações visando obter informações (inexistentes atualmente) para subsidiar as negociações internacionais na área de mudança global do clima.

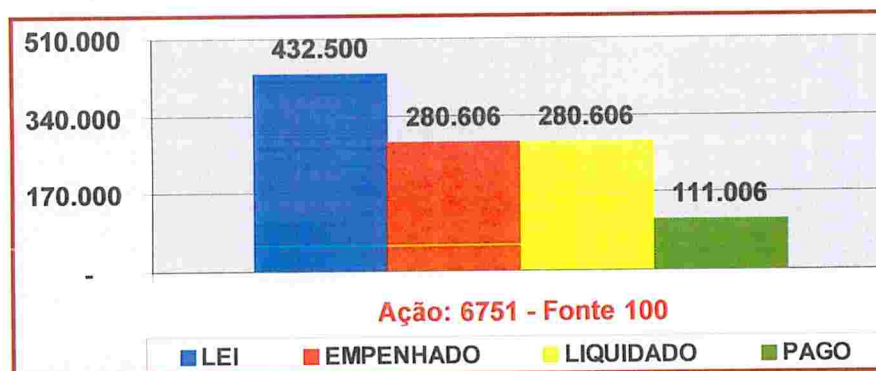
**Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6751**

No exercício de 2006, o orçamento estabelecido para esta ação foi de R\$ 2.499.791,00 (dois milhões quatrocentos e noventa e nove mil, setecentos e noventa e um reais), dos quais apenas o montante previsto na fonte 100, no valor de R\$ 432.500,00 (quatrocentos e trinta e dois mil e quinhentos reais) foi disponibilizado. Do total disponibilizado, foram empenhados e liquidados R\$ 280.606,00 (duzentos e oitenta mil, seiscentos e seis reais), correspondendo à 64,88%, e foram realizados pagamentos na ordem de R\$ 111.006,00 (cento e onze mil e seis reais), correspondendo a 25,67% desse total. Além disso, é importante registrar que foram descentralizados para execução por parte da Embrapa Meio Ambiente o montante de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

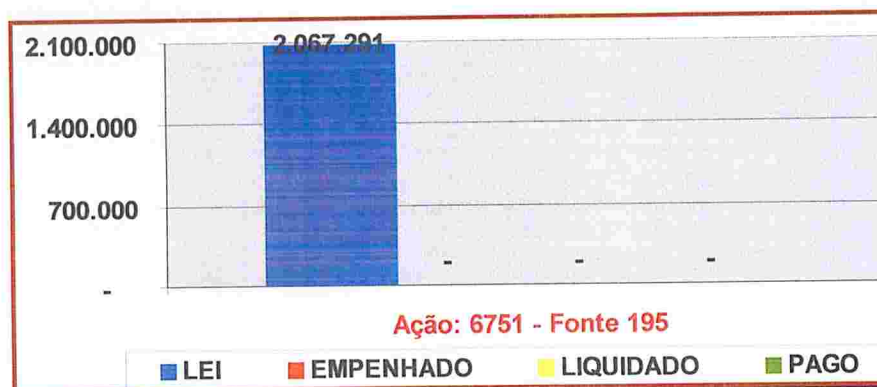


Os recursos orçamentário desta ação foram distribuições em 2 fontes de despesas: fonte 100 e 195 da seguinte ordem:

- **Fonte 100:** R\$ 432.500,00 (quatrocentos e trinta e dois mil e quinhentos reais), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 280.606,00 (duzentos e e oitenta mil, seiscentos e seis reais), correspondendo à 64,88% do total da fonte de despesa e pagamentos na ordem de R\$ 111.006,00 (cento e onze mil e seis reais), correspondendo a 25,67% da fonte de despesa, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



- **Fonte 195:** R\$ 2.067.291,00 (dois milhões sessenta e sete mil, duzentos e noventa e um reais). Os recursos previstos nessa fonte são oriundos do *GEF – Global Environment Facility* (Fundo Mundial para o Meio Ambiente) e sua execução dar-se-á diretamente pela Agência das Nações Unidas que opera recursos do GEF no Brasil nos próximos quatro ano e não por meio do orçamento da União. A partir de 2007 esses recursos não deverão constar no orçamento desta ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



### Metas físicas: 1

#### Descrição das transferências de recursos mediante Convênios, Contratos de Gestão, Termos de Parcerias, Descentralizações:

- Convênio entre o MCT e a FUNCATE para desenvolvimento da parte I do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa no setor de mudança no uso da terra e florestas e realização de pesquisas nesse setor. A parte II desse inventário será desenvolvida no âmbito do projeto PNUD BRA/05/G31, em execução;
- Convênio entre o MCT e a FEALQ para desenvolvimento do projeto "Avaliação Econômica de Políticas Públicas visando Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil";
- Convênio entre o MCT e a Fundepag para continuidade do projeto de pesquisa em desenvolvimento denominado "Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais";
- Embrapa Meio Ambiente: descentralização de recursos no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) para adequação de infra-estrutura do Laboratório de Biogeoquímica e Gases Traço da Embrapa Meio Ambiente, por meio de aparelhamento em cromatografia gasosa, destinada à determinação e monitoramento de gases traço (metano e óxido nitroso) e dióxido de carbono provenientes de atividades agrícolas, o que permitirá o avanço das pesquisas e estudos no setor de agropecuária.

#### Implementação:

Foi assinado entre o MCT e a Embrapa, um termo de compromisso de gestão para adequação de infra-estrutura do Laboratório de Biogeoquímica e Gases Traço da Embrapa Meio Ambiente, por meio de aparelhamento em cromatografia gasosa, destinada à determinação e monitoramento de gases traço (metano e óxido nitroso) e dióxido de carbono provenientes de atividades agrícolas. A liberação dos recursos previstos nesse termo para serem disponibilizados por parte do MCT, no valor de R\$ 110.000,00 (em capital), foi solicitada em 05/09/2006, por meio do MEMO/SEPED/Nº 335/2006 e devidamente liberada à Embrapa Meio Ambiente.

Além disso, encontra-se em desenvolvimento um projeto com a FUNDEPAG e USP para montagem de um banco de dados com informações estratégicas sobre os mecanismos de respostas ecofisiológicas, fisiológicas e bioquímicas de um grupo de plantas da Mata Atlântica e do Cerrado, quando submetidas a efeitos decorrentes das mudanças climáticas globais. A liberação da parcela prevista para 2006 no âmbito desse convênio foi solicitada em março e os termos dessa solicitação reiterado em agosto de 2006.

Também foi iniciado, no âmbito dessa ação e da ação 6126, o convênio entre o MCT e a FUNCATE para construção de banco de dados geográfico para o ano de 1994, visando à estimativa das emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao setor Uso da Terra, Mudanças no Uso da Terra e Florestas no período de 1994- 2000.

### **Resultados:**

- Publicação e divulgação do manual de orientação para aproveitamento do metano gerado por efluentes líquidos no Brasil fomentando a criação de centros embrionários voltados para essa atividade no restante do país, desenvolvido pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB no âmbito de convênio firmado com o MCT;
- Publicação e divulgação de um manual de orientação para aproveitamento do metano gerado por resíduos sólidos no Brasil fomentando a criação de centros embrionários voltados para essa atividade no restante do país, desenvolvido pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB no âmbito de convênio firmado com o MCT;
- Adequação de infra-estrutura do Laboratório de Biogeoquímica e Gases Traço da Embrapa Meio Ambiente, por meio de aparelhamento em cromatografia gasosa, destinada à determinação e monitoramento de gases traço (metano e óxido nitroso) e dióxido de carbono provenientes de atividades agrícolas;
- Apresentação do relatório parcial do projeto "Respostas Fisiológicas de Plantas às Mudanças Climáticas Globais" que prevê a montagem de um banco de dados com informações estratégicas sobre os mecanismos de respostas ecofisiológicas, fisiológicas e bioquímicas de um grupo de plantas da Mata Atlântica e do Cerrado, quando submetidas a efeitos decorrentes das mudanças climáticas globais. Para tanto, serão realizados experimentos em que plantas serão cultivadas em câmaras especiais com alta concentração de gás carbônico.



## Programa 1122: Ciência, Tecnologia e Inovação para Natureza e Clima

### Objetivo do Programa:

Ampliar o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população.

No exercício de 2006, a SEPED, coordenou 12 (doze) ações deste Programa assim distribuída:

### Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa

- **Ação 2272:** Gestão e administração do programa

### Coordenação-Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade

- **Ação 0754:** Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (coleções)
- **Ação 0756:** Apoio à Rede de Inventários da Biota
- **Ação 0909:** Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade
- **Ação 6739:** Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade

### Coordenação-Geral de Gestão de Ecossistemas

- **Ação 4951:** Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal
- **Ação 6255:** Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para Gestão Ambiental
- **Ação 6258:** Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais
- **Ação 6717:** Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros

### Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima

- **Ação 6751:** Pesquisa e Desenvolvimento sobre Mudança Global do Clima

### Coordenação-Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia

- **Ação 7682:** Implantação da Rede de Meteorologia e Clima
- **Ação 3E62:** Desenvolvimento da Meteorologia Nacional

## Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa

Coordenador das Ações: **Fernando André Pereira das Neves**

### Objetivo da Coordenação:

Acompanhar a execução orçamentária e financeira das ações de responsabilidade da SEPED, definidas no PPA, e avaliar em conjunto com as demais Coordenações, o grau de atingimento das metas e indicadores (produtos) dos projetos apoiados.

Em 2006, a CGAA coordenou 2 (duas) ações 2272 (Gestão e Administração do Programa) 1122 e 1388.

### Ações da CGAA:

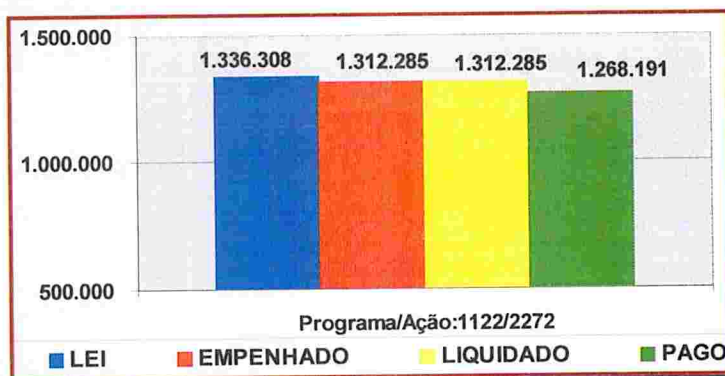
- **Ação 2272:** Gestão e Administração do Programa **1122**
- **Ação 2272:** Gestão e Administração do Programa **1388**

### Objetivos das Ações:

Os recursos destas ações foram executados no pagamento de passagens e diárias para eventos e reuniões importantes e necessárias à execução das atividades da SEPED, além do pagamento do pessoal temporário contratado para atuar nas atividades do Programa, serviços de apoio terceirizado, entre outras despesas da Secretaria e suas Coordenações.

### Metas Orçamentária e Financeira da Ação 2272 Programa 1122:

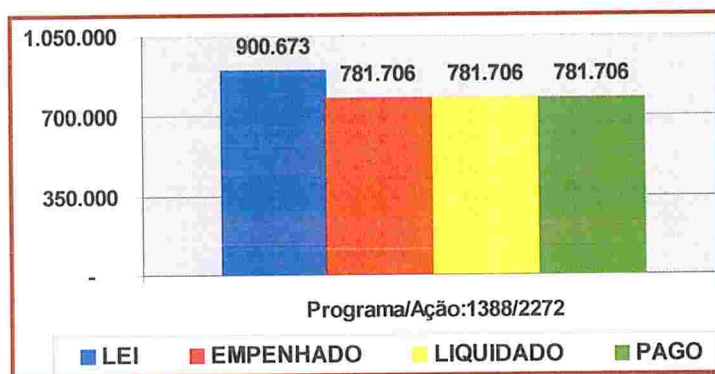
No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 1.336.308,00 (um milhão trezentos e trinta e seis mil, trezentos e oito reais), dos quais foram liquidados e liquidados R\$ 1.312.285,00 (um milhão, trezentos e doze e duzentos e oitenta e cinco reais), correspondendo a 98,20%, da execução orçamentária e pagos R\$ 1.268.191,00 (um milhão duzentos e sessenta e oito mil e cento e noventa e um reais), correspondendo a 86,90% da ação, veja ( Tab. 1 e Fig. abaixo).



**Metas Físicas: Não se aplica.**

### Metas Orçamentária e Financeira da Ação 2272 Programa 1388

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 900.673,00 (novecentos mil, seiscentos e setenta e três reais), dos quais foram liquidados, liquidados e pagos R\$ 781.706,00 (setecentos e oitenta e um mil, setecentos e seis reais), correspondendo a 86,79%, da ação, veja ( Tab. 1 e Fig. abaixo).



**Metas Físicas: Não se aplica.**

#### Resultados:

Os recursos orçamentário das ações 2272 (Gestão e Administração do Programa), foram disponibilizados ao apoio necessário à execução das atividades previstas na SEPED e suas Coordenações, bem como das atividades necessárias ao desenvolvimento dos ações sob responsabilidades desta Secretaria nos seguintes Programa 0473, 1122 e 1388 deste Ministério.

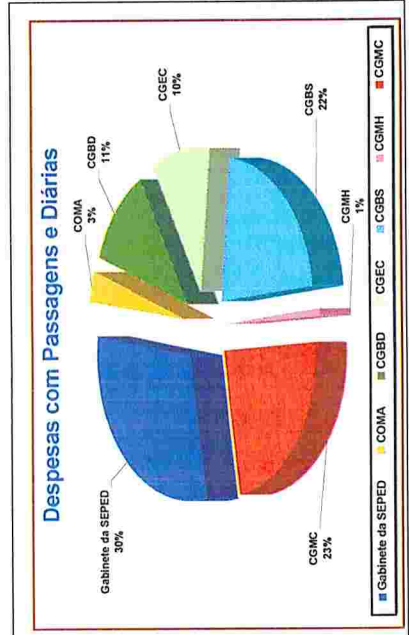
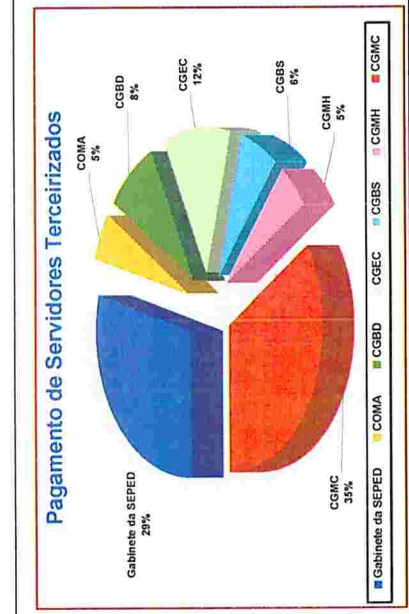
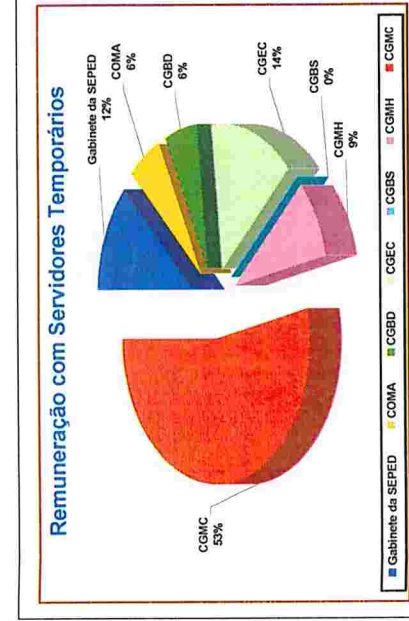
## Detalhamento da Execução das Ações 2272 dos Programas 1122 e 1388

### MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento

**Tabela 2: Detalhamento da Execução das Ações 2272 dos Programas 1122 e 1388**

Unidade da SEPED	Remuneração com Servidores Temporários	Pagamento de Servidores Terceirizados	Despesas com Passagens e Diárias	Outros despesas(*)
Gabinete da SEPED	81.130	183.716	198.573	75.706
COMA	37.240	33.856	23.341	
CGBD	37.240	53.226	75.728	
CGEC	97.090	73.513	66.717	
CGBS	-	39.660	144.184	
CGMH	59.850	33.865	5.540	
CGMC	357.770	216.924	155.028	
<b>Total Geral</b>	<b>670.320</b>	<b>634.760</b>	<b>669.111</b>	<b>75.706</b>

(\*) Despesas com locomoção (uso de veículos) e despesas com reprografia.



## Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade

Coordenador das Ações: Ione Egler

### Ações da CGBD:

- **Ação 0754:** Apoio à Modernização de Acervos Biológicos (coleções)
- **Ação 0756:** Apoio à Rede de Inventários da Biota
- **Ação 0909:** Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade
- **Ação 6739:** Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade

### Objetivos da Coordenação:

A Coordenação Geral de Políticas e Programa de Pesquisa em Biodiversidade - CGBD foi instituída pelo Decreto Presidencial n.º 5.886 de 06 de setembro de 2006, e regulamentada através da Portaria MCT n.º 755, de 03 de outubro de 2006, e tem como missão promover a articulação entre as diferentes iniciativas voltadas para a pesquisa em biodiversidade, bem como participar de todos fóruns de discussão sobre esse tema, visando a implementação das diretrizes estabelecidas pela Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB.

O principal programa da CGBD é Programa de Pesquisa em Biodiversidade - PPBio cuja atuação está direcionada principalmente para os temas relacionados a inventários, taxonomia e coleções biológicas. As ações do PPBio estão inseridas no Plano Plurianual 2004-2007 no Programa 1122 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Natureza e Clima, assim distribuídos:

Para o exercício de 2006 a CGBD contou com recursos da ordem de R\$3.342.516,00 (três milhões trezentos e quarenta e dois mil quinhentos e dezesseis reais).

O PPBio tem abrangência nacional e sua implantação teve início na região amazônica por meio de dois núcleos executores – O Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA, atuando na Amazônia Ocidental e o Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, na Amazônia Oriental. Em seguida, foi estruturada a Rede de Pesquisa do Semi-árido, tendo como núcleo executor a Universidade Federal de Feira de Santana – UEFS. Atualmente está em fase de implantação a Rede Mata Atlântica.

Outros programas e projetos são conduzidos na CGBD, são o Programa de Taxonomia, uma parceria entre MCT, CNPq e CAPES, o Projeto de Gestão da informação sobre a Biodiversidade do Espírito Santo e o Projeto Rede Virtual de Informações sobre Biodiversidade.

A CGBD/MCT tem ativa participação na definição da posição brasileira em fóruns internacionais relacionados à biodiversidade, principalmente nas reuniões da CDB sendo atualmente o Ponto Focal brasileiro do Global Taxonomy Initiative – GTI.

No plano interno destaca-se a representação nas reuniões plenárias, grupos de trabalho e câmaras temáticas do Conselho Gestor do Patrimônio Genético – CGEN. Participa das seguintes câmaras temáticas: Procedimentos administrativos; Patrimônio genético mantido em condições ex situ; repartição de benefícios; conhecimento tradicional associado.

Participa do Conselho Nacional de Biodiversidade – CONABIO, representando o MCT

como titular e suplente, e co-coordena com o Ministério do Meio Ambiente a câmara temática de coleções biológicas.

Destaca-se ainda a participação e empenho da CGBD na consolidação da nova lei de Acesso ao Patrimônio Genético que atualmente está sendo discutida na Casa Civil e nas discussões sobre o Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios.

#### **Ação 0754: Apoio à modernização de acervos biológicos (coleções *ex-situ*)**

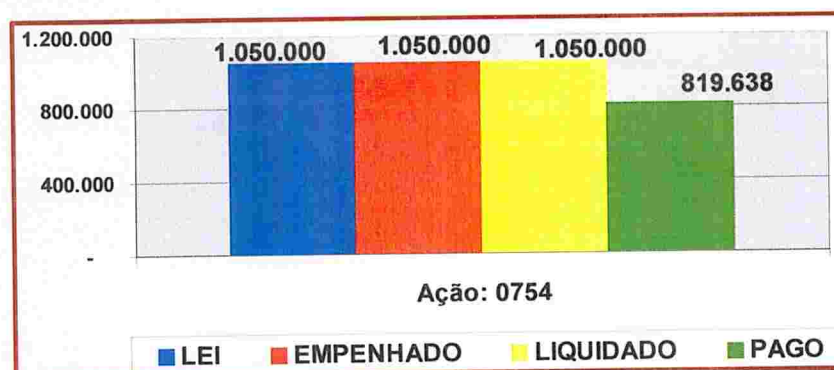
##### **Objetivos da ação:**

Aprimorar a capacidade brasileira de preservar, estudar e de dar informação sobre os componentes da biodiversidade (fauna, flora, microorganismos e coleções de culturas) por meio da modernização dos acervos biológicos do País.

Esta ação se propõe a criar meios para instituir uma política, em nível nacional, para gerenciamento de acervos biológicos, e que venha a promover a sua manutenção, ampliação e conexão. A estratégia de implementação desta ação é assim definida: (1) Identificar coleções de referência que possam ser representativas dos principais biomas nacionais; (2) Estabelecer um grupo assessor, com representantes de curadores desses acervos para definir as diretrizes de uma política para os acervos biológicos do País; (3) Fomentar a manutenção e ampliação dessas coleções; (4) Fomentar a digitalização de acervos a partir de tecnologias de informática para biodiversidade facilitando o acesso e uso do conhecimento; (5) Apoiar de forma induzida a capacitação de especialistas principalmente de taxonomistas, curadores e técnico de curadoria; (6) Fomentar a integração destas coleções e de coleções

##### **Metas Orçamentária e Financeira da Ação 0754**

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais), deste total, foram empenhados e liquidados 100% da ação e pagos R\$ 819.638,00 (oitocentos e dezenove mil seiscentos e trinta e oito reais), correspondendo à 78,06% do total da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



**Meta física: 44,00 – (Produto: coleção biológica informatizada)**

### Modalidades de Transferência de Recursos:

- Termo de Compromisso de Execução firmado entre a CGBD/MCT e o Núcleo Executor da Amazônia Oriental (INPA)
- Termo de Compromisso de Execução firmado entre a CGBD/MCT e o Núcleo Executor da Amazônia Ocidental (MPEG)
- Convênio firmado entre o MCT e o Núcleo Executor do Semi-árido
- Descentralização de recursos para o CNPq para pagamento de bolsas do PPBio – MPEG, bolsas do projeto temático do Prof. José Maia e apoio complementar a proposta do PPBio semi-árido.

### Transferência de Recursos

Valor total descentralizado = 1.049.999,71

Instituição	Forma de transferência	Valor	Detalhamento
INPA	Termo de compromisso de gestão	R\$ 450.511,00	Custeio = R\$ 279.804,00 Capital = R\$ 170.707,00
MPEG	Termo de compromisso de gestão	R\$ 240.499,00	Custeio = R\$ 168.716,00 Capital = R\$ 71.783,00
CNPq	Bolsas PPBio MPEG	R\$ 72.448,71	Custeio = R\$ 72.448,71
CNPq	Bolsas projeto José Maia	R\$ 50.000,00	Custeio = R\$ 50.000,00
CNPq	Apoio projeto PPBio semi-árido	R\$ 138.510,00	Custeio = R\$ 80.000,00 Capital = R\$ 58.510,00
APNE	Convênio	R\$ 98.031,00	Custeio = R\$ 98.031,00

APNE = Associação Plantas do Nordeste

CNPq = Conselho Nacional

INPA = Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

MPEG = Museu Paraense Emílio Goeldi

### Resultados Obtidos:

#### Coleções Biológicas obtidos no PPBio – MPEG:

Aquisição de equipamentos para informática foi efetuada. Os equipamentos de rede, no valor de R\$ 90.000,00 foram alocados em sua maioria no Setor de Processamento de Dados do campus de pesquisa do MPEG, trazendo mais rapidez e estabilidade à rede que liga as Coordenações de Zoologia e Botânica e o Laboratório de Análise Espaciais. A modernização da infra-estrutura para inclusão de dados será possibilitada pelo projeto de Coleções Biológicas, com a compra de 13 computadores destinados às curadorias das coleções biológicas do MPEG e Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA. A manutenção da instalação é feita através de compra de material de consumo e contratação de serviço de terceiros. Foram contratados um gerente e uma secretária através de contratos e bolsas via Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP, para atender as demandas de gerência e dos componentes de inventário e coleções, recursos também foram alocados para a contratação de técnico-chefe do Núcleo de Bioinformática - NBGI. Foram realizados 02 cursos de Brahm

(programa computacional voltado para pesquisa e para gerenciamento de coleções botânicas) em Belém para pesquisadores, técnicos e bolsistas do Museu e do núcleo regional Amapá nos quais foram treinadas 30 pessoas, inclusive o pessoal do NBGI. Para informatizar as Coleções foram contratados 03 bolsistas de Iniciação Tecnológica Industrial - ITI. Foi realizado o levantamento dos espécimes depositados na coleção de tipos do MPEG, das famílias: Euphorbiaceae, Annonaceae, Leguminose e fungos, ampla consulta as monografias disponíveis e obras raras nas bibliotecas do MPEG e Embrapa Amazônica Oriental, comparação e análise dos dados provenientes da informatização dos espécimes com os dados levantados nas obras, criando-se uma tabela para as correções e confirmações dos táxons para ingressar os dados no Brahm. Correção do banco de dados para realizar o mapeamento e modelagem da distribuição das espécies e eventualmente o mapeamento dos padrões de biodiversidade. A coleção de peles de aves do MPEG está totalmente informatizada. Foi inaugurado o prédio que abriga o salão de armazenagem do herbário e laboratórios associados. A finalização desta obra foi garantida com recursos do PPBio do exercício anterior, já foi transferido o Herbário João Murça Pires. Foram adquiridos equipamentos de climatização para todos os salões de armazenagem dos acervos científicos do MCT/MPEG. As demandas internas das coleções biológicas do Museu tem sido organizadas pelo Conselho de Curadoria das Coleções Científicas do MCT/MPEG, de forma a evitar duplicação de esforços e otimizar as aplicações de recursos públicos. No tocante a equipamentos óticos dos laboratórios associados as coleções biológicas do MPEG, estão mobilizados para o uso de alunos que desenvolvem teses e dissertações em sistemáticas de organismos, trabalho com impacto direto na qualificação das coleções do Museu. Com referência a manutenção de instalação e as melhorias no cabeamento da rede computacional do herbário e de seus laboratórios associados, foi de suma importância para as coleções de zoologia do Museu a reforma realizada nas instalações elétricas de todos os acervos da zoologia e dos laboratórios associados das coleções de invertebrados (laboratório de ecologia de insetos e invertebrados em via úmida). As visitas técnicas para verificar a estruturação do projeto Coleções Biológicas incluíram a cooperação com a Universidade Federal do Maranhão. Levando-se em consideração a situação de ameaça ambiental e alta importância ecológica e biogeográfica da Amazônia maranhense, foram contactados os pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão - UFMA e Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, os quais participaram do encontro de planejamento PPBio Amazônia Oriental, onde as bases do núcleo foram estruturadas. Está em andamento o diagnóstico das coleções científicas das instituições maranhenses, atividade que vem sendo realizada por pesquisadores locais, sem ônus para o PPBio.

Foi concluído o diagnóstico das coleções no Núcleo regional do Amapá. A implementação das plataformas e dos aplicativos para a disponibilização das coleções botânicas e zoológicas está em andamento. Foi criado o Núcleo de Biogeoinformática, adquiridos 11 computadores de alta velocidade e instalados 2 suítes nos prédios das coleções zoológicas e botânicas, aumentando a velocidade nas transmissões de dados. Foi iniciada a compra de um firewall que irá garantir a segurança da rede e da transmissão de dados. Foi feita a reforma elétrica de todos os acervos das coleções zoológicas e dos laboratórios associados às coleções de invertebrados. Foi finalizada a compra de material permanente necessários para o desenvolvimento das atividades dos laboratórios no período 2006 – 2007 e foi realizada a compra de bibliografia especializada para a identificação de organismos. Foram apoiadas 10 visitas técnicas para qualificação das coleções do MPEG, beneficiando diretamente o herbário e as coleções de insetos, invertebrados, aves, peixes e serpentes, possibilitando a incorporação de parte do material não tombado ou não identificado ao acervo do MPEG. Todos os tipos



botânicos do herbário já foram fotografados e digitalizados. As coleções de peixes e de peles de aves estão totalmente informatizadas. Foram organizados e oferecidos 2 edições do curso de formação e aperfeiçoamento de técnicos em coleta e curadoria de coleções, sendo treinados 53 alunos de diferentes áreas de atuação. Foram oferecidos dois cursos sobre o aplicativo Bhrams com a participação de 32 pessoas e um curso de Plone Zope para a capacitação do núcleo executor em banco de dados.

### **Coleções Biológicas obtidos no PPBio – INPA:**

Avanços na elaboração de proposta de política de dados, elaboração de uma proposta de formação de comitê gestor de informação, portal PPBio na Amazônia já está *online*, definição e implementação do sistema para integração e publicação na Internet das informações dos herbários da Amazônia, modernização do sistema de gerenciamento de banco de dados da coleção de peixes do INPA, qualificação taxonômica de grupos selecionados das coleções (herbário, coleção de peixes, coleção de invertebrados). O sistema Brahms On Line foi instalado e configurado junto ao INPA, possibilitando a publicação dos dados do herbário do INPA e a criação de um Portal de Herbário da Amazônia na Internet. A informatização das coleções se deu através: da digitação de 94,5% dos dados do herbário do INPA e a digitalização das imagens das exsicatas.

A coleta de dados foi concluída. Foram identificadas 12 instituições da Amazônia mantenedoras de coleções biológicas, totalizando 36 coleções: botânicas, zoológicas e microbiológicas.

Em relação as coleções botânicas o acesso ao banco de dados do herbário do INPA já pode ser feito *online* no endereço <http://angelim.inpa.gov.br>.

Entre 24 e 26 de julho de 2006; foi promovido o *Workshop* Internacional da Rede de Herbários sobre a Amazônia (HERBAM) para discutir a implementação da rede. O evento contou com 49 participantes de 23 instituições e organizações, dos quais 20 brasileiras (dez da Amazônia, duas do Rio de Janeiro, uma da Paraíba e uma da Bahia), duas inglesas e uma norte-americana. Os principais resultados obtidos foram: (i) manifestações de adesão dos representantes dos herbários amazônicos presentes apoiando a formação da HERBAM e de compromisso com a disponibilização aberta e livre de dados não-sensíveis; (ii) concordância e o apoio de importantes herbários extra-amazônicos quanto à repatriação de dados da flora amazônica por meio da integração de seus bancos de dados à rede; (iii) entendimento no sentido de se estabelecer atividades de cooperação entre os herbários presentes visando o incremento de atividades de formação de recursos humanos e de compartilhamento de informações; (iv) definição do nome “HERBAM – Rede de Herbários com Coleções Amazônicas”; (v) utilização do Brahms Online como plataforma computacional de integração, inicialmente na forma de um banco de dados centralizado hospedado em um servidor localizado no Núcleo de Biogeoinformática do PPBio no INPA; (vi) estabelecer um comitê gestor de tecnologia e informação para a rede; (vi) considerar o herbário do NYBG como prioritário para a repatriação de informações sobre a flora amazônica e procurar mecanismos para viabilizar esse processo, preferencialmente envolvendo a formação e qualificação de recursos humanos da região amazônica em sistemática e taxonomia botânica; (vii) utilizar a metodologia de digitalização de imagens proposta pelo Dr. Mike Hopkins como forma de agilizar os processos de informatização e qualificação de dados dos acervos; (viii) estabelecimento de critérios para priorizar os grupos taxonômicos cujas informações deverão ser repatriadas.

O PPBio/Coleções-INPA está apoiando, por meio do NBGI, a migração dos registros das coleções zoológicas já total ou parcialmente informatizadas para uma plataforma específica para gerenciamento de coleções e a adaptação dos bancos de dados ao modelo do Darwin Core, visando a disponibilização para consulta *online*.

Em relação a ampliação e manutenção das coleções que compõe o Núcleo executor da Amazônia Ocidental, no Herbário do INPA foi estabelecida de uma sala exclusiva para abrigar a coleção da Carpoteca. Para estabelecer as condições apropriadas de climatização para a manutenção dos acervos foram trocadas as centrais de ar condicionado e instalado sistema de *backup* elétrico para freezers e ultra-freezers das coleções zoológicas. Para o Museu Integrado de Roraima foram comprados de 02 aparelhos de ar condicionado e 07 armários de herbário.

### **Coleções Biológicas obtidos no PPBio- Semi-árido:**

Foram apoiadas visitas de 04 visitas de pesquisadores do Nordeste a herbários e museus zoológicos fora do Nordeste e de especialistas de fora do Nordeste a acervos da Região (2 em 2006) para a atualização das identificações e elaboração das listas de espécies do Semi-árido.

Continua a elaboração da plataforma para disponibilização dos bancos de dados *online* com a contratação de 04 estagiários de informática e a manutenção e informatização das coleções com a contratação de estagiários para os herbários, coleções de microorganismos, museus entomológicos e de vertebrados. Além disso um estagiário participou do treinamento para informatização de bancos de dados e com dois coordenadores da reunião para protocolo de coleções do PPBio, ambos coordenados pelo PPBio Amazônia e realizados em Manaus. Foram concluídos também os diagnósticos de 30 herbários , 07 coleções de microorganismos e museus zoológicos do Nordeste (13 de invertebrados e 9 de vertebrados.)

Foram detectadas 30 coleções de plantas e fungos macroscópicos nos nove estados nordestinos, perfazendo um total de cerca de 800.000 espécimes, sendo os maiores herbários o CEPEC e HUEFS com mais de 100.000 espécimes cada uma deles. Deve ser destacado também o herbário URM com mais de 50.000 espécimes de fungos. São sete as coleções de microorganismos, apenas duas informatizadas e uma incluída como fiel depositário. As coleções de animais, são 13 de invertebrados e nove de vertebrados em quatro instituições. As maiores coleções são de peixes e praticamente não existem coleções de aves.

### **Ação 0756: Apoio à Redes de Inventários da Biota**

#### **Objetivos da ação:**

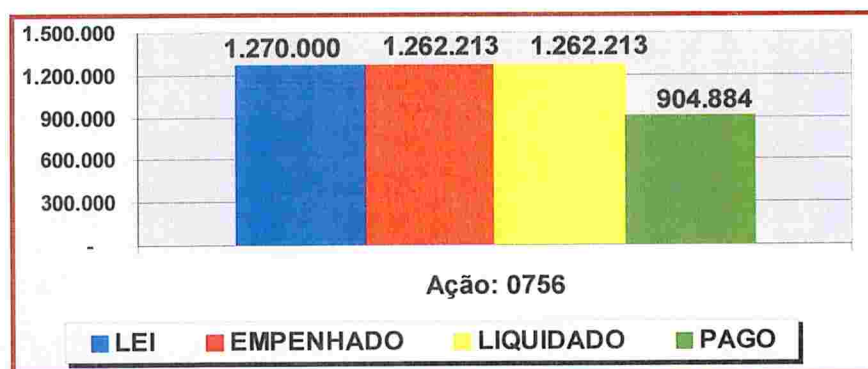
Implantação e manutenção de redes de inventário, buscando utilizar e adaptar a experiência obtida pelo Estado de São Paulo, do BIOTA-FAPESP, para outras regiões do País, e assim agilizar e otimizar a produção do conhecimento sobre a biodiversidade brasileira em nível nacional.

Apoiar a instituição de redes de inventários da biodiversidade, que deverão trabalhar com uso de protocolos padrão que harmonizam as metodologias de trabalho e definem campos de informação essenciais, necessários e desejáveis a serem preenchidos por pesquisadores. Essa

metodologia de inventário foi inicialmente estabelecido pelo Programa BIOTA, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), teve como resultados positivos a otimização de recursos humanos, a maximização do uso de recursos públicos voltados ao conhecimento, à pesquisa e a caracterização da biodiversidade, e a ampliação e melhoria do acesso às informações sobre os componentes da biodiversidade do Estado de São Paulo.

### Metas Orçamentária e Financeira da Ação 0756

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 1.270.000,00 (hum milhão, duzentos e setenta mil reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 1.262,213,00 (hum milhão duzentos e sessenta e dois mil e duzentos e treze reais), correspondendo a 99,39% da ação e pagos R\$ 904.884,00 (novecentos e quatro mil oitocentos e oitenta e quatro reais), correspondendo à 71,25% do total da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



**Metas físicas: 3,00 - (Produto: pesquisa realizada)**

#### Modalidades de Transferência de recursos:

- Termo de Compromisso de Execução firmado entre a CGBD/ MCT e o Núcleo Executor da Amazônia Oriental (INPA)
- Termo de Compromisso de Execução firmado entre a CGBD/MCT e o Núcleo Executor da Amazônia Ocidental (MPEG)
- Convênio firmado entre o MCT e o Núcleo Executor do Semi-árido
- Descentralização de recursos para o CNPq para pagamento de bolsas do PPBio – MPEG, bolsas do projeto temático do Prof. José Maia e apoio complementar a proposta do PPBio semi-árido

## Transferência de Recursos

Recursos transferidos = R\$ 1.270.000,00

Instituição	Forma de transferência	Valor	Detalhamento
INPA	Termo de compromisso de gestão	R\$ 426.730,00	Custeio = R\$ 243.081,00 Capital = R\$ 183.649,00
MPEG	Termo de compromisso de gestão	R\$ 253.979,00	Custeio = R\$ 90.330,00 Capital = R\$ 163.649,00
CNPq	Bolsas PPBio MPEG	R\$ 123.902,00	Custeio = R\$ 123.902,00
CNPq	Apoio ao projeto de José Maia	R\$ 120.000,00	Capital = R\$ 120.000,00
CNPq	Apoio ao projeto PPBio semi-árido	R\$ 182.702,00	Capital = R\$ 182.702,00
APNE	Convênio	R\$ 421.670,00	Custeio = R\$ 421.670,00

APNE = Associação Plantas do Nordeste

CNPq = Conselho Nacional

INPA = Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

MPEG = Museu Paraense Emílio Goeldi

## Resultados Obtidos:

### Inventários no PPBio- INPA:

Foram definidos os procedimentos necessários para licitações, licenças de agências responsáveis pelas áreas onde as grades estão sendo instaladas para pesquisas, coletas e transportes de material biológico. As grades de PARNA Viruá e Macará foram completamente instaladas. Em março de 2006 foi ministrado pelos pesquisadores do INPA para alunos de Pós-graduação da Universidade Federal de Roraima – UFRR o curso de Ecologia de Savana que ajudou a disseminar a necessidade de amostragem padronizadas e o entendimento sobre coletas de dados. O curso foi financiado pelo PPBio. O Núcleo Regional de Roraima começou a funcionar de maneira integrada, sendo instituições participantes do Conselho do Núcleo o IBAMA, a Universidade Federal de Roraima – UFRR, a Fundação Estadual de Meio Ambiente C&T de Roraima - FEMACT, a EMBRAPA e o INPA, e tendo como observador o Conselho Indígena da Roraima. O MPEG está desenvolvendo cursos padrões para ministrar nos núcleos regionais e o INPA está apoiando esta iniciativa financeiramente. A experiência do grupo mostra que os diferentes núcleos regionais têm necessidades de capacitação diferentes, portanto fica difícil atender as demandas em cursos padrões. Estamos fazendo uma avaliação das necessidades dos parceiros dos núcleos para ministrar cursos de curta duração de forma a atender as necessidades particulares de cada entidade colaboradora, aproveitando os especialistas em cada atividade para troca de informações e protocolos de trabalho. Utilizar o laboratório de solos da Universidade Federal de Roraima - UFRR, relativamente bem equipado, mas com equipe técnica tem treinamento especializado. O INPA possui um dos mais avançados laboratórios de análise de solos e já esta articulando cursos específicos para treinar os técnicos da Universidade Federal de Roraima – UFRR.

A bolsista Débora Drucker, em articulação com os bolsistas do componente Informática, desenvolveu um sistema efetivo e de fácil acesso, superando qualquer outro sistema disponível atualmente. O sistema está sendo alimentado com dados da grade da Reserva Ducke e os

métodos consagrados no campo vão sendo incorporados com metadados já estão disponíveis para muitos grupos. O site pode ser acessado <http://ppbio.inpa.gov.br>, boa parte dos acessos é de origem internacional, apesar de ainda estar inteiramente em português. Está sendo desenvolvida a versão em inglês do site.

Os dados da Reserva Ducke foram coletados inteiramente sob a coordenação de alunos de pós-graduação, seguindo protocolos pré-determinados. Este método é o único viável considerando as limitações orçamentárias, e a necessidade de usar recursos do PPBio para instalar a infra-estrutura básica. Para realizar os levantamentos na PARNA Viruá o IBAMA está garantindo alojamento e alimentação para os pesquisadores. Foram desenvolvidos 15 sistemas de coleta junto com pesquisadores do MPEG, foi elaborado um documento preliminar (já disponível no site do PPBio) complementando métodos já usados na grade da reserva Ducke.

### **Inventários no Museu Paraense Emilio Goeldi – MPEG:**

Foram realizadas vistas técnicas para o estabelecimento do núcleo regional do Amapá, estabelecido com o apoio do Governo do Estado do Amapá, através da Secretaria Especial de Desenvolvimento, Secretaria de Ciência e Tecnologia e Secretaria de Educação. A instituição coordenadora do núcleo é o Instituto de Pesquisa do Amapá – IEPA, vinculado a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá, com a qual foi estabelecido um convênio com o Museu Goeldi. Também destas visitas resultou a parceria com a Universidade Federal do Amapá – UFAP, onde se estabeleceu cooperação técnica visando a formação de recursos humanos em diferentes níveis e o fortalecimento dos quadros da universidade. A UFAP coordenará as ações institucionais no Amapá para a formação de doutores em zoologia e mestres em zoologia e botânica, em cooperação com o Museu Goeldi, a Universidade Federal do Pará – UFPA e a Universidade Federal Rural do Pará – UFRPA. Também em cooperação com o Governo do Estado a Universidade sediou cursos de formação de técnicos em inventário biológico, promovidos pelo PPBio. A parceria estabelecida com o IBAMA local permitiu a visita de várias áreas protegidas do Amapá para a escolha do local de estabelecimento da parcela permanente. O curso de treinamento técnico foi realizado de agosto de 2005 a fevereiro de 2006. Inscreveram-se 250 candidatos dos quais 45 foram selecionados e 40 candidatos concluíram o treinamento. O curso foi oferecido com módulos de inventário biológico e legislação ambiental (módulos comuns) e módulo de: herpetologia, entomologia, invertebrados, aves, mamíferos, peixes, fungos e plantas.

Os pesquisadores do MPEG apresentaram palestras na Universidade Federal do Amapá – UFPA, sobre o PPBio e sobre os cursos de Pós-graduação do MPEG (mestrado em botânica, mestrado e doutorado em zoologia), os professores- mestre da Universidade Federal do Amapá – UFAP. Atualmente o núcleo do Amapá conta com 15 pesquisadores cadastrados no PPBio colaborando com os protocolos de estrutura da vegetação, solos, clima, árvores e arbustos, invertebrados aquáticos, mosquitos, peixes mamíferos, mosca e abelhas e herpetofauna. No núcleo do Amapá a localização da parcela envolveu 03 visitas e um sobrevôo para escolher a área. A delimitação da parcela em campo na Flona do Amapá foi realizada em agosto de 2005 e aguarda-se autorização do IBAMA para implantação da grade. Na Flona Caxiuanã a parcerias já existentes com IBAMA local e a utilização de imagem de satélite do local já adquirida anteriormente permitiram que a parcela fosse rapidamente localizada dentro da Flona. Foi contratada a Empresa de topografia através de licitação em dezembro de 2005, para que fosse

estabelecido os acampamentos e confecção das pontes que atravessam as áreas de Igapó, foram realizadas as coletas para levantamento de solos em janeiro de 2006, foi efetuado o estudo da estrutura de vegetação, mapeamento de árvores e avaliação de biomassa.

Foi realizado o terceiro Encontro de Planejamento do PPBio Amazônia Oriental, foram convidados representantes do IBAMA e das instituições de pesquisas do Amapá e Maranhão.

Foram realizadas 11 viagens para seleção de locais, instalação de grades e construção de infra-estrutura para acampamentos na Flona do Amapá. Foi realizada 01 viagem de exploração na parte sul da reserva ecológica do Gurupi para definição do local onde será implantada a grade de pesquisa. Foi firmado convênio com a Universidade Federal do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão consolidando formalmente o Núcleo regional do Maranhão. Foram realizadas 28 viagens para a execução de protocolos de dados básicos na Flona de Caxiuanã e já foram concluídas as coletas referentes a 10 protocolos de dados biológicos. Foi concluída a execução dos protocolos de dados básicos referentes a solo e estrutura de vegetação. O protocolo de dados climáticos que deverá ser mantido de forma contínua já foi iniciado. A caracterização topográfica da grade de Caxiuanã foi concluída e o mapa topográfico da área está em fase final de elaboração. O levantamento florístico já foi iniciado contudo os resultados preliminares ainda não foram apresentados. Foram feitas 2 reuniões, sendo uma presencial em Manaus e uma videoconferência entre os Núcleos Executores para definição de estruturas de banco de dados.

Foi concluída toda a compra de material permanente para a execução do Plano de trabalho 2006 – 2007.

### **Inventários no Semi-árido:**

Foram realizadas 23 expedições de coleta de plantas, fungos, invertebrados e vertebrados nas seis áreas selecionadas para inventários de biodiversidade. Este ano, foram também concluídos os diagnósticos de inventários de plantas (26), fungos (951 registros), invertebrados (240 espécies) e vertebrados (1.234 espécies) realizados no Semi-árido brasileiro.

Até o momento, foram incorporadas cerca de 2.700 exsiccatas (incluindo aproximadamente 150 fungos) do PPBio nos herbários HUEFS, IPA, TEPB e JPB provenientes de Senhor do Bonfim, Raso da Catarina e Dunas do São Francisco (BA), Buíque (PE), Serra das Confusões (PI) e Seridó (PB)

Em relação aos fungos, foram realizadas 12 expedições e coletados 152 espécimes de fungos incluindo: 58 espécimes em Senhor do Bonfim, 26 no Raso da Catarina, oito nas Dunas do São Francisco, 49 em Buíque e 11 no Seridó.

Como resultados desses inventários, estão sendo publicados três artigos. Um deles, submetido à Mycotaxon (EUA), são apresentadas duas novas espécies de *Brachydesmiella* (*B. brasiliensis* e *B. obclavata*), além de duas novas combinações no gênero *Repetophrgama*. Este trabalho foi desenvolvido em colaboração com Dr. Rafael Felipe Castañeda Ruiz, do Instituto de Ins. Fund. en Agricultura Tropical “Alejandro de Humboldt” (INIFAT), Cuba, que visitou a coleção graças ao apoio do PPBio. Outro artigo aceito pela revista *Mycologia* descreve uma nova espécie de *Beltrania* e o terceiro, submetido a *Acta Botânica Brasílica*, aponta um registro notável de fungo xerófilo, *Battarrea stevenii* Persoon para o Brasil.

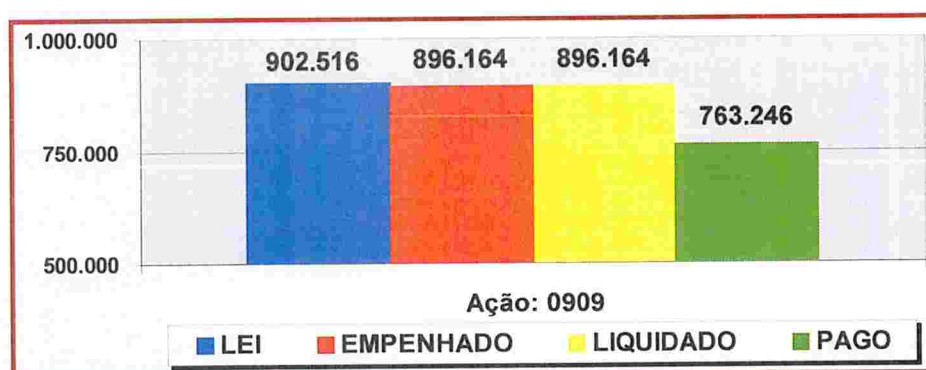
## **Ação 0909: Apoio à pesquisa e desenvolvimento em Áreas temáticas da biodiversidade**

### **Objetivos da ação:**

Instituir e apoiar uma “agenda unificadora” de pesquisa e desenvolvimento em biodiversidade capaz de apontar estratégias e integrar competências em diversos campos do conhecimento como a botânica, zoologia, microbiologia, entomologia, ecologia, paleontologia, genética, além das várias vertentes da biologia avançada, estabelecendo propósitos comuns para redes de pesquisa formadas por pesquisadores de diferentes organizações capazes de atuar objetivamente na pesquisa voltada à identificação, caracterização, valorização e uso sustentável da biodiversidade.

### **Metas Orçamentária e Financeira da Ação 0909**

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 902.516,00 (novecentos e dois mil e quinhentos e dezesseis reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 896.164,00 (oitocentos e noventa e seis mil e cento e sessenta e quatro reais), correspondendo a 99,30% da ação e pagos R\$ 763.246,00 (setecentos e sessenta e três mil e duzentos e quarenta e seis reais), correspondendo à 84,57% do total da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



**Meta física: 8,00 – (Produto: projeto apoiado)**

### **Modalidade de Transferência de recursos:**

- Termo de Compromisso de Execução firmado entre a CGBD/ MCT e o Núcleo Executor da Amazônia Oriental (INPA)
- Termo de Compromisso de Execução firmado entre a CGBD/MCT e o Núcleo Executor da Amazônia Ocidental (MPEG)
- Convênio firmado entre o MCT e o Núcleo Executor do Semi-árido
- Descentralização de recursos para o CNPq para pagamento de bolsas do PPBio – MPEG, bolsas do projeto temático do Prof. José Maia e apoio complementar a proposta do PPBio semi-árido
- Convênio entre o MCT e a Fapes (Espírito Santo)
- Convênio entre o MCT e a UFPA

## Transferência de Recursos:

Recursos transferidos R\$ 902.515,00

Instituição	Forma de transferência	Valor	Detalhamento
INPA	Termo de compromisso de gestão	R\$ 242.480,00	Custeio = R\$ 187.981,00 Capital = R\$ 54.499,00
MPEG	Termo de compromisso de gestão	R\$ 121.416,00	Custeio = R\$ 75.987,00 Capital = R\$ 45.429,00
CNPq	Bolsas PPBio MPEG	R\$ 21.493,00	Custeio = R\$ 123.902,00
CNPq	Apoio ao projeto de José Maia	R\$ 21.000,00	Capital = R\$ 120.000,00
CNPq	Apoio ao projeto PPBio semi-árido	R\$ 53.594,00	Custeio = R\$ 21.492,00 Capital = R\$ 32.102,00
APNE	Convênio	R\$ 255.982,00	Custeio = R\$ 255.982,00
UFPA	Convênio	R\$ 36.550,00	
FAPES	Convênio	R\$ 150.000,00	Custeio = R\$ 150.000,00

APNE = Associação Plantas do Nordeste

CNPq = Conselho Nacional

FAPES = Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

INPA = Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

MPEG = Museu Paraense Emílio Goeldi

UEFS = Universidade Estadual de Feira de Santana

UFPA = Universidade Federal do Pará

## Resultados Obtidos:

### 1) Projeto: Base de dados das plantas aromáticas e frutos da Amazônia

Coordenação: Dr. José Guilherme Soares Maia (UFPA)

Instituições Participantes: Universidade Federal do Pará – UFPA, Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC e Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá - IEPA

Período: 3 anos (até 25/10/2007)

Forma de implementação: Apoio a projeto integrado de Pesquisa - CNPq

O projeto consiste no inventário das plantas aromáticas dos cerrados e campos naturais da Amazônia Oriental, no uso dos dados provenientes para a extensão e consolidação da Base de Dados das Plantas Aromáticas e Frutos da Amazônia, e na implementação de um sistema agro-industrial para *Piper aduncum*, planta da região Amazônica rica em óleos essenciais.

A base de dados das Plantas Aromáticas e dos Frutos da Amazônia está estruturada em ambiente Windows/Access. Possui 850 entradas (espécimes). Cerca de 150 espécimes estão sendo analisados para serem inseridos na Base de Dados.

A nova estrutura em ambiente SQL, que foi instalada, está rodando normalmente. A migração dos dados da base anterior (em *Windows/Access*) foi realizado com sucesso. A inserção de dados dos espécimes de *Piper*, já foi iniciada.



## **2) Projeto: Identificação e mapeamento dos parentes silvestres de arroz (*Oryza sativa*), mandioca (*Manihot esculenta*) e de cajueiro (*Anacardium occidentale*)**

Coordenação: Dra. Ima Célia Guimarães Vieira (MPEG)

Instituições Participantes: Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz –ESALQ/USP e Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA

O projeto consiste na coleta e conservação ex situ de espécies silvestres, raças, ecótipos e variedades tradicionais de arroz, mandioca e caju do Brasil, com os objetivos de identificar, caracterizar e diagnosticar as condições de conservação in situ e ex situ dos parentes silvestres destas espécies e de disponibilizar o material coletado para programas de melhoramento.

Foi realizado levantamento de informações secundárias, como as áreas de ocorrência de cada um dos táxons ou raças em herbários, sendo eles: MPEG, INPA, Embrapa Amazônia Oriental, CENARGEN, Instituto de Botânica de São Paulo, Herbário da ESALQ, Jardim Botânico do Rio de Janeiro entre outros. Realizou-se também um levantamento da literatura em bibliotecas agrícolas e botânicas do Brasil e busca de informação disponível na Internet foi utilizada para a definição do estado do conhecimento técnico científico de cada um dos parentes silvestres das espécies em questão, informações como: características botânicas, distribuição geográfica, tratos culturais, grau de domesticação, importância sócio-econômica e cultural, assim como a indicação dos usos atuais e potenciais de cada espécie, por meio de levantamentos dos conhecimentos científico, tecnológico e popular, quer para a utilização direta na agricultura, quer para uso no melhoramento genético da cultura. De posse das informações já obtidas, foram elaborados mapas característicos da distribuição geográfica de cada um dos parentes silvestres, bem como das raças locais/variedades crioulas das espécies cultivadas objeto da proposta, essa fase do projeto foi realizada no SIPAM (Sistema de Proteção da Amazônia), com base de dados do local.

Os mapas-bases elaborados contêm informações fitogeográficas, de modo que se possa vir a ter uma idéia bastante precisa do tipo de formação vegetal em que cada espécie ocorre e, conseqüentemente, de suas exigências ecológicas. Além dos mapas por espécie foram produzidos mapas conjuntos que, especialmente em escalas maiores, podem mostrar padrões de simpatria, alopatria e parapatria, e portanto indicar situações em que a hibridação interespecífica pode ser facilitada ou impedida.

## **3) Projeto: Projeto-piloto para o cultivo e a destilação de plantas aromáticas da Amazônia para a obtenção de óleos essenciais**

Coordenação: Dr. Joaquim de Carvalho Bayma (UFPA)

Instituições Participantes: Universidade Federal do Pará – UFPA, Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, Ervativa - Extratos Vegetais Ativos Ltda

Período: 3 anos (até 30/07/2007)

O projeto consiste na investigação em escala piloto das condições de cultivo e os parâmetros físico-químicos da destilação por arrefecimento a vapor de duas plantas aromáticas, priprioica e estoraque, visando determinar as condições ótimas para a exploração comercial destas espécies.

#### **4) Projeto: Pesquisa em Biodiversidade do Semi-Árido – Componente Projetos Temáticos**

O componente “Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Temáticas da Biodiversidade”, propõe a caracterização nos níveis orgânicos e molecular de plantas, fungos e animais do semi-árido selecionadas com ênfase naquelas endêmicas, ameaçadas de extinção e potencial de utilização pela sociedade da região. Com este objetivo serão realizados estudos de filogenia molecular e variabilidade genética, investigação química de espécies de plantas aromáticas e determinação da atividade biológica de seus óleos voláteis, de biologia reprodutiva de comunidades de plantas e animais, e de bioquímica e atividade biológica de fungos macroscópicos da região do semi-árido.

São apoiados projetos nas seguintes áreas: Filogenia e variabilidade genética de plantas com potencial ornamental e forrageiro (5 projetos submetidos), Fitoquímica (2 projetos submetidos), Sistemática de fungos (5 projetos submetidos) e Biologia reprodutiva (3 projetos submetidos sendo um de peixes, um de anfíbios e um de abelhas e vespas) Todos os projetos estão em andamento. No final de julho, a equipe de peixes estava no campo, inclusive. E os de filogenia e variabilidade estão em fase de conclusão. Dois mestrados, um deles com dois artigos publicados já foram gerados. Até o final do ano, serão mais um mestrado e dois doutorados.

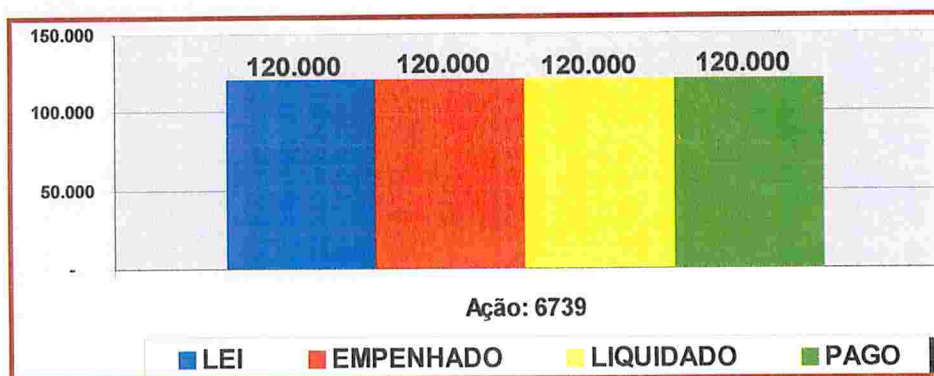
#### **Ação 6739: Ações Estratégicas em Biodiversidade**

##### **Objetivo da ação:**

A Convenção sobre Diversidade Biológica - CBD demanda ações de ciência e tecnologia na implementação dos programas temáticos, além da implantação de dois programas de trabalho transversais, recém instituídos, que são afetos à Política Nacional de Ciência e Tecnologia: o programa de Iniciativa Global em Taxonomia; e o programa de Cooperação e Transferência de Tecnologia. A implementação desses programas, de protocolos específicos e o atendimento das demandas de ciência e tecnologia pelos programas temáticos requerem: (1) a realização de estudos; (2) a organização de seminários e reuniões técnicas com especialistas e pesquisadores voltados ao planejamento de ações e à ampliação de parcerias para consecução de projetos; (3) elaboração de propostas de projetos - inclusive para captação de recursos internacionais de doação no Global Environment Facility (GEF), que é o fundo de apoio à implementação da CBD; e (4) o apoio à participação de especialistas em reuniões e fóruns internacionais.

##### **Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6739**

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), deste total, foram empenhados, liquidados e pagos 100% do total da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



**Meta física: 10,00 – (Produto: projeto desenvolvido)**

**Modalidades de Transferência de recursos:**

- Repasse de recursos para a UNESCO tendo em vista honrar com compromissos assumidos pelo Brasil perante a Convenção sobre Diversidade Biológica.

**Transferência de Recursos**

Recursos transferidos = R\$ 120.000,00

Instituição	Forma de transferência	Valor	Detalhamento
UNESCO	Convênio	R\$ 120.000,00	Custeio = R\$ 120.000,00

**Resultados Obtidos:**

Plano de trabalho com a Unesco definido para a realização de atividades voltadas à implementação da CDB.

## **Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas - CGEC**

Coordenadora das Ações: **Maria Luiza Braz Alves**

### **Objetivos da Coordenação**

A Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas tem como objetivos subsidiar a SEPED na fomentação, geração, difusão e aplicação de novos conhecimentos e tecnologias visando à sustentabilidade dos ecossistemas brasileiros, bem como promover a capacitação e formação de recursos humanos e a disponibilização de subsídios para a definição de políticas públicas para a gestão dos ecossistemas.

### **Atividades desempenhadas pela CGEC**

A Coordenação Geral de Gestão de Ecossistemas (CGEC) foi instituída em 6 de setembro de 2006, por meio do Decreto nº 5.886, com a missão de subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação de programas, projetos e atividades de fomento na área de Ecossistemas. Essa Coordenação está vinculada à Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e é responsável por todas as atividades de sua antecessora – a Coordenação Geral de Políticas e Programas Setoriais Ambientais (CGSA).

Cabe à esta coordenação, conforme Portaria nº 806, de 25 de outubro de 2006, coordenar o Subprograma “Ecossistemas” do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação do Plano Plurianual (PPA), viabilizando a execução e o monitoramento de 4 ações do PPA:

- **Ação 4951:** Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal
- **Ação 6255:** Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para Gestão Ambiental
- **Ação 6258:** Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais
- **Ação 6717:** Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros

Ademais, deve acompanhar três ações desse Subprograma que se encontram sob a coordenação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

### **Além dessas ações, a Coordenação realizou as seguintes atividades:**

- induziu a estruturação do Projeto de Integração dos Programas do MCT e da Embrapa na Amazônia (PIME), cujo contrato com a Finep foi assinado em dezembro de 2006;
- apoiou o Projeto de Montagem de Laboratório e Capacitação de Recursos Humanos de Sensoriamento Remoto, em Santarém, como Suporte ao Manejo de Recursos Naturais na Área de Influência da Rodovia BR-163 no Estado do Pará (LASERS), inaugurado em setembro de 2006;
- elaborou, juntamente com a SEAP - Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, o Edital de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Recursos Pesqueiros na Amazônia (CT-Pesca). O edital foi publicado pelo CNPq, sendo contratados 10 projetos;

- elaborou, em parceria com o Ministério do Meio ambiente e Ministério da Integração Nacional, o edital da Rede de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Extensão em Apoio ao Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O edital foi publicado pelo CNPq, sendo contratadas 9 redes de pesquisa, totalizando 38 projetos;
- representou o MCT em diversos grupos de trabalho e comissões sobre meio ambiente e Amazônia, com destaque para os Grupos de Trabalho Interministerial do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, do Plano BR-163 Sustentável, do Plano Amazônia Sustentável (PAS);
- representou o MCT no Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), na Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (CONAFLO), na Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (CONACER), na Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), em Câmaras Técnicas do CONAMA, na Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Termo de Parceria firmado com o Centro de Pesquisa do Pantanal, na Comissão Especial de Metas Institucionais do MCT;
- contribuiu para a elaboração do Termo de Referência da Ação Transversal Cenários para a Amazônia: Uso da terra, Biodiversidade e Clima ;
- contribuiu para a elaboração do Termo de Referência da Ação Transversal para o Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera da Amazônia- LBA, cujo contrato foi assinado em dezembro/2006 com a Finep.

#### Ações sob a responsabilidade da CGEC

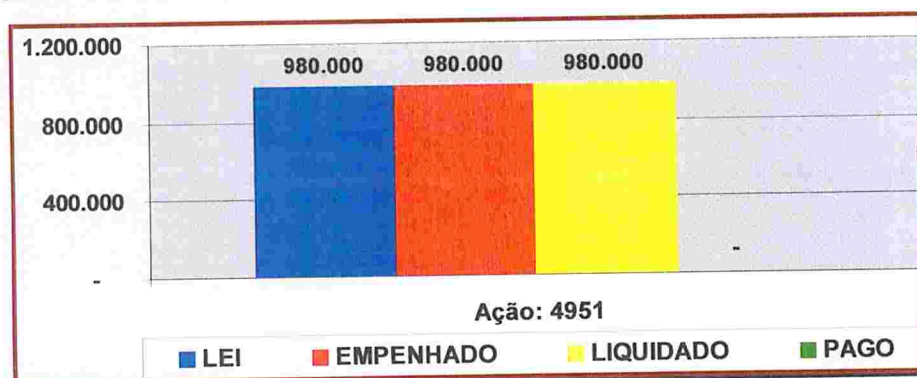
#### Ação 4951 Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal.

#### Objetivos da ação

Esta Ação tem por objetivo consolidar redes horizontais não-competitivas, aproveitando as vantagens comparativas das instituições de pesquisa e ensino da região do Pantanal, visando otimizar a geração e difusão de novos conhecimentos e tecnologias e a formação de recursos humanos.

#### Objetivos e metas (físicas e financeiras)

No exercício de 2006, foram disponibilizados, no âmbito dessa ação, orçamento de R\$ 980.000,00 (novecentos e oitenta mil reais). Desse total, foram empenhados e liquidados 100% do total da ação, conforme Tab. 1 e Fig. abaixo.



**Metas físicas:** 3 redes de pesquisa implantadas: Rede de Pesca, Rede de Pecuária e Rede de Bioprospecção.

### **Atividades desempenhadas**

Atualmente, o projeto vem se desenvolvendo satisfatoriamente. A Comissão de Acompanhamento e Avaliação, instituída pela Portaria MCT nº 202, de 22/03/2006, recomendou, na última avaliação, ajustes nos indicadores inicialmente estabelecidos, visando melhor determinação e maior transparência no alcance das metas estabelecidas. Quanto à integração, foram sugeridas a estruturação de um fórum de debates “on line”, para provocar essa integração, e a realização de seminários envolvendo os diferentes parceiros. A busca de temas transversais que permeiem as três redes também foi sugerida.

Em maio e junho de 2006, foram realizadas as reuniões de avaliação das Redes Pesca e Pecuária com a participação de consultores externos. Os consultores ficaram satisfeitos com o avanço das 2 redes e sugeriram uma maior aproximação entre elas.

A CGEC, além de acompanhar as atividades desenvolvidas pelas Redes, tem participado das reuniões da Comissão de Acompanhamento e Avaliação e dos cursos de capacitação promovidos pelo CPP, repassado recursos e verificado a execução do Termo de Parceria.

### **Descrição das transferências de recursos**

Foram alocados recursos, na LOA 2006, no montante de R\$ 980.000,00, já empenhados e liquidados, restando o pagamento efetivo dos recursos inscritos em restos a pagar. Os recursos foram repassados por meio de Termo Aditivo ao Termo de Parceria firmado em 2005.

Paralelamente, outros recursos, de ações da SETEC, também foram agregados ao Termo de Parceria, por meio de aditivo, totalizando R\$ 48.000,00 para a Rede de Bioprospecção.

### **Avaliação dos resultados**

As Redes têm apresentado resultados relevantes, conforme demonstrado no Relatório de Atividades do 1º Semestre de 2006: a rede pecuária está capacitando 10 doutores, 9 mestres, 10 monografias de conclusão de curso, 9 PIBIC, 15 estagiários de graduação. Com relação às demandas da comunidade pantaneira, a rede de pecuária está buscando atendê-las por meio de Diagnóstico Rápido Participativo, no qual é possível reunir conhecimentos tradicionais e científicos na tomada de decisões. Na Rede de pesca, estão sendo formados recursos humanos em diferentes níveis, no âmbito dos projetos em execução, totalizando 6 doutorandos, 11 mestrandos e 22 alunos de especialização/graduação. Além disso, a Rede vem sendo um espaço privilegiado, no qual as diferentes instituições de pesquisa que atuam na área se encontram, interagem, trocam experiências e procuram formar recursos humanos necessários ao entendimento dos mais variados tópicos que norteiam o manejo sustentável de recursos pesqueiros, do peixe em si, seu ambiente e aproveitamento, bem como o entendimento da pesca e do pescador e das relações que norteiam as mesmas. A Rede tem dado apoio aos pescadores profissionais artesanais para um melhor reconhecimento de suas necessidades por parte dos entes

públicos e tem batalhado constantemente para a manutenção e melhoria das condições de trabalho.

Cabe, ainda, mencionar que um dos principais motivos da existência do CPP é subsidiar as políticas públicas voltadas ao uso sustentável do Pantanal. Em apenas dois anos de existência, o CPP influenciou a redação do Projeto de Lei 024/06, de Mato Grosso do Sul, sobre a pesca. O Projeto de Lei Políticas Públicas para o Pantanal do Governo de Mato Grosso integrou uma boa parte das recomendações do *Workshop* "Bases técnico-científicas para políticas de áreas úmidas para o Pantanal", uma iniciativa da Rede Pecuária.

Outra ação a ser ressaltada é a demonstração de que a organização do trabalho proposta pelo CPP é funcional. Os recursos públicos oriundos do MCT estão sendo geridos de maneira eficiente, transparente e eficaz, possibilitando que se faça muito com o pouco recurso disponível.

### **Outros aspectos relevantes**

Com a formalização de Termos de Parceria entre o MCT e o Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), em 2004 e 2005, o CPP estruturou-se estrategicamente em uma Rede composta por grupos de pesquisa das instituições do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul comprometidas com a pesquisa do bioma pantaneiro, contemplando três áreas temáticas focadas na sustentabilidade de atividades econômicas em ecossistemas pantaneiros: a pecuária, a pesca e alternativas econômicas baseadas nas propriedades de plantas medicinais.

A expansão da Rede será realizada à medida que demandas em novas áreas temáticas sejam identificadas e estruturadas. A premissa dessa estratégia baseia-se na coexistência do homem pantaneiro com esse ecossistema há mais de duzentos anos, sem prejudicar a sua sustentabilidade. As pesquisas desenvolvidas numa determinada área devem permear os demais componentes da Rede, de forma a viabilizar soluções compartilhadas dos problemas, fortalecendo a geração de conhecimentos/métodos multidisciplinares. A transversalidade fornece uma oportunidade de consolidação de ações interdisciplinares e interinstitucionais dentro da Rede CPP.

### **Ação 6255: Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental - GEOMA.**

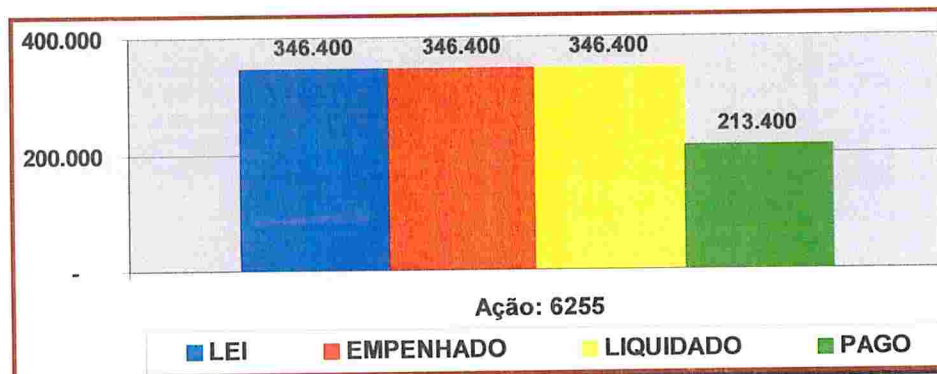
#### **Objetivos da ação**

O objetivo da Rede Geoma é desenvolver modelos computacionais capazes de prever a dinâmica dos sistemas ecológicos e socioeconômicos em diferentes escalas geográficas, dentro do conceito de sustentabilidade, bem como auxiliar a tomada de decisão nos níveis local, regional e nacional, ao fornecer ferramentas de simulação e modelagem e contribuir na formação de recursos humanos no âmbito de mestrado e doutorado.

#### **Objetivos e metas (físicas e financeiras)**

No exercício de 2006, foram disponibilizados, no âmbito dessa ação, orçamento da R\$ 346.400,00 (trezentos e quarenta e seis mil e quatrocentos reais). Desse total, foram empenhados

e liquidados 100% do valor da ação e foram realizados pagamentos de R\$ 213.400,00 (duzentos e treze mil e quatrocentos reais), correspondendo a 61,61% da ação, conforme Tab. 1 e Fig. abaixo.



**Metas físicas:** 6 áreas temáticas incentivadas, a saber: Física Ambiental, Áreas Alagadas, Banco de Dados, Biodiversidade, Modelagem Climática e Uso da Terra.

#### Atividades desempenhadas

Além dos estudos e pesquisas que vêm sendo desenvolvidos pelo Geoma, a rede organizou um sobrevôo, no período de 28 de maio a 12 de junho de 2006, ao longo de toda a extensão das regiões de trabalho, incluindo a Rodovia Manaus - Porto Velho (BR-319) e as novas frentes de desmatamento nos estados de Rondônia e do Amazonas, coletando mais de 40 horas de informações em videografia, que se encontram disponíveis para acesso irrestrito.

Os pesquisadores da Rede fizeram, no decorrer de 2006, apresentações ao Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, com destaque para a do projeto “Modelagem da biodiversidade no interflúvio Madeira – Purus: bens naturais e impactos antrópicos”, desenvolvido na área de influência da BR-319 (Manaus – Porto Velho).

Em 2006, a CGEC acompanhou as atividades desenvolvidas pela Rede Geoma, participou das reuniões do Conselho Diretor, repassou recursos financeiros e articulou as apresentações nas reuniões do GTI do Plano de Prevenção do Desmatamento.

#### Descrição das transferências de recursos

O GEOMA utiliza recursos de ação própria constante do orçamento do MCT, além de outros oriundos de convênio firmado com a FINEP, administrados pelo IMPA - OS e INPA. Em 2006, o MCT repassou à Rede recursos no total de R\$ 1.546.400,00, sendo R\$ 346.400,00 provenientes da ação 6255 e R\$ 1.200.000,00 da Ação Transversal da Amazônia, repassados pelo convênio com a FINEP.

#### Avaliação dos resultados

As pesquisas desenvolvidas pela rede têm subsidiado a elaboração de políticas públicas em base científica robusta, fornecendo informações importantes ao Subgrupo de Ordenamento



Fundiário e Territorial do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia.

A rede tem, ainda, induzido outras ações como o Projeto Integrado MCT - EMBRAPA, contratado recentemente pela FINEP, que visa integrar competências de diversos programas do MCT e da EMBRAPA, para atuar em importante área de estudo no Pará – o Distrito Florestal Sustentável (DFS) da BR-163, recentemente criado pelo Governo Federal.

Com relação aos recursos financeiros, a Rede Geoma tem apresentado dificuldade na sua utilização, pois esses recursos encontram-se pulverizados em diversas instituições participantes da rede.

### **Outros aspectos relevantes**

A Rede Geoma é a primeira Rede de Pesquisa do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) que integra 6 unidades de pesquisa desse Ministério, sendo três sediadas na Região Norte (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia- INPA/AM, Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG/PA e Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM/AM) e três no Sudeste (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA e Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC).

O Geoma está estruturado em seis áreas temáticas (Modelagem de Mudanças de Uso e Cobertura da Terra e da Dinâmica Populacional e Ocupação Humana; Modelagem de Ecossistemas Inundáveis; Modelagem de Biodiversidade; Modelos Integrados, Simuladores Ambientais e Bancos de Dados Geográficos; Física Ambiental; Modelagem Climática) e tem sido importante às ações do Governo Federal na área socioambiental que necessitam de informações produzidas por diagnósticos e respectivos cenários de impacto em vários campos do conhecimento científico. As áreas de atuação da Rede enfocaram, na primeira fase, prioritariamente, a elaboração de diagnósticos e modelos estrategicamente definidos como estudos de caso pelo MCT. Como destaque, foram elaborados diagnósticos detalhados ligados: 1) à mudança do padrão de uso da terra em áreas de conflitos ou de grande impacto de desflorestamento; 2) à avaliação da atual política de prioridades de implementação de áreas protegidas do MMA (Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA); 3) à estimativa de impactos sobre o asfaltamento da Rodovia BR-163; 4) à produção de modelos, em diversas escalas temporais e espaciais, sobre os distintos processos de desenvolvimento regional, incluindo áreas suscetíveis à rápida conversão, num futuro próximo, das paisagens naturais em áreas agrícolas. Este último trabalho resultou num mapeamento de 'hot spots' de desmatamento que serve como importante balizador das análises de risco de perdas de extensas áreas de floresta primária.

### **Ação 6258: Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (SPC&T/PPG7).**

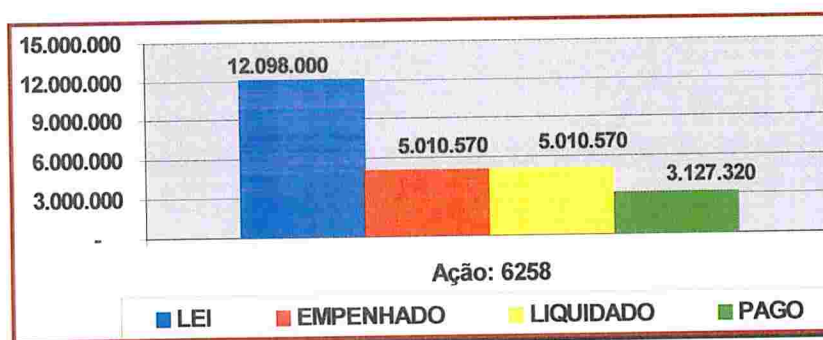
#### **Objetivos da ação**

A Fase II do Subprograma de Ciência e Tecnologia (SPC&T/PPG7) tem como objetivo promover e disseminar, de forma coordenada, pesquisas científicas e tecnológicas em áreas

relevantes do conhecimento, visando contribuir para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.

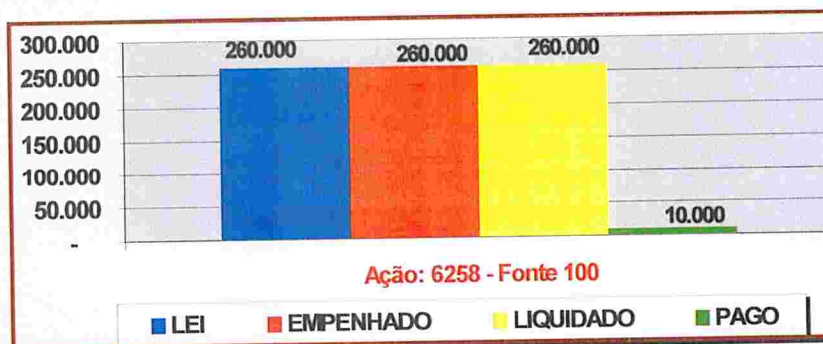
### Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6258

No exercício de 2006, foram disponibilizados, no âmbito dessa ação, orçamento de R\$ 12.098.000,00 (doze milhões, noventa e oito mil reais). Desse total, foram empenhados e liquidados R\$ 5.010.570,00 (cinco milhões, dez mil e quinhentos e setenta reais) correspondendo à 41,42% do total da ação, pagamentos na ordem de R\$ 3.127.320,00 (três milhões, cento e vinte sete mil e trezentos e vinte reais), correspondendo a 25,85% da ação, conforme Tab. 1 e Fig. abaixo.



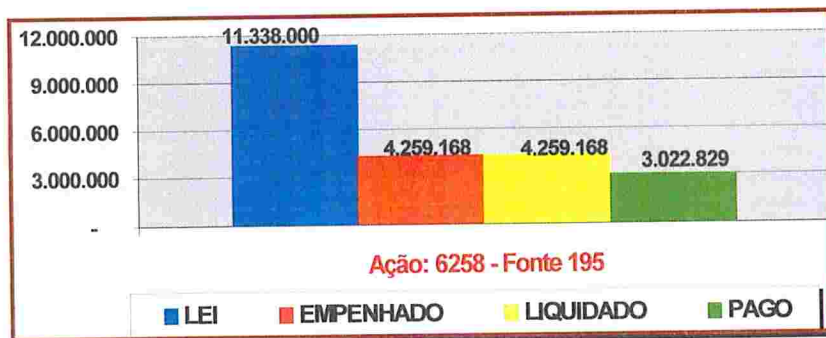
Os recursos dessa ação foram distribuídos em 3 fontes de despesas, fonte 100, 195 e 5100, na seguinte ordem:

- **Fonte 100:** R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), dos quais foram empenhados e liquidados 100,00% do total fonte, sendo também realizados pagamentos na ordem de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o que corresponde o percentual de 3,85% da fonte 100, de acordo com Tab. 1 e Fig. abaixo;

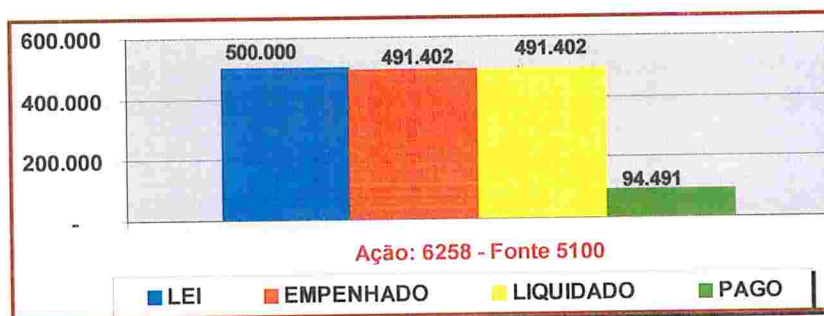


- **Fonte 195:** R\$ 11.338.000,00 (onze milhões, trezentos e trinta e oito mil reais), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 4.259.168,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil e cento e sessenta e oito reais), correspondendo a 37,57% da fonte,. Foram realizados pagamentos na ordem de R\$ 3.022.829,00 (três milhões, vinte e dois mil e oitocentos e vinte nove reais), o que corresponde o percentual de 26,66% da fonte 195, conforme Tab. 1 e Fig. abaixo. Vale ressaltar que os recursos previstos no PPA 2004-2007 para a Ação 6258 referiam-se a uma doação de US\$ 10 milhões. Após vários anos de

negociação, apenas US\$ 5,8 milhões foram doados. Com isso, os valores orçamentários constantes no PPA ficaram muito além do que seria realmente necessário;



- **Fonte 5100:** R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), dos quais foram empenhados e liquidados R\$ 491.402,00 (quatrocentos e noventa e um mil e quatrocentos e dois reais), correspondendo a 92,28% da fonte 5100. Foram realizados pagamentos na ordem de R\$ 94.491,00 (noventa e quatro mil, quatrocentos e noventa e reais), o que corresponde o percentual de 18,90% da fonte, de acordo com Tab. 1 e Fig. abaixo.



**Metas físicas:** 52 projetos de pesquisa com período de execução de 2005 a 2008.

### Atividades desempenhadas

Em resposta ao Edital MCT/CNPq/PPG7 nº 48/2005, lançado em 19 de agosto de 2005, foram aprovadas 11 sub-redes estruturadas por 52 projetos de pesquisa, comprometendo R\$ 11 milhões. Esses projetos foram contratados ainda no exercício de 2005, mas só receberam o primeiro desembolso no período de março a agosto/2006. O segundo repasse ocorreu no final de 2006.

No período de 18 a 22 de maio/2006, foi realizada a I Missão de Supervisão do Banco Mundial na qual foram discutidos o Plano Operativo Anual (POA) 2006, os relatórios de progresso, o sistema de monitoramento e avaliação, a divulgação científica e a execução financeira do Subprograma. O Banco Mundial considerou o desempenho do projeto bastante satisfatório e parabenizou a equipe da Fase II.

Como previsto no componente de acompanhamento e avaliação da implementação e integração das sub-redes e projetos de pesquisa, foram realizadas 13 reuniões, no período de julho a dezembro/2006, em Belém (PA), Manaus (AM), Porto Velho (RO), Brasília (DF) e Rio de Janeiro (RJ) com a participação dos coordenadores dos projetos, técnicos da ASCAP e da CGEC/SEPED do MCT, do CNPq e consultores especialistas.

Em 5 de outubro de 2006, foi instituído o Comitê Consultivo da Fase II do Subprograma de Ciência e Tecnologia, conforme Portaria MCT nº 11, com as seguintes atribuições: tornar a coordenação interinstitucional efetiva e eficiente; auxiliar na resolução de questões de implementação que possam surgir; prestar assistência à supervisão. Os membros desse Comitê foram designados por meio da Portaria MCT nº 800, de 19.10.2006.

Nos dias 28 e 29 de novembro/2006, foi realizada, em Brasília - DF, a Oficina para subsidiar a elaboração da estratégia de divulgação científica da Fase II do SPC&T/PPG7. Essa oficina teve como objetivo definir as diretrizes para a divulgação dos resultados do Subprograma de C&T e contou com a participação de aproximadamente 50 participantes. Os resultados foram compilados em relatório, no qual estão definidas as prioridades de “o que divulgar”, “onde divulgar” e os “níveis de divulgação” científica e tecnológica para os temas: recursos pesqueiros e organismos aquáticos, recuperação de áreas degradadas e produtos madeireiros e não-madeireiros.

### **Descrição das transferências de recursos**

Foram descentralizados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) recursos da ordem de R\$ 4.805.766,00, sendo R\$ 4.270.528,00 da fonte 195 (doação), R\$ 500.000,00 da fonte 5100 (contrapartida nacional) e R\$ 35.238,00 da fonte 100 (tesouro nacional) da Ação 6717 - Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros. Esses recursos foram integralmente executados conforme o Plano Operativo Anual (POA), o Plano de Implementação do Projeto (PIP) e o Acordo de Doação da Fase II do SPC&T/PPG7.

Houve, ainda, repasse de R\$ 250.000,00 da fonte 100, elemento de despesa 4.4.90 (capital), ao Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e de R\$ 10.000,00 ao Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA), projetos que possuem interface com o SPC&T/PPG7.

### **Avaliação dos resultados**

No exercício de 2006, as atividades previstas para os três componentes da Fase II do SPC&T/PPG7 foram desenvolvidas, no geral, conforme o programado, com alguns atrasos decorrentes das dificuldades dos projetos de pesquisa em utilizar os recursos financeiros e prestar contas, ocasionando baixa execução no primeiro ano de implementação. Essas dificuldades foram sanadas após a realização das reuniões de sub-redes na qual todas as dúvidas foram esclarecidas pela equipe financeira da UCE/CNPq.

Cabe ressaltar que cerca de 66% do total do Edital já foram repassados aos projetos, nas categorias de capital e custeio, e que alguns deles, apesar de se encontrarem com menos de um ano de execução, já publicaram trabalhos importantes que têm contribuído com os Planos de Governo para a conservação e o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. Com relação às bolsas de pesquisa, já foram pagos R\$ R\$ 433.696,91, correspondendo a cerca de 23% do total aprovado para bolsas.

Quanto ao Componente 2, foram exitosas as ações executadas, principalmente com relação aos resultados da Oficina para Subsidiar a Elaboração da Estratégia de Divulgação da

Fase II do SPC&T/PPG7, que culminarão com a elaboração de um edital inovador do CNPq já que, concorrerão divulgadores científicos em propostas articuladas com os cientistas. Falta, ainda, engajar esforços da Unidade de Coordenação Executiva (UCE/CNPq) e da Unidade de Coordenação Geral (UCG/MCT) para concluir a elaboração da estratégia de divulgação científica e da minuta de edital.

As atividades do sistema de monitoramento e avaliação (Componente 3), especialmente com referência às reuniões de sub-rede, obtiveram êxito. Cumpre ressaltar, no entanto, diante do diagnóstico das sub-redes, a evidência da complexidade de projetos em rede, multidisciplinares e ainda com inserção de temas transversais. Nesse sentido, é de grande relevância o acompanhamento de tais projetos de pesquisa, considerando-se ainda a importância do permanente aprimoramento, passível de ajustes e atualizações periódicos, visando ao alcance das metas da rede. Nesse sentido, no detalhamento do sistema de monitoramento e avaliação, previsto para fevereiro de 2007, faz-se necessária a formulação de indicadores quantitativos e qualitativos que possibilitem orientar a correção de rumo no processo de execução dos projetos.

### **Outros aspectos relevantes**

A Fase II do SPC&T/PPG7, cujo Acordo de Doação RFT N.º TF054957 e USAID N.º TF054958 foi assinado em 5 de agosto/2005, envolve recursos da ordem de US\$ 6,553,553.00, sendo US\$ 5,100,000.00 provenientes da USAID, US\$ 700,000 do Rain Forest Trust Fund (RFT) e US\$ 753,553.00 do governo brasileiro.

Essa Fase conta com três componentes: i) Projetos de Pesquisa em Temas Estratégicos; ii) Divulgação de Informações e Resultados das Pesquisas; iii) Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação; e se fundamenta em duas redes de pesquisa seguindo dois temas prioritários, a saber: i) Manejo Integrado de Ecossistemas Terrestres e Recuperação de Áreas Degradadas; ii) Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas, Ecossistemas Aquáticos e Recuperação de Áreas Degradadas.

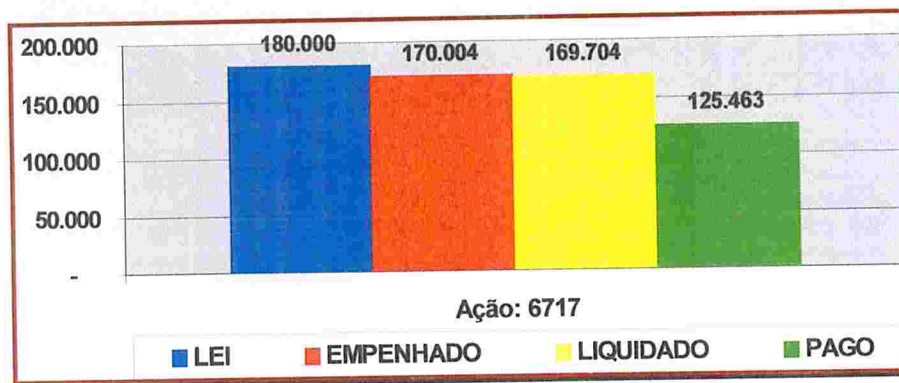
### **Ação 6717: Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros.**

#### **Objetivos da ação**

O objetivo desta Ação é dar apoio direto, não-competitivo, à formulação e ao planejamento de novos projetos considerados estratégicos.

#### **Objetivos e metas financeiras**

No exercício de 2006, foram disponibilizados, no âmbito dessa ação orçamento, R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Desse total, foram empenhados R\$ 170.004,00 (cento e setenta mil e quatro reais), correspondendo à 94,45% do total da ação, e liquidados R\$ 169.704,00 (cento e sessenta e nove mil e setecentos e quatro reais), correspondendo à 94,28% da ação, além de realizados pagamentos na ordem de R\$ 125.463,00 (cento e vinte e cinco mil e quatrocentos e sessenta e três), correspondendo a 69,70% da ação, conforme Tab. 1 e Fig. abaixo.



**Metas físicas:** 1 projeto apoiado.

### Atividades desempenhadas

Esta Ação, em 2006, apoiou a aquisição de equipamentos para montagem de um Laboratório de Sensoriamento Remoto, em Santarém/PA, viabilizando uma infra-estrutura mínima para o treinamento e a capacitação de recursos humanos em sensoriamento remoto e geoprocessamento e a realização do Seminário Inaugural do Projeto.

Além disso, viabilizou as atividades de planejamento do Projeto Integrado MCT/EMBRAPA (PIME).

Com recursos dessa Ação, complementou-se, ainda, o valor destinado ao pagamento de bolsas de pesquisa vinculadas aos projetos da Fase II do Subprograma de C&T (SPC&T/PPG7) e aquisição de equipamentos essenciais ao desenvolvimento do programa LBA, bem como a manutenção e operação de sua estrutura.

### Descrição das transferências de recursos

No corrente ano, a ação apoiou projetos relacionados ao PPG7 (descentralização ao CNPq de R\$ 35.238,00 em custeio); ao Projeto Integrado MCT/EMBRAPA - PIME (descentralização ao MPEG de R\$ 20.000,00 em custeio e R\$ 10.000,00 em capital); ao projeto de Sensoriamento Remoto em Santarém - LASERS, com a participação do LBA (descentralização ao INPA de R\$ 30.000,00); além de descentralização ao INPA para o programa LBA (R\$ 43.300,00 em custeio e R\$ 40.000,00 em capital). Para 2007, está prevista a implantação de Rede de Pesquisa para o Bioma Cerrado.

### Avaliação dos resultados

Em 2006, a Ação 6717 contribuiu para a realização de atividades dos Projetos SPC&T/PPG7, PIME, LBA e LASERS, sob responsabilidade da CGEC, complementando sua necessidade de recursos.

### Outros aspectos relevantes

Nesta Ação são, preferencialmente, apoiados projetos multiinstitucionais e multidisciplinares que busquem a formação de redes de pesquisa, aproveitando as vantagens comparativas das instituições de pesquisa e ensino dos diferentes biomas brasileiros, otimizando a geração e difusão de novos conhecimentos e tecnologias e a formação de recursos humanos.

## **Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia**

Coordenador das Ações: **Darly Henriques da Silva**

### **Ações da CGMH:**

- **Ação 7682:** Implantação da Rede de Meteorologia e Clima
- **Ação 3E62:** Desenvolvimento da Meteorologia Nacional

### **Objetivos da Coordenação:**

A Meteorologia é um setor estratégico para a soberania e desenvolvimento nacionais. Fornece subsídios para o Governo agir preventivamente e corretivamente a fim de diminuir a vulnerabilidade do Brasil provocada por acidentes naturais, ocupação irracional do território; exploração e uso indevido de recursos naturais que impactam negativamente sobre os ecossistemas e aquela decorrente de mudanças climáticas, como os eventos extremos. A Meteorologia se apoia no tripé observação por satélites e *in situ* e modelagem numérica para previsão instantânea de tempo; estudos climáticos e desenvolvimento econômico. Ademais constitui elemento central e integrador de um sistema maior envolvendo Clima, Recursos Naturais (em especial, Hídricos) e Mudanças Globais, cujo arranjo institucional federal situa-se no CPTEC/INPE/MCT e no INMET/MAPA.

### **Atividades desempenhadas pela Coordenação:**

- Repasse dos recursos, acompanhamento e avaliação do Projeto Piloto de Investimento Desenvolvimento da Meteorologia Nacional junto aos parceiros (INMET e CPTEC) e aos Ministérios do Planejamento e Fazenda;
- curso de Mesoescala (40 participantes dos centros estaduais de meteorologia) em parceria com a Sociedade Brasileira de Meteorologia (SBMET);
- projeto piloto em parceria com o CNPq e SBMET, voltado para a modernização de equipamentos dos Centros Estaduais de Meteorologia dos estados do PI, TO, AM e GO; Extensão deste projeto com orçamento de 2006 para os estados do AP, SC, ES, SE e BA no valor de R\$ 400 mil.
- apoio ao Pilot Research Moored Array Intertropical Atlantic (PIRATA), por meio da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN/Ministério da Marinha) para a realização da missão do navio oceanográfico Antares (início em 23.10.2006 – Finalização em dez/2006 - Operação Pirata BR IX/ Extensão SW II);
- Editais FINEP – Chamadas públicas N<sup>os</sup> 13 e 14, totalizando 12,8 milhões para 2006 e 2007 (CT-Hidro, CT-Energ e CT-Agro), com colaboração na redação dos documentos de referência destes editais;
- Concessão de bolsas DTI para os Centros Estaduais de AL, AP, BA, DF, ES, GO, MG, PR, PE, RO, SE e SC, em parceria com o CNPq.
- Acompanhamento da PEC 564/2006, que se encontra na CCJ da Câmara dos Deputados. Origem: Senado (aprovada em 2 turnos – PEC12/2003). A PEC altera a Constituição Federal

nos seus art. 21 e 22 para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia;

- Assessoria na elaboração do Decreto de regulamentação da Comissão das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia (CMCH), a ser assinado pelo Presidente da República.
- Forte articulação com os Centros Estaduais de Meteorologia e demais atores do sistema nacional de meteorologia e climatologia.
- Participação da Coordenadora Geral na XIII Reunião Ordinária do GOOS Brasil, 18-19/09 2006, a convite da DHN.
- Participação da Coordenadora Geral no Fórum de Ensino de Meteorologia no Brasil e III Workshop de Ensino de Meteorologia, no Rio de Janeiro, de 26 a 27/10 de 2006.
- Participação da Coordenadora Geral no XIV Congresso Brasileiro de Meteorologia em Florianópolis de 27/11 a 3 /12 representando oficialmente o MCT.
- Participação da Coordenadora Geral nas reuniões do Comitê que analisou e recomendou as propostas dos Editais 13 e 14 da FINEP.
- Visita ao Centro Estadual de Meteorologia de Alagoas- Maceió e reunião de trabalho com pessoal da área de meteorologia e afins no Estado, de 6 a 8/12/2006, a convite do Centro Estadual local.

**Descentralização dos recursos orçamentária das ações a cargo da coordenação:**

<b>Ações</b>	<b>Orçamento/2006</b>	<b>Transferências</b>
3E62	12.192.431,00	Termos de compromisso com: <ul style="list-style-type: none"> <li>• CPTEC (50%) = R\$ 6.096.216,50</li> <li>• INMET(50%) = R\$ 6.096.216,50</li> </ul>
7682	1.512.300,00	Descentralização para: <ul style="list-style-type: none"> <li>• CNPq (R\$ 512.300,00)</li> <li>• Termo de compromisso com a DHN (R\$ 1.000.000,00)</li> </ul>

**Ação: 3E62 – PPI – Desenvolvimento da Meteorologia**

**Objetivo da ação:**

Capacitar as instituições que realizam atividades em meteorologia com infra-estrutura adequada ao monitoramento e previsão do tempo e clima, de maneira a cobrir a demanda nacional e internacional, em termos de informações meteorológicas, ambientais e climáticas.

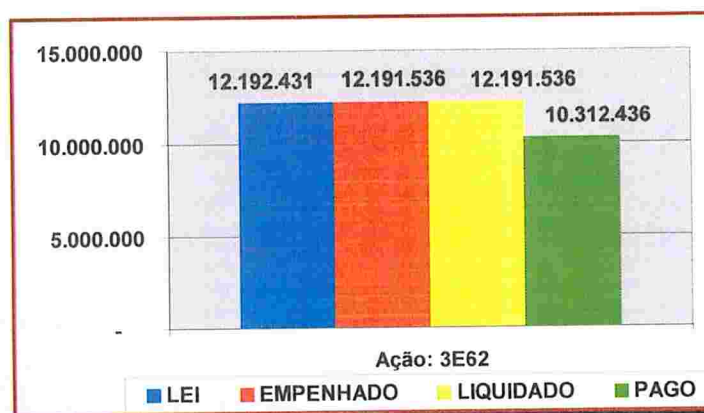
O CPTEC/INPE e o INMET/MAPA investiram os recursos nas metas estratégicas de expansão da rede meteorológica para cobrir itens de infra-estrutura interna e operacionais, tais como: Estações Meteorológicas Automáticas (105 estações adquiridas), mastros e suporte de antenas (220), antenas (225), painéis solares (220), equipamentos de armazenamento de dados,



scanner (1), sistema ininterrupto de energia elétrica, cluster de computadores para modelagem, expansão do servidor web, sistema de processamento de dados. São equipamentos indispensáveis para a coleta, recepção, tratamento, armazenamento e transmissão de dados (ampliação da capacidade do sistema), difusão de informações com eficiência, confiabilidade e eficácia.

### **Metas Orçamentária e Financeira da Ação: 3E62**

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 12.192.431,00 (doze milhões, cento e noventa e dois mil e quatrocentos e trinta e um reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 12.191.536,00 (doze milhões, cento e noventa e um mil e quinhentos e trinta e seis reais) correspondendo à 99,99% do total da ação. Também foram realizados pagamentos na ordem de R\$ 10.312.436,00 (dez milhões, trezentos e doze mil e trinta e seis reais), correspondendo a 84,58% da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



### **Metas Físicas: 36**

#### **Resultados Obtidos:**

O projeto é de médio prazo, visto que envolve a compra e instalação de equipamentos com parte adquirida através de licitação internacional, e, ainda, depende de negociações, como é o caso do INMET para a instalação de Estações Meteorológicas Automáticas (EMA). Das 105 estações adquiridas em 2005 foram instaladas 79 nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O INMET está substituindo estações convencionais pelas automáticas. Estas darão informações mais seguras de hora em hora, ou seja, melhora a qualidade das informações fornecidas aos usuários. O CPTEC/INPE adquiriu um Cluster de Modelagem e Sistema para processamento de dados.

#### **Descrição das transferências de recursos:**

Os recursos da ação são transferidos após a aprovação pela SEPED de um Plano de Trabalho detalhado Elaborado pelo CPTEC/INPE e INMET/MAPA que resultou na assinatura de um termo de compromisso entre as partes e seus representantes legais.

A Coordenação-Geral de Meteorologia e Climatologia faz o acompanhamento mensal, por meio de planilhas elaboradas pelo Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda. Até o

momento, podemos atestar a correta aplicação dos recursos em conformidade com os planos de trabalho apresentados pelos parceiros.

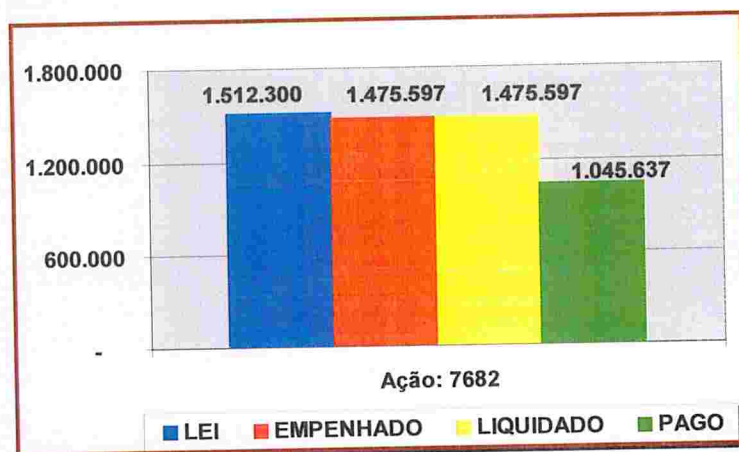
### **AÇÃO: 7682 – Implantação da Rede de Meteorologia e Clima:**

#### **Objetivo da ação:**

Aumentar a cobertura e a qualidade das redes estaduais de monitoramento meteorológico com plataformas automáticas de coleta de dados, tornando-as cada vez mais efetivas para atender os usuários desses serviços, contribuindo para o planejamento e decisões governamentais e para a competitividade dos setores produtivos nacionais. Reforçar a pesquisa e desenvolvimento das redes estaduais e regionais, sobretudo em modelagem climática, para suprir as demandas e necessidades de previsão de tempo e clima com alto índice de acerto e confiabilidade através do monitoramento.

#### **Metas Orçamentária e Financeira da Ação: 7682**

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 1.512.300,00 (um milhão, quinhentos e doze mil e trezentos reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 1.475.597,00 (um milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil e quinhentos e noventa sete reais) correspondendo à 97,57% do total da ação e realizados pagamentos na ordem de R\$ 1.045.637,00 (hum milhão, quarenta e cinco mil e seiscentos e trinta e sete reais), correspondendo a 69,14% da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



#### **Metas Físicas: 9**

#### **Descrição das transferências de recursos:**

Os instrumentos utilizados para a transferência de recursos à DHN e ao CNPq foram o Plano de Trabalho e o Termo de Compromisso, nos quais os parceiros se comprometem pela execução de atividades previstas no referido Plano.

Tendo em vista as metas atingidas, verificamos que os parceiros estão utilizando os recursos em conformidade com o planejamento acordado.

### **Resultados Obtidos:**

A avaliação da ação no exercício, levando-se em conta os resultados qualitativos e quantitativos alcançados até o momento e a eficácia, eficiência e efetividade no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, com esclarecimentos, quando necessário, apontam para progresso dentro do esperado conforme os planos de trabalho elaborados pelos parceiros e aprovados pelo MCT, por meio da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento – SEPED e sua Coordenação- Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia.

Dos equipamentos adquiridos, alguns estão em operação (91 estações nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste) e o plotter em funcionamento. As estações restantes encontram-se em fase de negociação para a sua devida instalação nos estados.

Os resultados do fortalecimento e modernização da infra-estrutura traduzem-se em ganhos que ocorrerão a médio e longo prazos e influirão sobre a capacidade de monitoramento meteorológico e ambiental, *in situ* e remoto, e no aumento da qualidade da previsão do tempo e climática.

Os esforços técnicos, científicos e operacionais entre os parceiros apontam para uma melhor “ governança” no âmbito do Sistema Meteorológico Nacional, com redução de redundâncias, maior complementariedade nas ações e aumento da confiança por parte dos usuários.

### **Outros aspectos relevantes:**

O acompanhamento se deu com as ferramentas disponíveis, ou seja, através de relatórios técnico e financeiro mensais. Ao final dos projetos em 2007, outras visitas técnicas locais deverão ser realizadas.

## **Programa 1388: Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)**

**Gerente:** Luis Manuel Rebelo Fernandes

**Gerente Executivo:** Eugenius Kaszkurewicz

### **Objetivo do Programa:**

Desenvolver e difundir soluções e inovações tecnológicas voltadas à melhoria da competitividade dos produtos e processos das empresas nacionais, à criação e consolidação de nichos de mercado baseados em novas tecnologias e à ampliação da inserção da economia brasileira no mercado internacional.

No exercício de 2006, a SEPED, coordenou 4 (quatro) ações deste Programa sendo: 3 (três) ações coordenada pela Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde e 1 (uma) pela Coordenação de Mar e Antártica, sendo:

- **Ação 2B33:** Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnologia dos Organismos Marinhos;
- **Ação 2B36:** Apoio ao Desenvolvimento de Bioprodutos de Interesse Econômico;
- **Ação 4942:** Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma;
- **Ação 6236:** Desenvolvimento de Pesquisa na Rede Nacional de Biologia Molecular Estrutural.

Ainda no âmbito deste Programa a SEPED, coordenou parte dos recursos da Ação 2272-1388 (Gestão e Administração do Programa), através do **PTRES 004751 – PI 001**).

Os recursos orçamentário alocados através do **PTRES 004751, PI 001, AÇÃO 2272** para esta Secretaria foram da ordem de **R\$ 900.673,00** (novecentos mil, seiscentos e setenta e três reais), para cobrir despesas com serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa, veja (Tab. 1) e detalhamento da execução no relatório da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa, na página 29 (Tab. 2) deste relatório.

## Coordenação para Mar e Antártica - COMA

Coordenador de Ação: Maria Cordelia Soares Machado

### Ação da COMA:

- **Ação 2B33:** Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnológico dos Organismos Marinhos

### Objetivo da Coordenação:

Entre os principais objetivos da Coordenação para Mar e Antártica está o de assistir a Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, no desenvolvimento de sua capacidade de formulação de políticas nacionais e planos para prover as necessidades brasileiras em ciência e tecnologia marinha; reforçar e ampliar a cooperação científica, a nível nacional e internacional, através de redes e arranjos institucionais com organizações nacionais e internacionais, de modo a promover a geração do conhecimento, troca de informação e experiência nas ciências marinhas e oceânicas, globais e regionais.

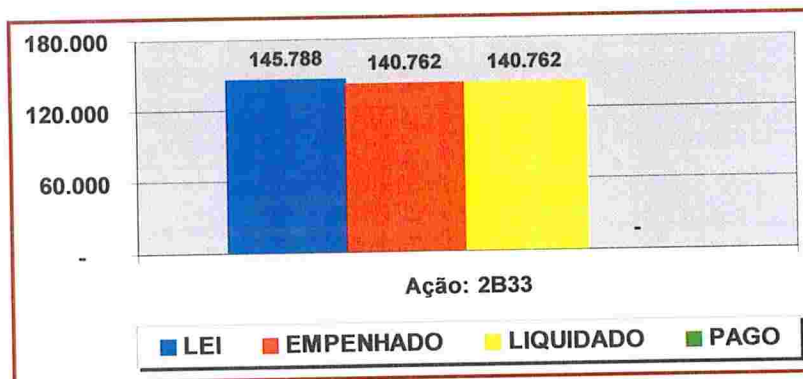
A Coordenação objetiva também, e em destaque, assistir a Secretaria na definição da política científica e nos assuntos científicos antárticos.

### Atividades desempenhadas:

Foi elaborado Termo de Referência, visando apoiar os estudos toxinológicos em extratos e peçonhas de organismos invertebrados marinhos, objetivando isolar em alto grau de pureza substâncias bioativas presentes em extratos e peçonhas de organismos marinhos, com potencial biotecnológico para o desenvolvimento de modelos de novos fármacos ou ferramentas farmacológicas.

### Metas Orçamentária e Financeira da Ação 2B33

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 145.788,00 (cento e quarenta e cinco mil e setecentos e oitenta e oito reais), deste total, foram empenhados e liquidados R\$ 140.762,00 (cento e quarenta mil e setecentos e sessenta e dois reais) correspondendo à 96,55% do total da ação, veja (Tab. 1, Fig. abaixo).



### Metas físicas: 1

### **Descrição das transferências de recursos:**

Descentralização e solicitação de repasse financeiro de R\$ 103.000,00 para o CNPq para que este os repasse para o Laboratório de Farmacologia de Produtos Naturais Marinhos do Depto. Fisiologia do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo para a aquisição de um cromatógrafo líquido de alto desempenho (*HPLC/FPLC, modelo ÄKTA Purifier 10, GE Healthcare Biosciences*), com acessórios, configurado para purificação de compostos de baixo peso molecular, peptídeos e proteínas existentes em extratos e peçonhas de organismos marinhos.

### **Avaliação dos resultados:**

O potencial biotecnológico que se observa nas moléculas de origem marinha é enorme. Há um grande interesse da indústria farmacêutica, no Brasil e no exterior, para o estudo de extratos e peçonhas de animais marinhos.

A aquisição de um cromatógrafo líquido (configuração HPLC/FPLC) foi de fundamental importância para se poder avançar no isolamento e caracterização de moléculas bioativas com atividades anti-tumoral, hemolítica e neurotóxica, já detectadas em extratos e peçonhas de organismos marinhos, ampliando assim o conhecimento científico brasileiro nesta área.

**Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde - CGBS**  
Coordenador das Ações: **Paulo José Péret de Sant'Ana**

**Objetivos da Coordenação:**

Subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a implementação e de metodologias para o acompanhamento e avaliação de programas, ações e atividades, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e inovativo da Biotecnologia no âmbito do MCT;

**Ações da CGBS**

- **Ação 2B36:** Apoio a Produtos de Bioprodutos de Interesse Econômico
- **Ação 4942:** Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma
- **Ação 6236:** Desenvolvimento de Pesquisas na Rede Nacional de Biologia Molecular Estrutural

**Atividades desempenhadas pela CGBS**

O Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, visando, atender as áreas prioritárias e estratégicas do País, instituiu a Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde – CGBS, em 10 de junho de 2003, vinculada à Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento- SEPED.

**Ação: 2B36: Apoio ao Desenvolvimento de Bioprodutos de Interesse Econômico**

**Objetivos da ação:**

A ação é destinada a contemplar iniciativas estratégicas articuladas à PITCE, destinadas ao desenvolvimento de bioprodutos - a serem incorporados no mercado nacional, a partir da biodiversidade brasileira, de forma sustentável. Tais iniciativas devem envolver aspectos relacionados às seguintes áreas: agrobiologia, química, farmacologia pré-clínica e clínica, farmacotécnica, incluindo-se também estudos prospectivos e gestão tecnológica. além de engenharia genética, biologia molecular, imunologia, enzimologia e outras disciplinas correlatas consideradas importantes.

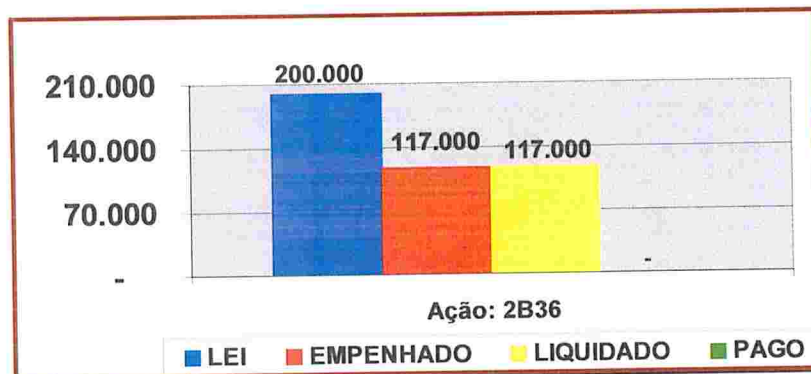
A implementação ficou prejudicada devido às restrições orçamentárias, que impediram o apoio à iniciativas integradas, que requeriam ainda um volume maior de recursos, de modo a envolver várias áreas do conhecimento focadas na geração de um determinado bioproduto. Ao ser criada a ação, foi solicitado recurso da ordem de R\$ 15 milhões, tendo sido aprovado somente 1,33% desse valor. Outro fator que tem contribuído para atrasar mais a execução foi a limitação da disponibilização do teto orçamentário oferecido para esta ação.

No entanto, a ação foi executada por meio ao apoio ao projeto do Programa Instituto do Milênio "Uso a biodiversidade como fonte de novos compostos químicos contra alvos moleculares definidos para o tratamento de malária, tuberculose e doenças mediadas por linfócitos T", do qual participam 10 instituições, e está sob a coordenação do Centro de Pesquisas em Medicina Tropical-CEPEM, em Rondônia, que visa a caracterização química de compostos naturais, a determinação do modo de ação por cinética enzimática e outros métodos

espectroscópicos (MS, Raios-X, NMR), ensaios biológicos in vitro e in vivo, derivatização química e estudos da relação estrutura-atividade biológica.

### Metas Orçamentária e Financeira da Ação 2B36

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), deste total, foram empenhados, liquidados R\$ 117.000,00 (cento e dezessete mil reais) correspondendo à 58,50% do total da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



### Meta físicas: 1

#### Ação 4942: Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma

##### Objetivos da ação:

A ação tem por objetivo ampliar o conhecimento em proteoma, permitindo o entendimento do funcionamento do sistema biológico, em condições fisiológicas específicas, além de expandir a capacitação e treinamento nas modernas técnicas proteômicas, criando as condições necessárias para abordar alvos genômicos de programas brasileiros.

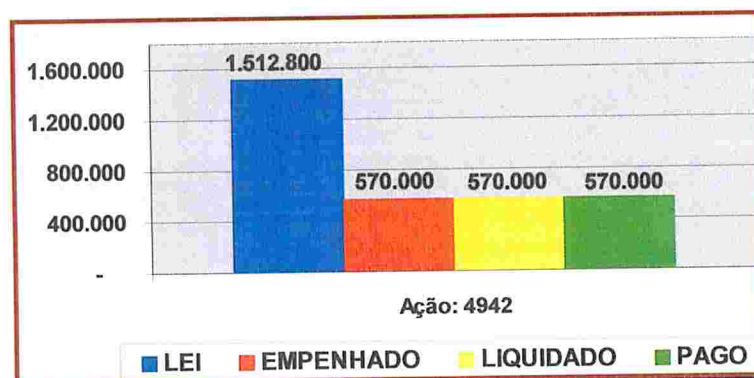
As pesquisas poderão causar impactos científicos e sociais, uma vez que os conhecimentos gerados têm, potencialmente, um grande campo de aplicações, como por exemplo na identificação de alvos terapêuticos moleculares para o desenvolvimento de fármacos e vacinas, no desenvolvimento de métodos diagnósticos em biomedicina. Outras aplicações envolvem estudos da associação entre diferentes organismos, como na relação parasita-hospedeiro, cruciais no entendimento de doenças humanas ou em animais e vegetais de interesse da agropecuária, assim como nas associações benéficas entre microrganismos e plantas de grande interesse para a agricultura. A biodiversidade também pode ser abordada por estudos proteômicos na busca de produtos naturais bioativos com potencialidade em aplicações medicinais ou biotecnológicas, como secreções e venenos.

### Metas Orçamentária e Financeira da Ação: 4942

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 1.512.800,00 (um milhão e quinhentos e doze mil e oitocentos reais), deste total, foram



empenhados, liquidados e pagos R\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais) correspondendo à 37,68% do total da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



**Meta físicas: 3 pesquisas apoiadas**

### **Ação 6236: Desenvolvimento de Pesquisa da Rede Nacional de Biologia Molecular Estrutural**

#### **Objetivos da ação:**

A ação tem por objetivo consolidar o Laboratório Nacional de Biologia Molecular Estrutural, junto ao laboratório Nacional de Luz Síncrotron (ABTLus) destinado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos de outras instituições nacionais, em biologia molecular estrutural focadas na elucidação da estrutura de proteínas identificadas por meio de estudos de genômicos, proteômicos, cristalografia de proteínas, e demais temas associados a biologia molecular.

A implantação de um laboratório nacional destinado a prestar serviços (técnicas) altamente especializados para instituições de pesquisas do País, visam também evitar a duplicidade de infra-estrutura altamente especializada.

#### **Metas Orçamentária e Financeira da Ação 6236**

No exercício de 2006, foram disponibilizados no âmbito dessa ação orçamento de R\$ 2.437.215,00 (dois milhões quatrocentos e trinta e sete mil e duzentos e quinze mil reais), deste total, foram empenhados, liquidados e pagos 100,00% da ação, veja (Tab. 1 e Fig. abaixo).



**Meta físicas da Ação da 6236**

**a) Biologia estrutural:**

- Número de proposta realizadas na linha MX1 por usuários: **40**
- Número de proteínas resolvidas: **2**

**b) Proteoma:**

- Número de propostas realizadas por usuários (inclui treinamento concomitante dos usuários): **30**
- Número de Proteomas concluídos: **1**

**c) Treinamento de usuários:**

- Número de curso de cristalografia de proteínas e um de espectrometria de massas: **1**

**Descrição das transferências de recursos:**

**Convênio com LNLS:** Os recursos da Ação 6236 - Desenvolvimento de Pesquisa da Rede Nacional de Biologia Molecular Estrutural, foram repassados ao LNLS por meio de convênio firmado entre SECAV/MCT e aquela instituição.

Em 2006, devido a um acordo informal, recursos da ação 4942-Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma, da ordem de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) também foram repassados ao LNLS condicionados à aplicação em pesquisas e atividades desenvolvidas no âmbito do Programa GENOPROT.

**Convênio com a Unesco:** para a realização do Workshop Desenvolvimento e Transferência de Biotecnologias: Cooperação Internacional: O evento foi realizado em 30 e 31 de outubro, com o objetivo de estimular a cooperação entre empresários do setor biotecnológico brasileiro com o Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia – CIEGB – visando à transferência de tecnologias.

**Avaliação dos resultados:**

Os resultados obtidos foram considerados dentro do esperado. Os recursos aplicados contribuíram para a implementação da PITCE, permitindo a realização de pesquisas que deverão gerar informações importantes, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico, visando a superação de problemas relacionados com a saúde humana e para expansão do agronegócio.

Uma ação regional de grande importância foi a implementação do **Programa Rede Nordeste de Biotecnologia – RENORBIO**, que propõe acelerar o processo de desenvolvimento da região Nordeste, integrando esforços de formação de recursos humanos ao desenvolvimento científico e tecnológico para produzir impacto socio-econômico. Com investimentos em P&D&I apropriados, o Programa visa melhorar o desempenho da C&T do Nordeste, contribuindo de forma efetiva para a transformação do sistema de C&T em um sistema focado na inovação. Com uma nova abordagem, o RENORBIO trata a biologia de forma convergente, unindo os

organismos pela funcionalidade de seus genes, para produzir resultados importantes para todos os setores de aplicação da Biotecnologia. As aplicações da Biotecnologia são identificadas de acordo com as demandas das áreas de saúde, energia, agronegócio, meio ambiente e recursos naturais, por meio de redes de pesquisa, articuladas aos diversos setores da sociedade. Além disto, o programa também visa explorar a biodiversidade da Caatinga, do Pantanal e do Cerrado, ecossistemas brasileiros não estudados satisfatoriamente, reduzindo o desequilíbrio na distribuição da competência científica brasileira.

Na primeira fase do Programa, foram apoiados os 4 projetos de importância regional como a utilização de caprinos transgênicos como biorreatores para produção de fármacos de interesse em saúde humana, com o objetivo de usar o leite da cabra transgênica na fabricação de medicamentos imunorreguladores; a genômica funcional, estrutural e comparativa do Feijão-Caupi (*Vigna unguiculata*); a criação de rede de pesquisa em antígenos recombinantes para desenvolvimento de vacinas e métodos diagnósticos (RedeAgR), visando o controle de doenças na região; e o desenvolvimento de fármacos a partir de espécies vegetais do semi-árido brasileiro para o tratamento de doenças infecciosas, neoplasias e com ação imunomoduladora;

Dando continuidade ao programa, foi lançado um edital no valor de R\$ 25.000.000,00 com o objetivo de apoiar projetos em redes de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica voltados para o desenvolvimento de produtos e/ou processos biotecnológicos de relevância regional, associados a qualificação de recursos humanos. Como resultado deste edital, estão em fase de contratação 18 projetos aprovados.

Na área proteômica destaca-se em 2006, o apoio concedido à Rede de Pesquisa Genoprot, que tem o objetivo de ampliar a competência do Brasil para a elucidação de estruturas de proteínas, com foco em problemas nacionais relevantes. Os estudos desenvolvidos são voltados para a superação de problemas relacionados ao agronegócio e à saúde humana, além de otimizar investimentos. Dentre os projetos apoiados destacam-se os seguintes:

- Fixação Biológica de nitrogênio: cana-de-açúcar e *Gluconacetobacter dazotrophics*;
- Proteômica de *Mycoplasma* de interesse em suinocultura e avicultura;
- Análise proteômica do fruto do guaranaeiro (*Paulinia cupana*);
- Identificação e caracterização de genes envolvidos na resistência de feijão-de-corda a estresses bióticos e abióticos, através da proteômica e genômica funcional;
- Estratégias proteômicas para o estudo da parede celular / Membrana de *Parcocidioides brasiliensis*;
- Análise proteômica do estresse hídrico em Cafeeiro;
- Fungo *Crinipelis pernicioso* e sua interação com *Theobroma cacao*;
- Proteoma estrutural e funcional do veneno do escorpião Amarelo *Tityus serrulatus*;
- Produção de novos biopolímeros isolados de aranhas da biodiversidade do Brasil

Quanto ao apoio concedido ao LNLS, dá-se ênfase às pesquisas para a elucidação de estruturas de proteínas, por meio de projetos cooperativos, bem como para a identificação de novos alvos farmacológicos, novas moléculas bioativas e marcadores biológicos que podem ser usados para diagnósticos clínicos.

É digno de nota, ainda neste tema, a realização do "Workshop Desenvolvimento e Transferência de Biotecnologias Brasil-CIEGB" visando de maneira especial, as pesquisas na área de proteômica que visam a busca de produtos com potencialidade de aplicações medicinais e agropecuárias. O evento foi realizado em parceria com o Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnológica (CIEGB) e com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Após 20 anos de cooperação entre o Brasil e os países filiados aos CIEGB, o MCT buscou junto ao CIEGB, trazer experiência do programa de transferência de biotecnologias do CIEGB para o Brasil, estimulando a interação entre a iniciativa privada, universidades e centros de pesquisa para o desenvolvimento tecnológico e industrial na geração de produtos e processos biotecnológicos.

O evento foi considerado muito proveitoso, tendo reunido cerca de 50 representantes dos setores governamental, científico e produtivo, que discutiram diversas propostas de produção de bioprodutos por empresas ou pesquisadores brasileiros; formação de redes de pesquisas internacionais; e implementação de um programa de capacitação em transferência de tecnologia.

No âmbito desta cooperação, ainda merece destaque o apoio concedido à Pesquisa Colaborativa entre Brasil e Índia, com a implementação do projeto "Cotton Transformation applied to Insect Resistance" sob a coordenação da Embrapa – Biotecnologia e Recursos Genéticos.

No que diz respeito a cooperação entre países, vale ainda mencionar a continuidade do Centro Brasileiro–Argentino de Biotecnologia (CBAB/CABBIO), com o apoio a realização de 15 cursos de curta-duração, destinados a especialização de recursos humanos em temas avançados de biotecnologia, bem como o lançamento do Edital MCT/CNPq /CT-Biotecnologia/CT-Saúde nº 32/2006 para apresentação de propostas de cursos a serem ministrados em 2007.

#### **Outros aspectos relevantes:**

Com relação a contribuição da CGBS em afetos a biotecnologia, ressalta-se sua participação nos seguintes fóruns de discussão:

#### **Fórum de Competitividade da Biotecnologia** (Coordenado pelo MDIC, MCT, MS, MAPA e MMA)

O principal objetivo do Fórum de Competitividade da Biotecnologia é analisar a situação da biotecnologia no contexto regional, de modo a identificar as principais dificuldades para geração/ transferência de tecnologias e as assimetrias entre países no tocante aos marcos regulatórios, bem como elaborar um elenco de recomendações para a adoção de estratégias governamentais, visando otimizar o uso das biotecnologias e contribuir para remover obstáculos ao acesso ao mercado dos bio-produtos.

Para isto, foram realizadas diversas reuniões que contribuíram para a elaboração da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, lançada no dia 8 de fevereiro de 2007-

#### **Codex Alimentarius**

A Comissão do Codex Alimentarius, criada em 1963 pela FAO/OMS (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação/Organização Mundial de Saúde) tem o objetivo de desenvolver normas, diretrizes internacionais, e textos relacionados aos códigos de conduta do Programa de Normas Alimentares da FAO/OMS. Suas principais funções são proteger a saúde dos consumidores, assegurar práticas equitativas de comércio regional e internacional de alimentos, promovendo a coordenação de normas alimentares acordadas pelas organizações governamentais e não-governamentais.

Visando representar todos os segmentos da área de alimentos, o Comitê do Codex Alimentarius do Brasil – CCAB, composto por 14 membros de órgãos do governo, das indústrias e de órgãos de defesa do consumidor (INMETRO, MRE, MS, MAPA, MF, MJ/DPC, MICT/SECEX, ABIA, ABNT, CNI, CNA, CNC e IDEC) possui uma estrutura formada por vários Grupos Técnicos, destinados a dar acompanhamento de cada Comitê Internacional.

O Grupo Técnico de Alimentos Derivados da Biotecnologia (GT-FBT), coordenado pela Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde do MCT, é composto por membros representantes das seguintes entidades: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ANVISA, Confederação Nacional das Indústrias, Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos, Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Ministério da Saúde, Ministério da Justiça. Sua função é elaborar normas, diretrizes, ou outros princípios para os alimentos derivados de biotecnologia moderna ou para características introduzidas em alimentos por meio de biotecnologias, com base em evidências científicas e análise de risco, que subsidiam as discussões do Grupo Intergovernamental sobre Alimentos Derivados de Biotecnologia integrante do Programa Codex Alimentarius

Durante o ano de 2006, a CGBS esteve presente tanto em reuniões ordinárias e extraordinárias do CCAB, como em reuniões do GT de Rotulagem de Alimentos, quando o assunto tratado relacionava-se à rotulagem de alimentos derivados de biotecnologia. Sob a coordenação da CGBS, também, foram realizadas 6 reuniões do GT FBT visando preparar propostas de posições brasileiras para as seguintes reuniões:

- 1ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Avaliação de Risco de Alimentos Derivados de Animais DNA-Recombinante ocorrida em Tóquio, Japão, de 13 a 15 de fevereiro, quando o MCT foi representado pelo Dr. João Bosco Pesquero (Unifesp);
- 2ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Avaliação de Risco de Alimentos Derivados de Animais DNA-Recombinante ocorrida em Bruxelas, no período de 30 de maio à 1º de junho. O MCT foi representado pelo Dr. João Bosco Pesquero (Unifesp); e
- 6ª Sessão da Força Tarefa sobre Alimentos Derivados de Biotecnologia, ocorrida em Chiba, Japão, no período de 23 à 27 de novembro. Por falta de recursos orçamentários, o MCT não enviou seu representante.

### **Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança**

Estabelecido em janeiro de 2000, na Convenção de Biodiversidade, trata-se do primeiro acordo internacional que rege transferência, o manuseio e o uso de organismos geneticamente modificados (OGMs), por meio da biotecnologia moderna, com um foco específico na movimentação entre países.

Com a ratificação do 50º país (Palau), o Protocolo de Cartagena de Biossegurança entrou em vigor em 11 de setembro 2003, tendo sido ratificado pelo Brasil em 24 de novembro desse ano, e entrando em vigor no país em 22 de fevereiro de 2004.

No âmbito desse Protocolo, em maio de 2004, o Brasil endossou o projeto “Building Capacity for Effective Participation in the Biosafety Clearing House”, que está sob a coordenação do MCT/CGBS. Este projeto foi aprovado com aporte de recursos financeiros do GE, com o objetivo de auxiliar a efetiva implementação do Centro de Intercâmbio de Informação sobre Biossegurança (*Biosafety Clearing-House* - BCH), que consiste em um mecanismo de intercâmbio de informações ligado à rede mundial de computadores estabelecido pelo Protocolo de Cartagena (Artigo 20), para prestar assistência às Partes na aplicação das disposições desse Protocolo.

Em 2006 o MCT, por meio da CGBS, esteve ativamente envolvido na elaboração do projeto que estruturará o BCH.

Além disto, vale mencionar, a participação da CGBS na Reunião da Partes - MOP 3, realizada em março de 2006, em Curitiba-PR, ocasião na qual discutiu-se vários temas como: *i)* Manuseio, Transporte, Análise e Manejo de riscos (Art. 15 e 16), Embalagem e Identificação de OVMs (Art. 18); *ii)* Responsabilidade e Compensação (Art. 27); *iii)* Organismos Subsidiários (Art. 30); *Biosafety Clearing-House* (BCH) - operação e atividades; *iv)* *Status* das atividades capacitação e do uso da lista de especialistas em biossegurança; dentre outros.

### **Ações na Área de Saúde**

Na área de saúde, o MCT/CGBS participou dos vários reuniões nos seguintes fóruns de discussão:

- a) Formulação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos destinada a garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional.
- b) Conselho Consultivo da Anvisa: órgão colegiado que acompanha e aprecia o desenvolvimento das atividades realizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, requerendo informações e fazendo proposições a respeito de ações desta agência. As reuniões da Anvisa são trimestrais, com a participação de representantes institucionais da administração pública, sociedade civil organizada e comunidade científica. Durante as reuniões realizadas neste ano foram abordados diversos temas, dentro os quais destacam-se a nova estrutura organizacional e novo regimento da Anvisa, e medicamentos fracionados.
- c) Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da Unesco: em 2006 foi realizado o Seminário Nacional para Apresentação da Versão em Português da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. A declaração apresentava uma visão conservadora, restringindo a discussão de temas relacionados a bioética médica e a biotecnologia, percebendo-se a forte influência de idéias desenvolvidas nos centros pioneiros no estudo de bioética, dos Estados Unidos e da Europa. Temas sociais relevantes para países em desenvolvimento, como direito a medicamentos e necessidade de proteção às populações vulneráveis, foram excluídos das primeiras versões. Em janeiro de 2005, a delegação brasileira passou a ocupar lugar de destaque na defesa dos interesses dos países em desenvolvimento, polarizando o debate com a Alemanha e o Canadá. Aos poucos, com o

apoio de outros países em desenvolvimento, como a Argentina e a Índia, os representantes brasileiros provocaram diversas mudanças na redação do projeto de declaração. Em outubro de 2006 a reunião para tratar do tema “Ética no Acesso ao Conhecimento de Domínio Público”, realizada em Buenos Aires, Argentina, tratou de temas relevantes como a influência do poder econômico nas pesquisas clínicas; a realidade latino-americana nas pesquisas em saúde humana (prioridades e custos); o conceito de *new chemical entities*, que traz de forma velada a intenção de se patentear a arquitetura nova de moléculas já conhecidas e aumentar os direitos de propriedades intelectuais; as conseqüências sociais do desenvolvimento tecnológico, não considerando apenas as possibilidades comerciais; e a não sustentabilidade ética na repetição de testes para dados de prova sem fins científicos. As tentativas de empresas internacionais de restringir o acesso aos dados de prova (testes clínicos) exigidos por autoridades sanitárias são condenadas por documentos internacionais como a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da Unesco e pode inviabilizar a produção de genéricos em países em desenvolvimento.

- d) Grupo de Trabalho para Elaboração de “Programa de Trabalho Brasil-Argentina sobre Ética na Ciência e na Tecnologia”: Durante a III Reunião do Comitê-Gestor de Cooperação Bilateral Brasil-Argentina, realizada em 2005, estabeleceu-se a criação de um grupo de trabalho para elaborar a proposta conjunta do Programa Bilateral de Ética para a Ciência, destinado a implementação de atividades de intercâmbio e estudos conjuntos em temas e situações envolvendo os aspectos éticos de interesse dos dois países como investigação clínica e proteção dos sujeitos de pesquisa. Em 2006 a CGBS atuou como ponto focal deste Grupo de Trabalho, sendo suplente da ASSIN/MCT. Como resultado, foi concluída a redação do “Programa de Trabalho Brasil-Argentina sobre Ética na Ciência e na Tecnologia”, que prevê a função de Coordenadores Nacionais e de um Núcleo Bilateral de Coordenação.
- e) Grupo de Trabalho de Ética em Pesquisa: Criado no âmbito do Ministério da Saúde, esse grupo de trabalho trata da definição da esfera de atuação deste Ministério, no que se refere ao controle ético das pesquisas envolvendo seres humanos; do estabelecimento de atividades que devem ser desempenhadas pelo órgão gestor do SUS e as que são de competência do controle social; e da proposta de modelo de regulação do sistema de ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Neste contexto, a CGBS participou de reuniões para a elaboração de um documento com recomendações neste tema, dentre as quais destacam-se a revisão da Resolução CNS n. 196/96 para atualizar os conceitos atuais de bioética, e a identificação e fortalecimento dos mecanismos legais que dão suporte às deliberações do Sistema CEP/Conep.
- f) Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ): tratado internacional da Organização Mundial da Saúde - OMS, com o objetivo de “proteger as gerações presentes e futuras das conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas Partes nos níveis nacional, regional e internacional. Visa também reduzir de maneira contínua e substancial o consumo e a exposição à fumaça do tabaco”. Este instrumento em saúde pública foi adotado pelos países membros da OMS em 21/05/2003, assinado pelo Brasil em 16/06/2003, e promulgado pelo Presidente da República em 02/01/2006. A Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CONICQ) realiza a oficina de trabalho “Construindo uma Agenda de Estado para o Cumprimento da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco”, tendo promovido várias em 2006, com a participação da CGBS/MCT.

# ANEXOS



**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento**

**Servidores lotados na SEPED**

**Gabinete da SEPED**

	NOME	LOT.	FONE	SITUAÇÃO	ORIGEM
1.	Luiz Antonio Barreto de Castro	GAB	8128	Secretário DAS 6	
2.	Marília Giovanetti de Albuquerque	GAB	8022	Assessora DAS 4	CNPq
3.	Adriana Menezes Nogueira	GAB	8128	Secretária DAS 2	CNPq
4.	Léia Garcia Ribeiro	GAB	8128	Secretária DAS 1	MCT
5.	Walquíria Régia Macêdo de Araújo	GAB	8015	Secretária DAS 1	S/Vínculo
6.	Bianca Vieira	GAB	8015	Secretária	ZL Ambiental
7.	Carlos Alberto Alexandre de Sousa	GAB	8148	Apoio da Secretaria	MCT
8.	Cassiano Ricardo C. da Silva	GAB	7530	Apoio da Secretaria	ZL Ambiental
9.	Leonardo Bevilacqua Copette	GAB	8066	Apoio da Secretaria	ZL Ambiental
10.	José Paulo Rodrigues de Carvalho	GAB	7402	Técnico NS	Serv. Temp. MCT

**Departamento de Políticas e Programas Temáticos – DEPPT**

11.	Isaac Roitman	DEPPT	7447	Diretor DAS 5	
-----	---------------	-------	------	---------------	--

**Coordenação Geral de Acompanhamento e Avaliação para Pesquisa -CGAA**

12.	Fernando André Pereira das Neves	CGAA	7613	Coord. DAS 4	CNPq
13.	Lozevaldo Monteiro Cruz	CGAA	8072	DAS 2	MCT

**Assessoria do ASPA**

14.	Evando Cardoso Boaventura	PADCT	7688	DAS 3	MCT
-----	---------------------------	-------	------	-------	-----

**Coordenação para o Mar e Antártica - COMA**

15.	Maria Cordelia Soares Machado	COMA	7854	Coord. DAS 3	MCT
16.	Renato de Paula Faleiros	COMA	8196	Técnico NS	Serv. Temp. MCT
17.	Adriano de Souza Silva	COMA	8149	Apoio do PPG7	ZL Ambiental

**Coordenação Geral de Gestão de Ecossistema - CGEC**

18.	Maria Luiza Braz Alves	CGEC	8112	Coord. DAS 4	MCT
19.	Ricardo Melamed	CGEC	8111	DAS 3	CETEM
20.	Josenilda Saraiva de Aquino	CGEC	7401	Pesquisador	MCT
21.	Ubirajara Araújo Filho	CGEC	8071	Técnico NS	Serv. Temp. MCT
22.	Ana Paula Ferreira	CGEC	7401	Secretária	ZL Ambiental
23.	Cláudia Morosi Czarneski	CGEC	8609	DAS 2	MCT
24.	Luís Henrique Delmont	CGEC	8067	Técnico NS	Serv. Temp. MCT
25.	Viviane Cristina C. de Souza	CGEC	8608	Secretária	ZL Ambiental
26.	Marco Antonio Fassinari Linhares	CGEC	8610	Estagiário	CIEE

**Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia - CGMH**

27.	Darly Henriques da Silva	CGMH	7426	DAS 4	CNPq
28.	Maria do Socorro Leal Santos	CGMH	8192	Técnico NS	Serv. Temp. MCT
29.	Leide Silva Barbosa	CGMH	7827	Secretária	ZL Ambiental

**Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade - CGBD**

30.	Ione Egler	CGBD	8024	Coord. DAS 4	MCT
31.	Clovis Andrade Júnior	CGBD	7578	DAS 2	MCT
32.	Andréa Ferreira Portela Nunes	CGBD	7580	DAS 2 -Pesquisador	MPEG
33.	Cassiane da Rocha Jaroszewski	CGBD	8188	Técnico NS	Serv. Temp. MCT
34.	Gláucia Martins P. de Sousa	CGBD	7612	Secretária	ZL Ambiental
35.	Herbert Otto Roger Schubart	CGBD	8401	Analista de C&T	MCT
36.	Marcelo dos Santos Pereira	CGBD	8604	Estagiário	CIEE

**Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde - CGBS**

	NOME	LOT.	FONE	SITUAÇÃO	ORIGEM
37.	Paulo José Péret de Sant'Ana	CGBS	8008	Coord. DAS 4	CNPq
38.	Ana Francisca Fernandes Correa	CGBS	8003	Ass. Téc. DAS 3	MCT
39.	Andréa Nascimento de Araújo	CGBS	8074	Analista de C&T	MCT
40.	Márcio Rojas da Cruz	CGBS	8155	Analista de C&T	MCT
41.	Juliana dos Santos Borges	CGBS	7623	Secretária	ZL Ambiental

**Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima - CGMC**

	NOME	LOT.	FONE	SITUAÇÃO	ORIGEM
42.	José Domingos Gonzalez Miguez	CGMC	7523	Coord. DAS 4	PETROBRÁS
43.	Branca Bastos Americano	CGMC	21 2555.0306	Técnico NS	FINEP/RJ
44.	Danielle de Araújo Magalhães	CGMC	7816	Técnico NS	MCT
45.	Edmilson Alves Ribeiro	CGMC	7512	Apoio da CGMG	ZL Ambiental
46.	Gustavo Barbosa Mozzer	CGMC	8130	Técnico NS	MCT
47.	Haroldo de Oliveira Machado Filho	CGMC	3032.6134	Técnico NS	PNUD
48.	Igor Soares Gomes	CGMC	7562	Técnico NS	ZL Ambiental
49.	Jerônima de Souza Damasceno	CGMC	7923	Secretária	ZL Ambiental
50.	Juliana Patrícia Gomes Pereira	CGMC	8493	Terceirizada	ZL Ambiental
51.	Larissa Chmidt	CGMC		Técnico NS	PNUD
52.	Lídia Tayane Nunes de Oliveira	CGMC	7978	Estagiaria NS	CIEE
53.	Mara Lorena Maia Fares	CGMC	7923	DAS 2	MCT
54.	Marcos Willian Bezerra de Freitas	CGMC	3032.6097	Técnico NM	PNUD
55.	Mauro Meirelles de O. Santos	CGMC	21 2555.0306	Técnico NS	FINEP/RJ
56.	Mônica de Oliveira Santos	CGMC	3032.6339	Técnico NS	PNUD
57.	Newton Paciornik	CGMC	21 2555.0308	Técnico NS	FINEP/RJ
58.	Paulo Henrique de Castro Silva	CGMC	8129	Estagiaria NM	CIEE
59.	Pedro Renato Barbosa	CGMC	8129	Técnico NS	PNUD
60.	Sofia Nicoletti Shellard	CGMC	7561	Técnico NS	MCT

Atualizado em 31/12

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO

DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO - 2006

PROGRAMA / AÇÃO 2006	PROG. AÇÃO Fonte	LEI (A)	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
			SEPED + UNID. EXTERNAS (B)	% C=(B/A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (D)	% E=(D/A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (F)	% G=(F/A)
<b>Total das Ações Gestão Adm. dos Programas (1122 e 1388)</b>		2.236.981	2.093.992	93,6%	2.093.992	93,6%	2.049.897	91,64%
Gerente Executivo do Programa: Fernando André								
Gestão Administrativa do Programa	1122/2272	1.336.308	1.312.285	98,20%	1.312.285	98,20%	1.268.191	94,90%
Gestão Administrativa do Programa	1388/2272	900.673	781.706	86,79%	781.706	86,79%	781.706	86,79%
<b>Coordenação Geral de Polít. e Prog. em Biodiversidade</b>	1122	3.342.516	3.328.377	99,58%	3.328.377	99,58%	2.607.768	78,02%
Apoio a Modernização de Acervos Biológicos	0754	1.050.000	1.050.000	100,00%	1.050.000	100,00%	819.638	78,06%
Apoio a Redes de Inventários da Biota	0756	1.270.000	1.262.213	99,39%	1.262.213	99,39%	904.884	71,25%
Apoio a Pesq. e Desen. em Áreas Temáticas da Biodiversidade	0909	902.516	896.164	99,30%	896.164	99,30%	763.246	84,57%
Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade	6739	120.000	120.000	100,00%	120.000	100,00%	120.000	100,00%
<b>Coordenação Geral de Gestão de Ecossistema</b>	1122	13.604.400	6.506.974	47,83%	6.506.674	47,83%	3.466.182	25,48%
Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal	4951	980.000	980.000	100,00%	980.000	100,00%	-	0,00%
Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental - GEOMA	6255	346.400	346.400	100,00%	346.400	100,00%	213.400	61,61%
P&D de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa para Proteção das Florestas Tropicais	6258	12.098.000	5.010.570	41,42%	5.010.570	41,42%	3.127.320	25,85%
	100	260.000	260.000	100,00%	260.000	100,00%	10.000	3,85%
	195	11.338.000	4.259.168	37,57%	4.259.168	37,57%	3.022.829	26,66%
	5100	500.000	491.402	98,28%	491.402	98,28%	94.491	18,90%
Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros	6717	180.000	170.004	94,45%	169.704	94,28%	125.463	69,70%
<b>Coordenação para o Mar e Antártica</b>	1388	145.788	140.762	96,55%	140.762	96,55%	-	0,00%
Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnológico dos Organismos Marinhos	2B33	145.788	140.762	96,55%	140.762	96,55%	-	0,00%
<b>Coordenação Geral de Meteor., Climat. e Hidrologia</b>	1122	13.704.731	13.667.132	99,73%	13.667.132	99,73%	11.358.073	82,88%
Implantação da Rede de Meteorologia e Clima	7682	1.512.300	1.475.597	97,57%	1.475.597	97,57%	1.045.637	69,14%
Desenvolvimento da Meteorologia Nacional	3E62	12.192.431	12.191.536	99,99%	12.191.536	99,99%	10.312.436	84,58%
<b>Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde</b>	1388	4.150.015	3.124.215	75,28%	3.124.215	75,28%	3.007.215	72,46%
Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma	4942	1.512.800	570.000	37,68%	570.000	37,68%	570.000	37,68%
Desenvolvimento de Pesquisas na Rede Nacional de Biologia Molecular Estrutural	6236	2.437.215	2.437.215	100,00%	2.437.215	100,00%	2.437.215	100,00%
Apoio a Produtos de Bioprodutos de Interesse Econômico	2B36	200.000	117.000	58,50%	117.000	58,50%	-	0,00%
<b>Coordenação-Geral de Mudanças Globais de Clima</b>	0473	6.234.116	1.013.318	16,25%	1.013.318	16,25%	113.718	1,82%
Pesquisa e Desenvolvimento Sobre Mudanças Global do Clima PTRES: 004814	1122/6751	2.499.791	280.606	11,23%	280.606	11,23%	111.006	4,44%
	100	432.500	280.606	64,88%	280.606	64,88%	111.006	25,67%
	195	2.067.291	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa	6126	3.264.959	332.712	10,19%	332.712	10,19%	2.712	0,08%
	100	404.250	332.712	82,30%	332.712	82,30%	2.712	0,67%
	195	2.860.709	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	6909	469.366	400.000	85,22%	400.000	85,22%	-	0,00%
<b>FONTES</b>	100	26.652.547	25.124.200	94,27%	25.123.899	94,26%	19.485.533	73,11%
	195	16.266.000	4.259.168	26,18%	4.259.168	26,18%	3.022.829	18,58%
	5100	500.000	491.402	98,28%	491.402	98,28%	94.491	18,90%
<b>TOTAL GERAL</b>		43.418.547	29.874.770	68,81%	29.874.470	68,81%	22.602.853	52,06%

Fonte: SIGMCT - Extraído em 06/02/07.

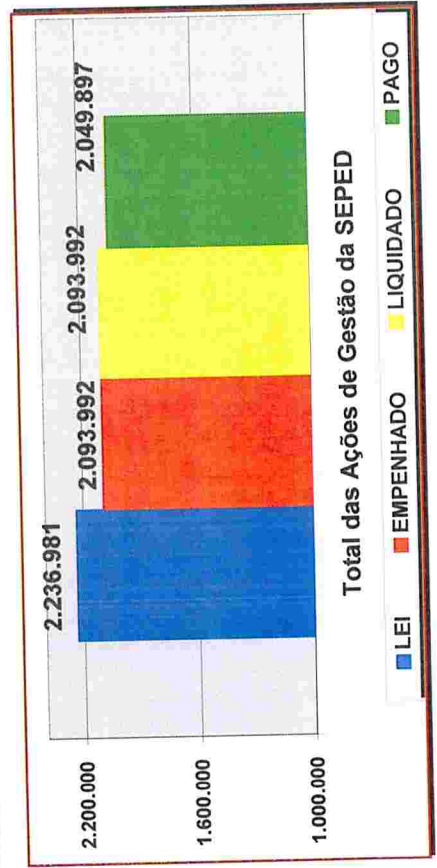
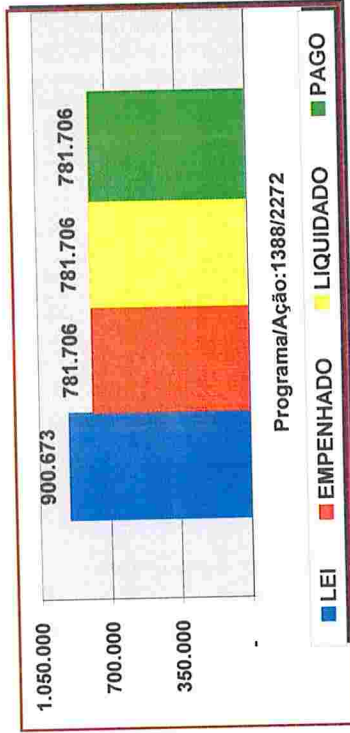
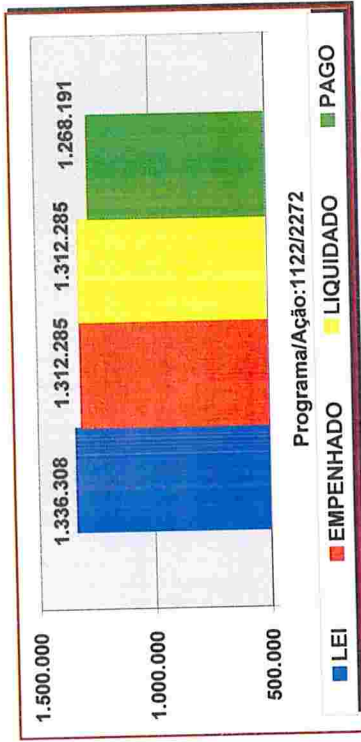
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO  
Ação: Gestão dos Programas da SEPED

DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO - 2006

PROGRAMA / AÇÃO 2006	PROG. AÇÃO	LEI (A)	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
			SEPED + UNID. EXTERNAS (B)	% C = (B / A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (D)	% E = (D / A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (F)	% G = (F / A)
<b>TOTAL DOS PROGRAMAS</b>		2.236.981	2.093.992	93,6%	2.093.992	93,6%	2.049.897	91,6%
Gerente Executivo do Programa: Fernando André								
<b>CT&amp;I para Natureza e Clima</b>	1122	1.336.308	1.312.285	98,20%	1.312.285	98,20%	1.268.191	94,90%
Gestão Administrativa do Programa	2272							
<b>CT&amp;I para a PITCE(*)</b>	1388	900.673	781.706	86,79%	781.706	86,79%	781.706	86,79%
Gestão Administrativa do Programa	2272							

Fonte: SIGMCT - 06/02/07

\* CT&I para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)

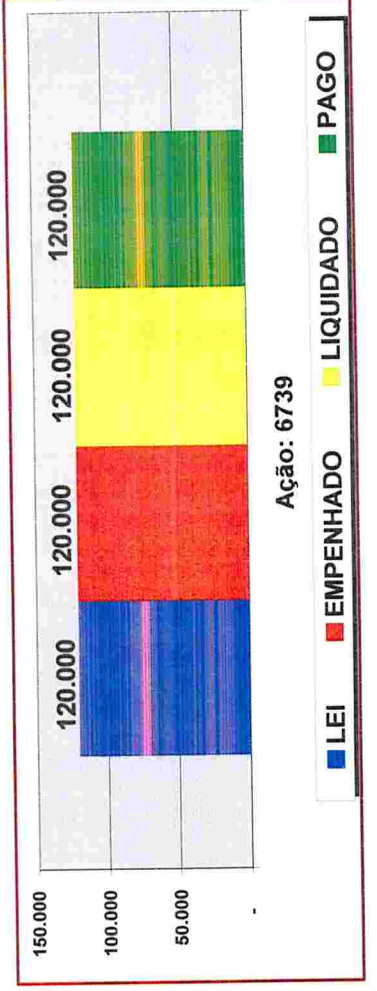
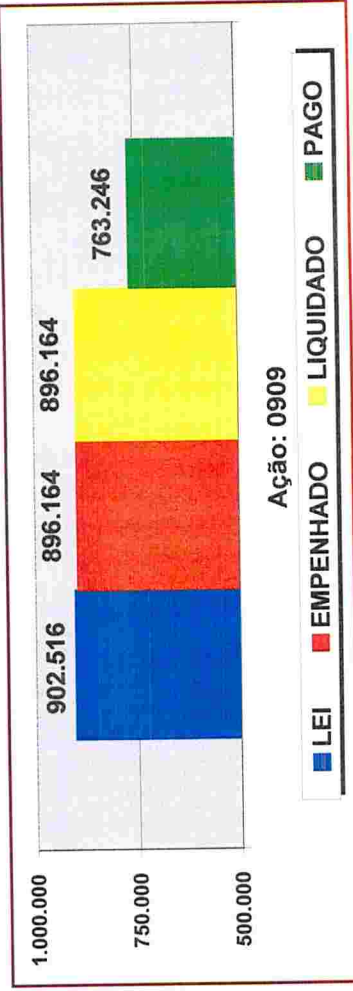
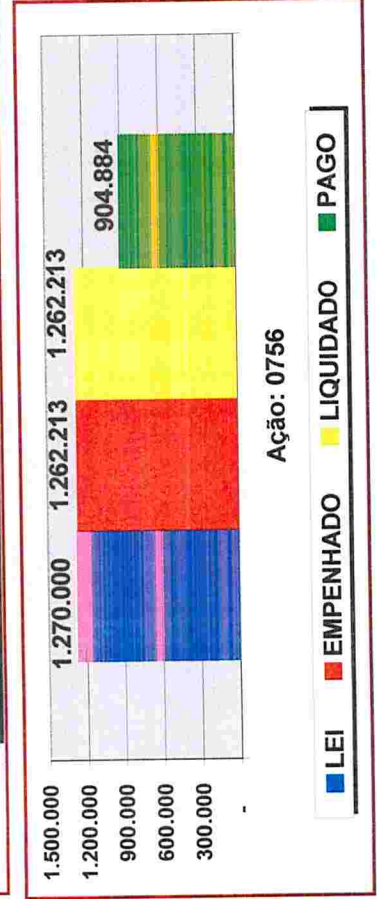
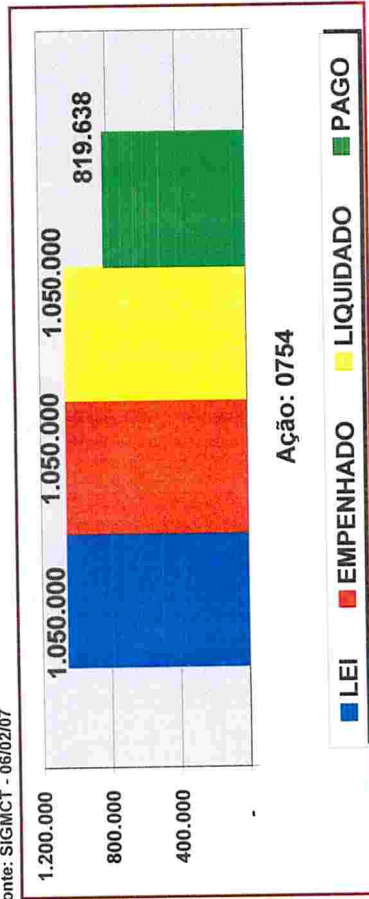


**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO**  
 Coordenação Geral de Políticas e Programas em Biodiversidade

**DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO - 2006**

PROGRAMA / AÇÃO 2006	PROG. AÇÃO	LEI (A)	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
			SEPED + UNID. EXTERNAS (B)	% C = (B / A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (D)	% E = (D / A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (F)	% G = (F / A)
<b>C&amp;T&amp;I para Natureza e Clima</b>	<b>1122</b>	<b>3.342.516</b>	<b>3.328.377</b>	<b>99,6%</b>	<b>3.328.377</b>	<b>99,6%</b>	<b>2.607.768</b>	<b>78,0%</b>
Gerente Executivo do Programa: Fernando André	0754	1.050.000	1.050.000	100,00%	1.050.000	100,00%	819.638	78,06%
Apoio a Modernização de Acervos Biológicos	0756	1.270.000	1.262.213	99,39%	1.262.213	99,39%	904.884	71,25%
Apoio a Redes de Inventários da Biota	0909	902.516	896.164	99,30%	896.164	99,30%	763.246	84,57%
Apoio a Pesq. e Desen. em Áreas Temáticas da Biodiversidade	6739	120.000	120.000	100,00%	120.000	100,00%	120.000	100,00%
Desenvolvimento de Ações Estratégicas em Biodiversidade								

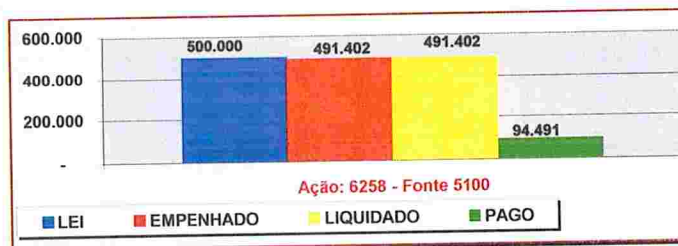
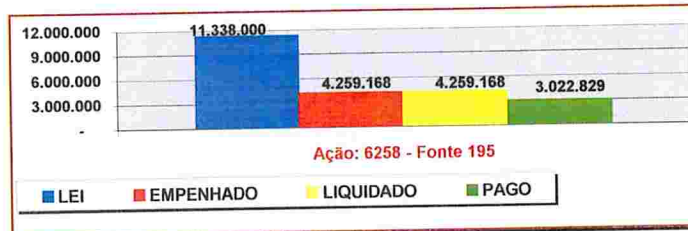
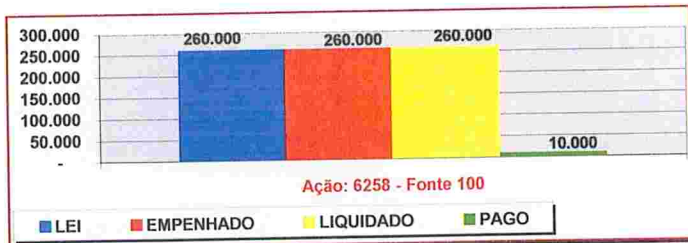
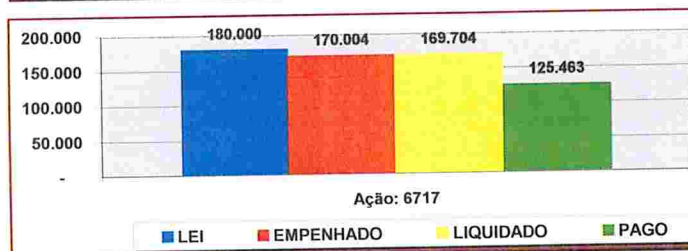
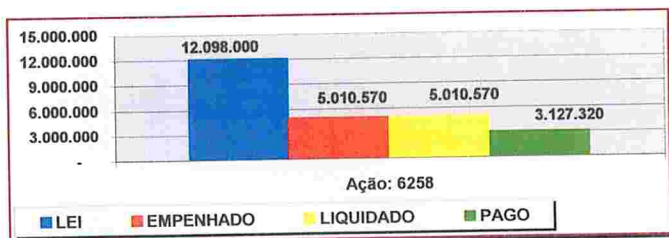
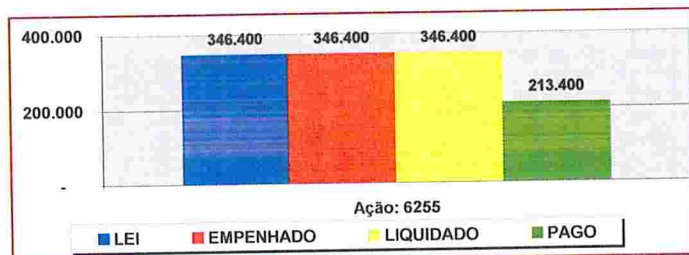
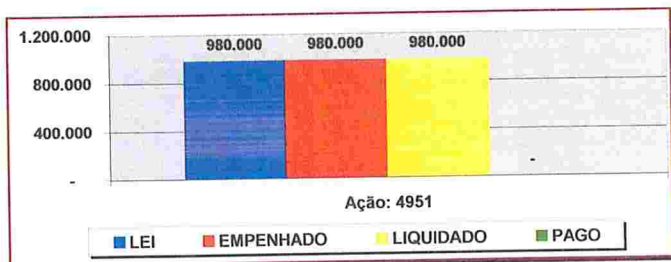
Fonte: SIGMCT - 06/02/07



DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO - 2006

PROGRAMA / AÇÃO 2006	PROG. AÇÃO (F1)	LEI (A)	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
			SEPED + UNID. EXTERNAS (B)	% C = (B / A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (D)	% E = (D / A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (F)	% G = (F / A)
<b>C&amp;T&amp;I para Natureza e Clima</b> Gerente Executivo do Programa: Fernando André	1122	13.604.400	6.506.974	47,8%	6.506.674	47,8%	3.466.182	25,5%
Desenvolvimento de Pesquisas sobre os Ecossistemas do Pantanal	4951	980.000	980.000	100,00%	980.000	100,00%	-	0,00%
Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental - GEOMA	6255	346.400	346.400	100,00%	346.400	100,00%	213.400	61,61%
P&D de Projetos Científicos e Tecnológicos do Programa para Proteção das Florestas Tropicais	6258	12.098.000	5.010.570	41,42%	5.010.570	41,42%	3.127.320	25,85%
	0100	260.000	260.000	100,00%	260.000	100,00%	10.000	3,85%
	0195	11.338.000	4.259.168	37,57%	4.259.168	37,57%	3.022.829	26,66%
	5100	500.000	491.402	98,28%	491.402	98,28%	94.491	18,90%
Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas Brasileiros	6717	180.000	170.004	94,45%	169.704	94,28%	125.463	69,70%

Fonte: SIGMCT - 06/02/07

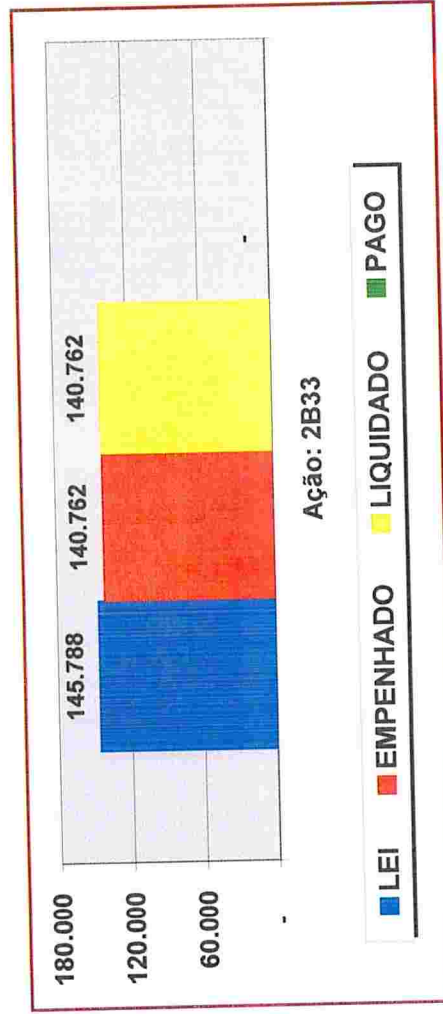


MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
 SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO  
 Coordenação de Mar e Antártida

DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO - 2006

PROGRAMA / AÇÃO 2006	PROG. AÇÃO	LEI (A)	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
			SEPED + UNID. EXTERNAS (B)	% C = (B / A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (D)	% E = (D / A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (F)	% G = (F / A)
<u>CT&amp;I para a PITCE(*)</u>	<u>1388</u>	145.788	140.762	96,6%	140.762	96,6%	-	0,0%
Gerente Executivo do Programa: Fernando André Pesquisa e Desenvolvimento em Biotecnológico dos Organismos Marinhos	2B33	145.788	140.762	96,55%	140.762	96,55%	-	0,00%

Fonte: SIGMCT - 06/02/07

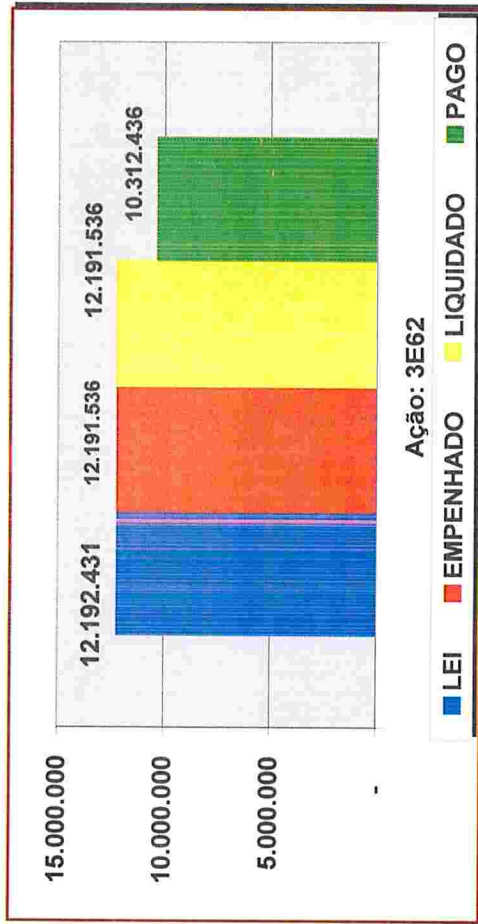
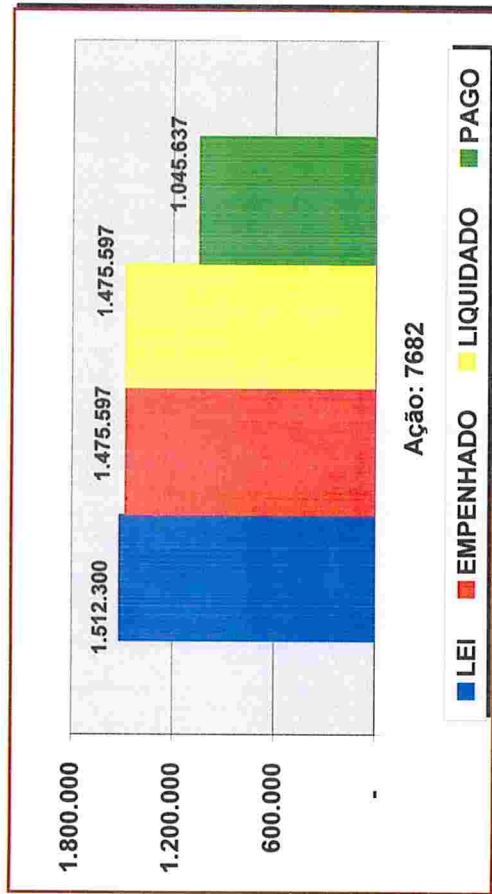


**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO  
Coordenação Geral de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia**

**DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO - 2006**

PROGRAMA / AÇÃO 2006	PROG. AÇÃO	LEI (A)	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
			SEPED + UNID. EXTERNAS (B)	% C = (B / A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (D)	% E = (D / A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (F)	% G = (F / A)
<b>C&amp;T&amp;I para Natureza e Clima</b> Gerente Executivo do Programa: Fernando André	1.122	13.704.731	13.667.132	99,7%	13.667.132	99,7%	11.358.073	82,9%
Implantação da Rede de Meteorologia e Clima	7682	1.512.300	1.475.597	97,57%	1.475.597	97,57%	1.045.637	69,14%
Desenvolvimento da Meteorologia Nacional	3E62	12.192.431	12.191.536	99,99%	12.191.536	99,99%	10.312.436	84,58%

Fonte: SIGMCT - 06/02/07





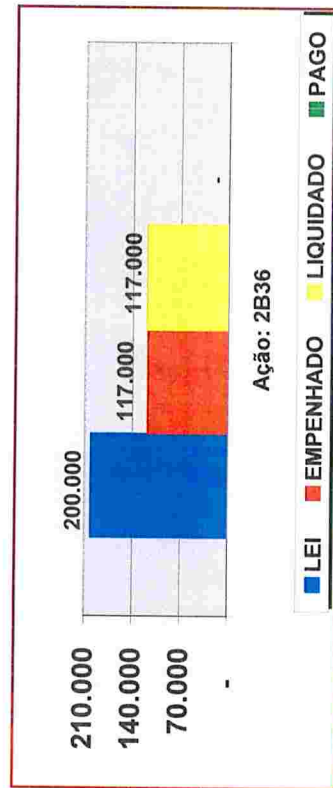
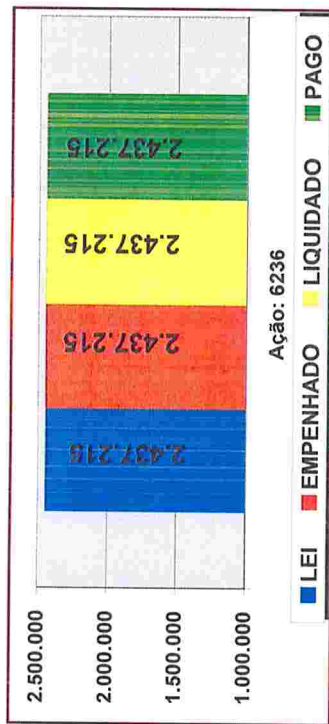
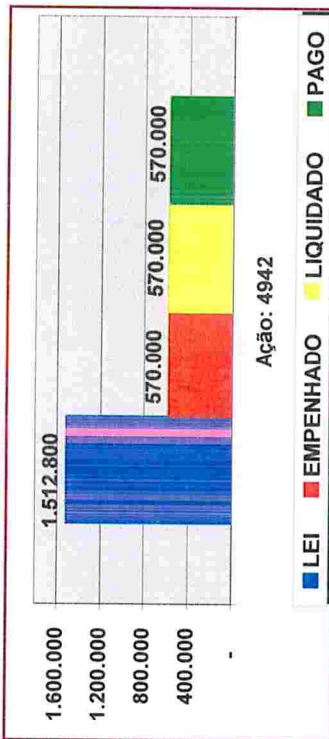
**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
**SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO**  
 Coordenação Geral de Biotecnologia e Saúde

**DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO - 2006**

PROGRAMA/AÇÃO - 2006	PROG. AÇÃO	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO		
		LEI (A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (B)	SEPED + UNID. EXTERNAS (D)	SEPED + UNID. EXTERNAS (F)	% C = (B / A)	% E = (D / A)	% G = (F / A)
<u>CT&amp;I para a PITCE(*)</u>	<u>1388</u>	4.150.015	3.124.215	3.124.215	3.007.215	75,3%	75,3%	72,5%
Gerente Exec. do Prog.: Eugenius Kaszkurewicz								
Desenvolvimento de Pesquisas da Rede Nacional de Proteoma	4942	1.512.800	570.000	570.000	570.000	37,68%	37,68%	37,68%
Desenvolvimento de Pesquisas na Rede Nacional de Biologia Molecular Estrutural	6236	2.437.215	2.437.215	2.437.215	2.437.215	100,00%	100,00%	100,00%
Apoio a Produtos de Bioprodutos de Interesse Econômico	2B36	200.000	117.000	117.000	-	58,50%	58,50%	0,00%

Fonte: SIGMCT - 06/02/07

\* CT&I para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)



DETALHAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO - 2006

PROGRAMA / AÇÃO 2006	PROG. AÇÃO	LEI (A)	EMPENHADO		LIQUIDADO		PAGO	
			SEPED + UNID. EXTERNAS (B)	% C = (B / A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (D)	% E = (D / A)	SEPED + UNID. EXTERNAS (F)	% G = (F / A)
<b>Gestão da Política de C,T&amp;I</b>	<b>0473</b>	<b>6.234.116</b>	<b>1.013.318</b>	<b>16,3%</b>	<b>1.013.318</b>	<b>16,3%</b>	<b>113.718</b>	<b>1,8%</b>
Pesquisa e Desenvolvimento Sobre Mudanças Global do Clima	1122/6751	2.499.791	280.606	11,23%	280.606	11,23%	111.006	4,44%
	100	432.500	280.606	64,88%	280.606	64,88%	111.006	25,67%
	195	2.067.291	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Inventário Nacional de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa	6126	3.264.959	332.712	10,19%	332.712	10,19%	2.712	0,08%
	100	404.250	332.712	82,30%	332.712	82,30%	2.712	0,67%
	195	2.860.709	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Operação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	6909	469.366	400.000	85,22%	400.000	85,22%	-	0,00%

Fonte: SIGMCT - 06/02/07

